

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**FLORES ENTRE AS CALÇADAS: QUEM SÃO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE
RUA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ?**

ISABELLA LEITE GUZZO CORDEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
NOVEMBRO/ 2021

**FLORES ENTRE AS CALÇADAS: QUEM SÃO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE
RUA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ?**

ISABELLA LEITE GUZZO CORDEIRO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Referência do Homem – CCH da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, na área de Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Teresa de Jesus Peixoto Faria

Co-orientadora: Prof.^a Dra. Caterine Reginensi

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

NOVEMBRO/ 2021

**FLORES ENTRE AS CALÇADAS: QUEM SÃO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE
RUA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ?**

ISABELLA LEITE GUZZO CORDEIRO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Referência do Homem – CCH da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, na área de Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Teresa de Jesus Peixoto Faria (Orientadora)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof.^a Dra. Caterine Reginensi (Co-orientadora)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof.^a. Dra. Joseane de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro– UENF

Prof.^a Dra. Denise Cunha Tavares Terra
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof.^a Dra. Leda Regina de Barros Silva
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Ao Criador de todas as coisas e razão da minha existência. Ao meu Deus, que nunca me deixou desistir, e que todos os dias me dá o ar para respirar e saúde para continuar. Toda a honra, toda a glória e todo louvor. Tudo é teu, meu Senhor!

Aos meus pais Antônio Carlos e Maria Cristina, que sempre foram o meu porto seguro e fortaleza. Aqueles que são minha base, inspiração de amor e respeito ao próximo.

Ao meu irmão Rafael a quem tenho a honra de dividir e colocar em prática todos os valores, e que me demonstra seu amor não só por palavras, mas principalmente por gestos concretos. Amo vocês, família!

Ao meu noivo Luís Antonio por todo amor, companheirismo e compreensão. Obrigada por acreditar em meu potencial e ser meu maior incentivador. Sem dúvidas, essa conquista não é só minha, mas nossa! Te amo muito, meu anjo!

À minha avó Adalice que com seu carinho, simplicidade, amor e orações me dá forças. À memória do meu avô paterno e meus avós maternos. Todo meu amor a eles!

Aos meus familiares e amigos que nesse percurso intenso de mestrado compreenderam minhas ausências, mas não deixaram de se fazer presente com mensagens, ligações e orações. Amo vocês!

À minha orientadora Teresa por toda paciência, compreensão e dedicação a esse trabalho. Agradeço por aceitar me orientar nesse processo de mestrado, que me trouxe tantos ensinamentos valiosos, os quais levarei para a vida! Gratidão!

À minha co-orientadora Caterine, pelas valiosas contribuições nesta dissertação, pelos ensinamentos e por ser sempre solícita em todos momentos. Muito obrigada!

Às professoras Joseane, Leda e Denise por aceitarem o convite para a banca, e por toda contribuição pessoal de cada um em momentos específicos da minha trajetória acadêmica.

Ao professor Gustavo pelas orientações prestadas na escrita desta dissertação.

À minha turma de mestrado pelo companheirismo, trocas e aprendizados nesse tempo único da minha vida. Tudo se torna mais leve e prazeroso com a amizade de vocês.

Aos profissionais da SMDHS, Casa de Passagem, Abrigo Manoel Cartucho e Missão Bom Samaritano. Agradeço pelos dados disponibilizados e por propiciar o acesso às mulheres que participaram desta pesquisa, trazendo ricas informações sobre seus modos de vida.

À FAPERJ por todo financiamento durante os anos da pós-graduação.

À CAPES por todo apoio prestado no percurso do mestrado.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual de pessoas em situação de rua no Brasil por sexo	36
Gráfico 2. Volume mensal de pessoas atendidas pelo Centro POP em 2020.....	45
Gráfico 3. Volume mensal dos acolhimentos de janeiro a julho de 2020	76
Gráfico 4. Volume mensal de pessoas atendidas pelo Centro POP em 2020 por sexo (jan-jul/2020)	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Grades de observações.....	18
Quadro 2. Caracterização dos CRAS e CREAS.....	69
Quadro 3. Trabalho social essencial ao serviço ofertado pelo Centro POP – 2020	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Charge sobre a População em Situação de Rua	13
Figura 2. Foto da praça São Salvador.....	16
Figura 3. Cartograma da praça São Salvador	17
Figura 4. Foto da igreja São Benedito	20
Figura 5. Cartograma da igreja São Benedito	21
Figura 6. Cartograma da Rua dos Goytacazes.....	23
Figura 7. Cartograma da Casa de Passagem.....	24
Figura 8. Cartograma da Distribuição das instituições de atendimento	44
Figura 9. Cartograma do Edifício Cidade de Campos.....	54
Figura 10. Grupo reunido na praça São Salvador.....	56
Figura 11. Casal dormindo	57
Figura 12. A “casa”	60
Figura 13. Mulher vendendo doces	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPS ad	Centro de Assistência Psicossocial – Álcool e drogas
CIAMP-RUA	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em situação de Rua
CIS	Cisgênero
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFF	Instituto Federal Fluminense
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MS	Ministério da Saúde
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Jovens e Adultos
PSR	População em Situação de Rua
PT	Partido dos Trabalhadores
RMA	Relatório Mensal de Atendimento
SCTIE	Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde
SESC	Serviço Social do Comércio
SMDHS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TRANS	Transgênero
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas – Brasil
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo compreender as singularidades e particularidades das mulheres em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes, localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro (RJ). O fenômeno social da população em situação de rua chama a atenção para o fato de ser constituída de um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e o uso das ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Esta condição complexa demanda respostas institucionais especializadas no seu enfrentamento. Consideradas como “invisíveis”, as pessoas que vivenciam a situação de rua frequentemente têm seus direitos e acesso às políticas públicas negados. A única pesquisa em âmbito nacional realizada até hoje ocorreu há treze anos, e um dos dados que continua atual é a porcentagem feminina em relação à masculina. Elas são minoria estatística, o que aumenta a sua invisibilidade perante o poder público e sociedade. Dessa forma, buscou-se nesta dissertação lançar um olhar para a sua realidade, afim de conhecê-las e identificar suas estratégias, táticas e potencialidades. A metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Privilegiou-se a realização de entrevistas com mulheres em situação de rua nos acolhimentos ofertados pela Prefeitura Municipal, e com aquelas que permanecem nas ruas e acessam os serviços do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Também foram realizadas entrevista coma coordenadora de um dos acolhimentos e a fundadora da Missão Bom Samaritano, grupo da sociedade civil que presta assistência à essa população. Além disso, foram feitas observações de campo no centro da cidade, especificamente na Praça do Santíssimo Salvador, possibilitando o conhecimento deste fenômeno social em seu território. As análises dos dados nos permitiram identificar que apesar da condição de vulnerabilidade social dessas mulheres, elas possuem capacidade de reinventar seu cotidiano e requisitar do poder público o reconhecimento de seus direitos e sua visibilidade nos espaços de participação destinados à essa população.

Palavras-chave: Mulheres em Situação de Rua; Invisibilidade; Políticas Sociais; Intersetorialidade; Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

This dissertation aimed to understand the singularities and particularities of women living on the streets in the city of Campos dos Goytacazes, located in the northern region of the state of Rio de Janeiro (RJ). The social phenomenon of the homeless population calls attention to the fact that it consists of a heterogeneous group that has in common extreme poverty, broken or weakened family ties, and the use of the streets as a place to live and survive. This complex condition demands specialized institutional responses. Considered "invisible", people living on the streets often have their rights and access to public policies denied. The only nationwide survey carried out so far occurred thirteen years ago, and one of the data that remains current is the percentage of women concerning men. They are a statistical minority, which increases their invisibility before the government and society. Thus, this dissertation sought to inspect their reality, get to know them, and identify their strategies, tactics, and potentialities. The methodology used consisted of bibliographic research and field analysis, through interviews with women living on the streets in the shelters offered by the City Hall, and with those who remain on the streets and access the services of the Specialized Reference Center for the Homeless Population (Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - POP). Interviews were also held with the coordinator of one of the shelters and the founder of the Bom Samaritano Mission, a civil society group that assists this population. In addition, field observations were made in the city center, specifically in the Praça do Santíssimo Salvador, enabling the knowledge of this social phenomenon in its territory. The data analysis allows us to identify that despite the condition of social vulnerability of these women, they can reinvent their daily lives and request from the government the awareness of their rights and their visibility in participatory spaces for this population.

Keywords: Women Living on the Streets; Invisibility; Social Policies; Intersectoral approaches; Campos dos Goytacazes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
METODOLOGIA	15
PERCURSO METODOLÓGICO	18
CAPÍTULO 1 – DISCUSSÕES INICIAIS ACERCA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	26
1.1 – As bases históricas e sociais da população em situação de rua no país.....	26
1.2 – A população em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes: aproximações por meio do levantamento bibliográfico e observações iniciais	41
CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	65
2.1 - As Políticas Sociais no atendimento à população em situação de rua sob o prisma da intersectorialidade no município	65
2.1.1 – <i>As políticas emergenciais em tempos de pandemia</i>	80
2.2 – A participação social e política da população em situação de rua: o CIAMP -RUA como um possível espaço de promoção da cidadania?	84
CAPÍTULO 3 – OBSERVANDO-AS BEM: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	90
3.1 – A representação das mulheres em situação de rua na literatura e nas pesquisas.....	90
3.2 – Relatos de vivências das mulheres em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICES	137
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação está inserido no debate da população em situação de rua, com significativa presença no espaço urbano das médias e grandes cidades, e expressivamente nas metrópoles de praticamente todo o Brasil. O recorte do objeto de pesquisa abrange as mulheres em situação de rua na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, as quais se encontram principalmente na área central, no entorno da Praça São Salvador.

Acreditamos que o olhar específico sobre as mulheres permite identificar as particularidades desse segmento social que vivencia a dinâmica das ruas, recriando esse espaço para a moradia e sobrevivência. Incluímos nesse universo as mulheres que se encontram abrigadas em instituições de acolhimento temporário, que também estão inseridas na denominação população em situação de rua conforme dispõe o Decreto nº 7.053/2009. Este institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

Pessoas que se encontram nessa situação possuem algumas características socioeconômicas em comum. Na legislação mencionada anteriormente o termo se define como:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, s.p.).

Diante das pesquisas e literatura existentes sobre esse segmento populacional, identifica-se com relação à questão de gênero, a predominância da presença masculina nas ruas. Entretanto, a presença de uma parcela de mulheres, ainda que pequena, alerta para a necessidade de lançar um olhar apurado para esse grupo, buscando compreender as razões determinantes que levaram elas a essa situação, bem como as particularidades que enfrentam no universo das ruas.

O motivo pelo qual as mulheres aparecem com uma menor porcentagem nas pesquisas decorre de fatores variados, destacando-se o papel social atribuído às mulheres e transmitido entre as gerações: o de serem responsáveis pelos cuidados com o lar, os filhos e na manutenção da moral e ordem familiar (ESCOREL, 1999; QUIROGA e NOVO, 2009). Dessa forma, a mulher está voltada para o ambiente doméstico, enquanto ao homem atribui-se o papel de provedor da família, voltando-se para o ambiente social e do mercado de trabalho. Outro fator

provém do próprio ambiente das ruas, entendido como hostil por ser permeado por vários tipos de violência e preconceitos, se tornando um espaço perigoso para elas por serem consideradas “menos adaptadas” e frágeis (QUIROGA e NOVO, 2009).

Segundo dados da última pesquisa realizada pelo IBGE (2010)¹, o município de Campos dos Goytacazes contabiliza em torno de 463.731 mil habitantes com estimativa de 507. 548 habitantes para o ano de 2019. Possui uma localização geográfica estratégica, situando-se entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de ser perpassado por uma estrada (BR 101) que liga a cidade a diversos pontos do país. Ademais, o município conta com uma rede de recursos públicos ampliada, um grande quantitativo de universidades e institutos públicos e privados, além da proximidade com a capital do estado do Rio de Janeiro e com o Complexo do Porto do Açu/São João da Barra².

Esse panorama cria uma realidade ideal em torno do seu distrito sede, a cidade de Campos dos Goytacazes – contudo, as oportunidades reais não são iguais para todos. A desigualdade social e econômica, e a realidade do desemprego, são perceptíveis nos mais diversos âmbitos da cidade. A problemática da população de rua é uma das expressões da questão social que tem sido notada constantemente nas ruas do município, principalmente na área central, pois é o território onde existem as maiores possibilidades dessa população conseguir recursos para sua sobrevivência.

A escolha da cidade de Campos dos Goytacazes como o lugar de pesquisa foi reafirmada após o levantamento aprofundado de trabalhos que retratam a realidade da população em situação de rua, no intuito de conhecer o que tem sido abordado sobre esse tema. Foram selecionados no total dessa pesquisa três artigos, seis trabalhos de monografia e duas dissertações. As áreas de estudo que mais se destacaram foram serviço social, geografia, arquitetura e urbanismo e saúde pública. Com relação às discussões dos trabalhos engloba-se: o debate da população em situação de rua e o território; políticas sociais; o direito à cidade; fluxos migratórios; população em situação de rua enquanto expressão da questão social; violência, dentre outras. Neste levantamento bibliográfico não foram encontrados outros trabalhos que tratem da questão de gênero especificamente entre a população em situação de rua. Dessa forma, a seguinte dissertação se propôs a pesquisar a população feminina em situação de rua e suas particularidades no município em questão.

¹Para mais informações acessar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>.

² O Complexo Portuário do Açu é um dos maiores complexos de infraestrutura do Brasil desenvolvida pela empresa Prumo Logística. Entre suas atividades se destacam aquelas ligadas ao minério de ferro, petróleo e gás, termoelétrica e movimentação de cargas. Possui também a instalação de diversas filiais de empresas nacionais e multinacionais. Mais informações em: <https://portodoacu.com.br/sobre-o-porto/porto-do-acu/>.

Para maior aproximação com o campo de pesquisa foram realizadas algumas observações prévias na área central da cidade. No total, foram realizadas oito idas à campo em dias alternados (de segunda à sábado), entre os horários de 7:00h e 20:00h. A partir dessas observações prévias pode-se constatar que a presença das pessoas em situação de rua na Praça São Salvador é constante em qualquer hora e dia da semana. Contudo, há um maior número de pessoas a partir das 17:00h, pois é quando elas começam a se recolher para ajeitar o local onde dormem. Esse aumento também ocorre em dias de feriado. Outra observação feita e que está em consenso com a literatura é o número de homens e mulheres, sendo visível que a presença delas é minoria, além de serem mulheres aparentemente mais jovens.

Com o agravamento da pandemia da Covid-19 foi necessária a tomada de novos rumos para a pesquisa. É importante contextualizarmos o momento que o mundo inteiro está vivendo. Longe de ser um “novo normal”, está sendo um dos acontecimentos de grande magnitude desse século, envolvendo muitas nações mundiais, influenciando em diversos aspectos cotidianos, causando uma verdadeira crise sanitária, social, econômica e política.

Segundo o Ministério da Saúde³, a pandemia da Covid-19 começou com o surgimento do novo coronavírus denominado SARS-CoV-2 que foi identificado desde dezembro de 2019 na cidade de Wuhan na China, e desde então foi se espalhando entre a população do país asiático e ao redor do mundo. Por ser novo na família do coronavírus não existiam muitas informações sobre seus sintomas e sequelas, o que impulsionou a corrida de cientistas por novas informações e pela descoberta de uma vacina.

Tudo o que se sabia era que existiam sintomas parecidos com uma gripe, mas que o novo vírus é mais grave e letal. Desde então, as autoridades em saúde passaram a recomendar que as pessoas evitem se aglomerar, lavem as mãos com frequência, se distanciem de parentes e amigos logo que aparecer algum sintoma, principalmente daqueles considerados grupos de risco como os idosos, pessoas portadoras de doenças crônicas (diabetes, hipertensão, asma, etc.), gestantes e crianças menores de 5 anos.

No início da pandemia a população descreditava que a doença pudesse chegar tão rápido ao país, principalmente pelo modo como alguns governantes tratavam da situação – um exemplo foi o próprio Presidente da República, o qual demonstrava uma grande polaridade política e social.

Mesmo assim, a pandemia logo chegou e de forma avassaladora, demonstrando que o país não estava preparado para uma crise desse nível. O caos instalado nos hospitais públicos e

³Para mais informações acessar: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>.

privados demonstrou que a política de saúde em nosso país é precária, mas ainda assim, o Sistema Único de Saúde (SUS) se apresenta de forma cada vez mais urgente, sendo necessária a defesa pela sua existência.

As escolas e universidades começaram a suspender suas aulas e atividades, comércios fecharam e alguns postos de trabalho também, ficando apenas os chamados serviços essenciais. Palavras estrangeiras como *home-office*, *lockdown*, que em grande parte eram desconhecidas pela população brasileira, foi inserida ao nosso vocabulário cotidiano. Uma parte dessa população precisou adaptar suas rotinas dentro de suas casas, enquanto grande parte dos brasileiros se viu sem condições de realizar suas atividades laborativas, sobretudo, aqueles que trabalham no mercado informal. Desse modo, os efeitos dessa crise têm afetado a vida da população no geral, sobretudo as populações conhecidas como as mais vulneráveis.

A observação de campo da pesquisa iniciou-se em março de 2020. Todavia, devido à pandemia da Covid-19 a atividade foi paralisada, tendo sido retomada no mês de maio do mesmo ano, ainda no contexto da pandemia. Entre os vários aspectos dessa nova condição destaca-se a ida ao campo mediante o uso ininterrupto de máscaras de proteção em público, o uso do álcool em gel e o distanciamento social.

Diante desse novo contexto inesperado, a pesquisa de campo foi afetada de diversas maneiras. De imediato o cronograma do projeto de pesquisa foi alterado com o adiamento de algumas atividades como: a defesa do próprio projeto, a ida ao campo, as entrevistas nos abrigos, a participação em congressos, entre outras. Essa alteração no cronograma precisou ser feita de forma que não comprometesse a pesquisa e o tempo estimado da duração do mestrado que é de 24 meses.

Outra alteração necessária na pesquisa foi em relação à sua metodologia, com a adaptação de alguns elementos para esse novo cenário. As observações passaram a serem feitas com menos frequência e buscando sempre manter um distanciamento social tanto das pessoas em situações de rua, quanto de transeuntes no geral. Também foi preciso que essas observações fossem feitas com o maior distanciamento físico possível para proteção de ambas as partes. Lembro-me que ao retornar as observações de campo sentia-me bastante insegura, desconfortável e preocupada com a minha saúde e dos meus familiares.

Além disso, antes do retorno ao campo pensava-se a todo momento na população em situação de rua e em outras populações vulneráveis, pois estes são demasiadamente afetados pelos efeitos da doença e do distanciamento social que ela nos impôs. Sabemos que a população deste estudo não tem as condições necessárias para cumprir todas as recomendações das autoridades de saúde como, por exemplo, “ficar em casa”. Para qual casa eles vão se não a

possuem? Essa difícil realidade foi bem retratada pelo chargista Luiz Fernando Cazo e publicada em um *blog*⁴:

Figura 1: Charge sobre a população em situação de rua.



Fonte: Blog do AFTM (2020).

Em meio a esse contexto estava eu, a pesquisadora, que tinha se organizado e pensava em ir livremente ao seu campo de pesquisa, mas que se deparou com as incertezas e limites de realizá-la em plena pandemia. Esse dilema tem ocorrido com inúmeros pesquisadores (as) de pós-graduação no mundo inteiro, principalmente daqueles que trabalham com pesquisas etnográficas. Em um artigo do *blog* Labemus⁵, o antropólogo Daniel Miller comenta que o começo do ano no Reino Unido é uma época típica em que os doutorandos imaginam que vão à campo realizar suas pesquisas, mas que diante da pandemia surgiu um cenário de incertezas, seja em relação a metodologia adotada, seja quanto ao tempo de duração dessa situação que muitas vezes não passa por adaptações, exigindo os mesmos prazos adotados em períodos não pandêmicos.

A fala do antropólogo descreveu muito bem meus sentimentos nesse período. Deste modo, surgiram novas possibilidades para a adoção de estratégias e adaptações da metodologia escolhida. Entre essas, passariam a ser realizadas entrevistas com os profissionais dos abrigos

⁴ <https://blogdoaftm.com.br/>

⁵ <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller/>

de acolhimento voltados para a população em situação de rua via *e-mail* e chamadas de vídeo. Também foi incluída uma pesquisa documental a partir de fontes como jornais, *blogs*, redes sociais, entre outras, os quais estão se dedicando a discutir a precariedade que atinge essa população (e que aumentou no tempo da pandemia). Essa nova metodologia acrescentada à pesquisa chama-se ciber-etnografia, e também recebe outros nomes como netnografia ou etnografia virtual.

Essas estratégias possibilitaram a continuação da pesquisa em um formato diferenciado em alguns aspectos, mas que não desqualifica a qualidade dos dados que podem ser oferecidos. A atual situação que a sociedade enfrenta é uma possibilidade de analisar como a esfera pública e iniciativas da sociedade civil têm agido perante as necessidades dessa população tão invisível.

Dessa forma, a presente dissertação busca responder as seguintes questões de pesquisa: Quais são as singularidades e particularidades que as mulheres em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes possuem? Quais são os riscos sociais a que estão expostas? Quais estratégias ou como “se viram” as mulheres para sobreviverem a essa situação?

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender as singularidades e particularidades da condição das mulheres em situação de rua em Campos dos Goytacazes/RJ. Os objetivos específicos que buscamos alcançar foram: 1) Conhecer os modos de vida que as pessoas em situação de rua em Campos dos Goytacazes desenvolvem neste contexto e identificar as maiores dificuldades encontradas por elas; 2) Analisar se atualmente as políticas sociais públicas levam em conta as singularidades e particularidades das mulheres nas esferas da formulação e implementação; 3) Compreender suas táticas e estratégias de sobrevivência diante dos desafios diários que elas enfrentam.

Assim, esta dissertação se organiza em três capítulos. O primeiro intitulado “Discussões iniciais acerca da população em situação de rua no Brasil”, trata das questões mais amplas sobre esse fenômeno social no país e na cidade de Campos dos Goytacazes. No primeiro item, “As bases históricas e sociais da população em situação de rua no país”, buscou-se resgatar os fundamentos da sociedade brasileira, influenciando nas condições que as populações mais empobrecidas se encontram até hoje. Além disso, centrou algumas de suas discussões nas transformações e conquistas da população em situação de rua no país, até ser considerada um grupo de direitos socialmente reconhecidos.

O segundo capítulo denominado “Políticas Sociais para a População em Situação de Rua no município de Campos dos Goytacazes”, teve como objetivo descrever as políticas sociais existentes no município voltadas para a população em situação de rua e foi subdividido em dois itens. O primeiro, “As Políticas Sociais no atendimento à população em situação de rua

sob o prisma da intersetorialidade no município”, pretendeu discutir as políticas sociais no contexto municipal em Campos dos Goytacazes, e se essas têm acompanhado a necessidade de políticas intersetoriais na resolução das demandas complexas do segmento social. O segundo item, “A participação social e política da população em situação de rua: o CIAMP -RUA como um possível espaço de promoção da cidadania?”, buscou descrever as intervenções do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da política municipal nas questões referentes à essa população, e se a mesma participa efetivamente desse espaço no município.

Por fim, o terceiro capítulo, “Observando-as bem: um olhar sobre as mulheres em situação de rua em Campos dos Goytacazes”, empenhou-se em discutir o universo feminino nas ruas em relação às suas particularidades e singularidades. O primeiro item, “A representação das mulheres em situação de rua na literatura”, introduziu os debates realizados sobre elas na sociedade brasileira, buscando identificar tais realidades também na pesquisa de campo realizada. O segundo item, “Relatos de vivências das mulheres em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes”, trouxe os relatos das mulheres entrevistadas com o intuito de dar visibilidade à realidade destas, e estimular a continuação de estudos e pesquisas nesse campo temático.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento da pesquisa de dissertação sua estrutura foi definida em três partes: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica consistiu na sistematização de conteúdos sobre a população em situação de rua a partir de livros, artigos, revistas, jornais, *sites*, *blogs*, redes sociais e trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses). A pesquisa documental reuniu leis, políticas, decretos, normas e documentos institucionais no geral. Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, seguindo roteiros específicos. As entrevistas foram realizadas em duas fases: a primeira foi realizada no dia 22 de janeiro de 2021 por meio da plataforma online Google Meet, e contou com a participação de uma ex-coordenadora de acolhimento público (Casa de Passagem) o qual possui contato direto com a população em situação de rua. Também foram realizadas duas entrevistas presenciais em dias diferentes, sendo a primeira no dia 9 de setembro de 2020, e a segunda no dia 28 de setembro de 2020— essas entrevistas seguiram as

recomendações das autoridades de saúde contra o contágio da covid-19. Participaram desse momento voluntárias de uma organização da sociedade civil (Missão Bom Samaritano)⁶

Na segunda fase buscou-se o contato com as mulheres em situação de rua nos abrigos. Foram selecionados a Casa de Passagem, o Abrigo Temporário no antigo Hospital Manuel Cartucho, e o Centro POP. Os três equipamentos são serviços ofertados pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. A entrevista realizada no primeiro equipamento aconteceu no dia 30 de outubro de 2019, antes do contexto da pandemia. As três entrevistas no Abrigo Manuel Cartucho aconteceram no dia 7 de outubro de 2020, e as duas entrevistas realizadas no Centro POP aconteceram no dia 28 de dezembro de 2020.

As observações nas ruas tiveram como delimitação os pontos destacados no entorno da Praça São Salvador (Figura 2), localizada na área central da cidade. Essa praça é o ponto de localização da Catedral Menor do Santíssimo Salvador, e de diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como prédios históricos importantes como: o Museu Histórico de Campos, o Hotel Gaspar, o antigo prédio da Lira de Apolo, e o Chafariz Belga.

Figura 2: Foto da Praça São Salvador.



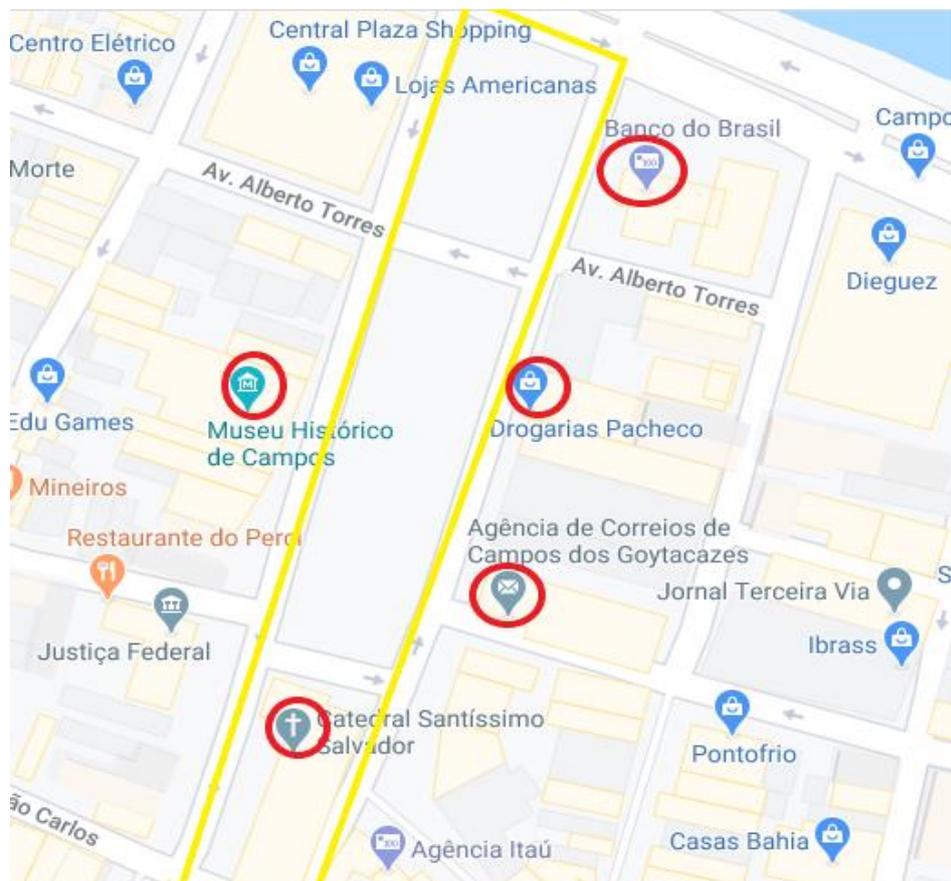
Fonte: Blog Campos dos Goytacazes em Fotos (2010).

⁶ A Missão Bom Samaritano é um projeto social de caráter religioso vinculado à Diocese de Campos dos Goytacazes. O projeto tem a finalidade de acolher a população em situação de rua em um espaço físico anexado ao Santuário Diocesano Eucarístico, localizado na Praça Batalhão Tiradentes - Centro, proporcionando serviços baseados na restauração de dignidade. Para ajudar a manter os trabalhos o grupo conta com os serviços de voluntários da sociedade civil e doações de roupas, calçados, cobertores, materiais de higiene e alimentos.

A Praça São Salvador foi escolhida para o local onde seriam realizadas as observações de campo, pois é um dos pontos da cidade onde mais se encontram pessoas em situação de rua. A localização geográfica da praça auxilia na obtenção de recursos materiais, seja através dos “bicos” que eles podem fazer (como guarda de carros, venda de doces, dentre outros), seja pela proximidade dos equipamentos de assistência social, ou até mesmo pela oferta de doações de entidades religiosas e da sociedade civil.

No cartograma apresentado na figura 3 a área retangular em amarelo delimita o espaço da Praça São Salvador, e os pontos circulares em vermelho são aqueles onde foram identificados a presença de pessoas em situação de rua com maior frequência. Contudo, esses pontos não são fixos entre essa população, pois é próprio desse segmento populacional se deslocar com frequência para outros pontos da área, e até mesmo para demais áreas da cidade. Mesmo assim, essa delimitação foi realizada para melhor aproveitamento das observações que foram realizadas em campo.

Figura 3: Cartograma da Praça São Salvador.



Fonte: elaboração própria a partir do Google Maps(2020).

A pesquisa de campo nas ruas foi adotada segundo o método da Observação Flutuante com base na pesquisa da antropóloga francesa Pétonnet (2008), e foi subsidiada com as observações realizadas antes da defesa do projeto e com as observações contínuas. Para auxiliar nessas observações utilizou-se a Grades de Observação com aspectos relevantes sobre a população em situação de rua:

Quadro 1: Grades de Observações.

Aspectos para observar	Esfera pessoal
A casa	
O trabalho	
A alimentação	
Os cuidados pessoais	
Universo feminino	

Aspectos para observar	Relações de sociabilidade
Os grupos	
Os casais	
As famílias	
Os transeuntes	
As organizações da sociedade civil	

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro contato de um/a pesquisador/a com seu objeto de estudo é geralmente permeado de diversas descobertas, mas também de dúvidas, curiosidades e inquietações. Convém ressaltar que existe grande tendência do pesquisador/a de escolher o tema conforme os seus interesses e circunstâncias condicionados às suas perspectivas (GOLDENBERG, 2004).

Fez-se necessário nessa dissertação a construção de um capítulo expondo o percurso metodológico da pesquisa, além de descrever as dificuldades e novas exigências diante da pandemia da Covid-19.

O início da minha aproximação com o tema aconteceu ao longo da pós-graduação *latu sensu* realizada na Universidade Federal Fluminense – Campos/RJ. O interesse emergiu diante do convite feito pela professora, e posteriormente orientadora, Leda Regina de Barros Silva, para participar de um grupo de estudo e pesquisa coordenado por ela chamado “Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Direitos à Cidade e Políticas Públicas para a População em Situação de Rua – a população em situação de rua em Campos dos Goytacazes/RJ”⁷.

Desde então comecei a participar de alguns eventos importantes na cidade que abordava a questão dessa população. O primeiro evento em que participei aconteceu no dia 10 de outubro de 2018. Tratava-se do I Fórum Municipal para a Formalização do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para a População em Situação de Rua – CIAMP, que significou um marco político e social para essa população no município.

O Fórum foi formado pelo poder público e pela sociedade civil. A sua realização teve como objetivo aprovar e eleger as representações da população em situação de rua na cidade. O evento contou com a participação de pessoas em situação de rua, além de lideranças de movimentos sociais. Naquele momento eu já havia me decido pelo objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso, no qual abordei o tema da intersectorialidade entre as políticas de assistência social e de saúde para a população em situação de rua.

Também comecei a participar de algumas reuniões do Comitê Intersetorial e, a partir disso, algumas questões passaram a me inquietar como pesquisadora. Os profissionais relatavam que estava crescendo em Campos o número de mulheres em situação de rua, e até mesmo o caso de algumas famílias, o que não é tão comum – o município apresentava mais casos de homens, sejam esses migrantes ou do próprio município.

A possibilidade de realizar uma pesquisa focada nas mulheres em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes tornou-se então uma proposta concreta. Essa ideia foi sendo amadurecida no ano de 2019 com o meu ingresso no mestrado, ao constatar nas pesquisas e literatura existentes o incipiente enfoque dado à questão do gênero nas ruas.

⁷O presente projeto de pesquisa intitulado "Políticas públicas, direito à cidade e processos migratórios contemporâneos - a população em situação de rua em questão em Campos dos Goytacazes/RJ", visa oportunizar as necessárias aproximações da população em situação de rua na perspectiva de compreender os processos migratórios que se impõem aos mesmos, assim como apreender sua relação com a cidade e desta para com eles. Soma-se a esse objetivo apreender e analisar as múltiplas e perversas desigualdades histórico-contemporâneas a que são submetidas, suas condições sociais, econômicas, políticas e culturais e seu lugar de sujeito no conjunto das políticas públicas. Sobre a base empírica foi escolhida e definida uma amostra de 70 a 80 pessoas a serem entrevistadas nos diversos territórios que ocupam. Serão levantados os documentos e registros produzidos sobre os atendimentos realizados pelas instituições públicas, assim como os jornais de maior circulação no município.

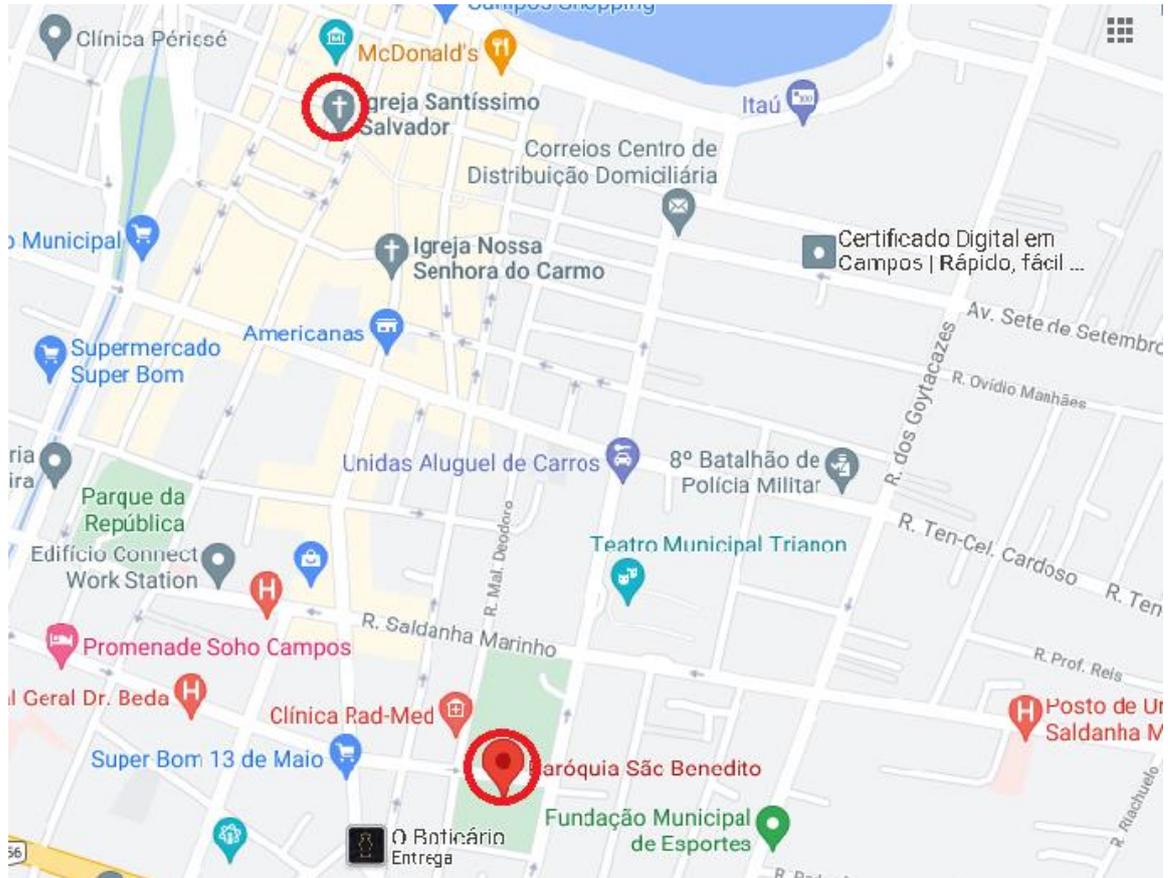
O primeiro contato que obtive com o campo da pesquisa objetivou a familiarização com a situação dessas mulheres. No final de 2019 comecei de forma aleatória a realizar algumas observações de campo na área central da cidade: na Praça Salvador e nos arredores dos jardins da Igreja São Benedito (Figura 4 e 5):

Figura 4: Foto da Igreja São Benedito.



Fonte: Blog Campos dos Goytacazes em Fotos (2010).

Figura 5. Cartograma da Igreja São Benedito.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2021)

Durante o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) ocorreu o meu primeiro contato direto com uma mulher em situação de rua. Aconteceu durante a realização de uma atividade no âmbito da disciplina optativa “Metodologia Qualitativa: O método da Entrevista”, ministrada pela professora Caterine Reginensi. A atividade a ser realizada era uma entrevista com alguma pessoa que fizesse parte do universo de nossa pesquisa de mestrado ou doutorado.

O contato citado anteriormente provocou muitas curiosidades a respeito do universo das mulheres em situação de rua, e de como era o cotidiano delas nesse meio. Para que fosse realizada essa entrevista fiz o contato com a coordenadora da Casa de Passagem, que me auxiliou como mediadora na fase de combinar os encontros. Aconteceu um encontro prévio no dia 23 de outubro de 2019, no qual foi marcada a entrevista para a próxima semana, no dia 30 de outubro de 2019 às 14:00h no acolhimento Casa de Passagem.

A minha escolha em entrevistar uma mulher surgiu ao me chamar a atenção os discursos de algumas mulheres relatando suas experiências na I Reunião Ampliada do Comitê

Intersetorial da População em Situação de Rua, realizada no dia 23 de agosto de 2019, no auditório da Prefeitura Municipal de Campos.

Algumas indagações passaram a surgir: Quem são essas mulheres? Como se sentem nesse ambiente precário das ruas? Como fazem para se proteger? Essas e outras questões passaram a nortear a pesquisa. A partir de então, os direcionamentos e desenhos da pesquisa começaram a me direcionar.

A entrada no campo de pesquisa para a dissertação também foi permeada por aproximações dessas mulheres, tanto na rua quanto nos abrigos. Na cidade existem três abrigos públicos: a Casa de Passagem, o Lar Cidadão e o Abrigo Temporário Manoel Cartucho de Castro – o mais recente entre os três inaugurado em 2020 como serviço especializado no enfrentamento à Covid-19. Além desses, o município conta com o Albergue Francisco de Assis (AFA) ligado ao Grupo Espírita Francisco de Assis (GEFA), que também recebe financiamento da prefeitura. Para realizar a pesquisa com as mulheres visitei a Casa de Passagem e o Abrigo Temporário Manoel Cartucho. A escolha por estes dois abrigos foi pela maior quantidade de mulheres e uma maior probabilidade de conseguir tais entrevistas.

Justamente no ano em que ocorreriam os principais contatos da pesquisa após a defesa do projeto de dissertação, fomos afetados pelo início da pandemia. Além disso, é necessário entender que uma pesquisa pode sofrer interferência de inúmeras fontes e o pesquisador/a precisa estar preparado para isso, tal como salienta Goldenberg (2004):

Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado – “o possível” para ele (GOLDENBERG, 2004, p. 13).

A maior dificuldade imposta à pesquisa pela pandemia foi a impossibilidade de realizar as entrevistas presenciais com as mulheres nas ruas logo no primeiro semestre de 2020, já que a principal recomendação das autoridades em saúde era o isolamento social.

Além das dificuldades existentes durante o período da pandemia, a pesquisa com esse público tem suas particularidades representando, em alguns casos, um problema para o/a pesquisador/a coletar os dados sozinho/a. Em primeiro lugar, pesquisar uma população que não possui estatísticas atualizadas em âmbito nacional impossibilita ter a real dimensão do seu contexto no país.

A condição flutuante dessa população também é um dos motivos que dificulta uma estimativa mais aproximada, o que gera dificuldade para quem está realizando o trabalho. A situação de rua pode trazer consigo problemas com o álcool e as drogas, mesmo não sendo

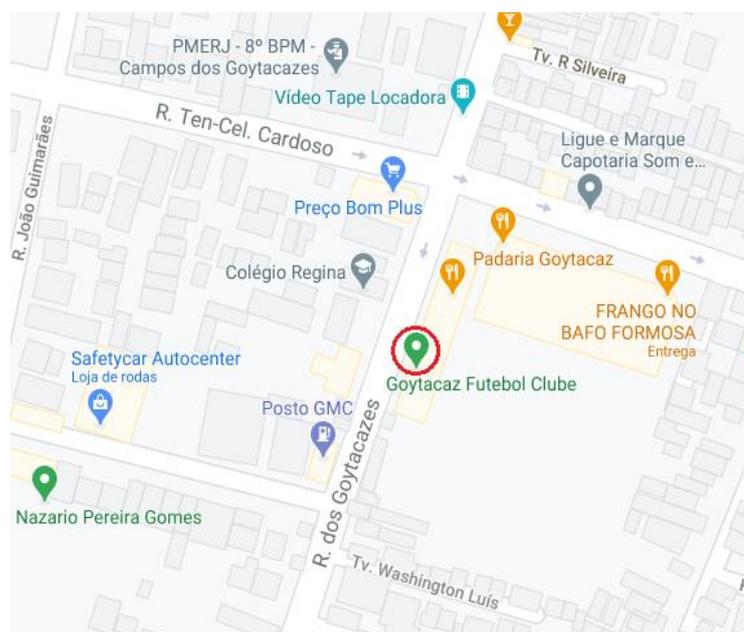
generalizado. Devido a essa problemática, em casos de abordagens com a realização de entrevistas é preciso fazer em dias que essas pessoas não estejam embriagadas ou sob o efeito de substâncias psicoativas.

Outro problema refere-se à violência urbana. Quando se vai a campo pesquisar essa população, é importante saber que a depender do horário (como o período noturno) pode ser uma atividade difícil. Esse problema também foi citado por Campos (2003) durante sua pesquisa. Tendo dimensão desse impasse, ao retornar ao campo para a tentativa de realizar entrevistas com as mulheres nas ruas, busquei ir sempre acompanhada no período noturno.

No campo foram feitas tentativas de conversa com as mulheres nas ruas e nos abrigos para obter aceitação em participar da pesquisa. Devido às dificuldades mencionadas algumas tentativas não tiveram sucesso e serão relatadas para nossa análise do fenômeno estudado.

No dia 02 de outubro de 2020 fui convidada a participar com a Missão Bom Samaritano em uma de suas rotas. A missão se baseia em duas rotas para a distribuição de alimentos. O grupo percorre diferentes pontos da cidade onde geralmente se encontram pessoas em situação de rua. A fundadora da missão havia comentado sobre uma mulher que fica em frente à sede e campo de futebol do Goytacaz Futebol Club na Rua dos Goytacazes (Figura 6). A fundadora relatou que muitas vezes encontraram-na alcoolizada nos dias de missão, mas mesmo assim eu poderia tentar uma abordagem com a mesma. Seria uma boa oportunidade de tentar iniciar uma conversa e falar da pesquisa, procurando saber se a referida aceitaria participar.

Figura 6: Cartograma da Rua dos Goytacazes.

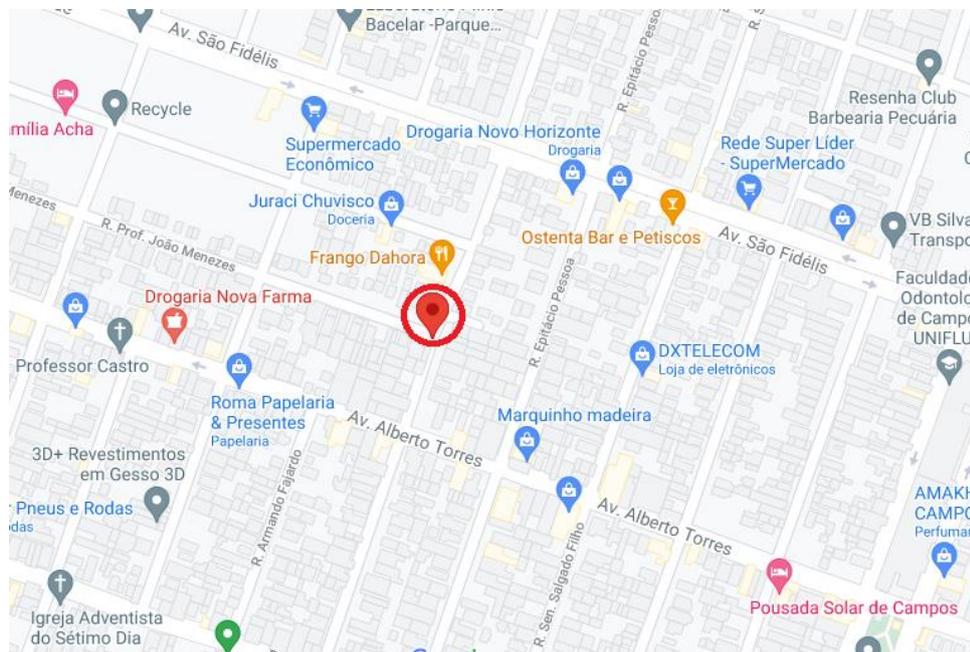


Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2020).

Ao chegarmos no local encontramos a referida mulher, seu companheiro e um amigo – eles foram cumprimentados e receberam as quentinhas. Naquele momento a mulher pediu que a ajudassem a tirar seu amigo do lugar em que ele estava, pois não havia “tapagem” e ele estava doente.

Outro caso que impossibilitou a realização de uma entrevista para a pesquisa aconteceu no dia 18 de novembro de 2020, ao conversar com uma mulher que não se reconhecia como pessoa em situação de rua na Casa de Passagem⁸ (Figura 7).

Figura 7: Cartograma da Casa de Passagem



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2020).

Ao iniciar a conversa fui esclarecendo os objetivos da minha pesquisa, mas quando eu perguntei se ela poderia participar da entrevista ela questionou se eu, assim como os funcionários do abrigo, estava falando que ela é moradora de rua. Expliquei a ela que se consideram as pessoas em situação de rua não só aquelas que estão dormindo debaixo da ponte e calçadas, por exemplo, mas também aquelas que estão acolhidas nos abrigos por não terem outro lugar para ir (assim define a Política Nacional). Mesmo tentando explicar isso a ela, não consegui obter uma entrevista. Por isso, as informações que obtive foram disponibilizadas por meio da coordenadora da Casa de Passagem na época.

⁸ De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), a Casa de Passagem é um Serviço de Acolhimento Institucional que faz parte dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. É um acolhimento previsto para pessoas e/ou famílias que estejam em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Segundo a coordenadora, a história dessa mulher já idosa é marcada por inúmeros processos de exclusão e vulnerabilidades sociais antes de ser acolhida no abrigo. Segundo relato posterior da coordenadora da Casa de Passagem, ela cuidava de uma irmã durante muitos anos e após o falecimento desta irmã ela ficou muito abalada, adoeceu e foi internada.

Quando pôde receber a alta, as assistentes sociais do hospital foram fazer uma visita domiciliar para conhecer melhor a realidade dela e a infraestrutura da residência onde morava. Chegando ao local constataram que a moradia era muito precária, sem condições de habitação, e por se tratar de uma pessoa idosa acionaram o Ministério Público. Foi decidido pelo órgão que iriam levá-la para um abrigo e por ela não possuir outra casa ou parentes que pudessem acolhê-la, encaminharam para a Casa de Passagem. Porém, ela não aceita essa condição, posto que afirma ter uma casa e deseja voltar para lá.

Essa senhora conseguiu o auxílio emergencial, mas quando os funcionários do abrigo a orientam utilizar esse benefício para fazer uma obra na casa ela não aceita— além disso, ela apresenta problemas de alcoolismo. A única pessoa da família é uma sobrinha que mora no mesmo quintal da casa dela, contudo ambas não possuem um bom relacionamento. A esse respeito, a sobrinha relatou às assistentes sociais que sofreu agressão da parte da idosa, o que a deixou com receio visto que tem filhos pequenos.

Dessa forma, eu expliquei meu objetivo de estar ali e falei que ela não era obrigada a participar. Decidi encerrar a conversa, pois conseguia ver o sofrimento dela ao tocar no assunto e nestes aspectos da sua vida.

Esses dois casos demonstram que nem tudo aquilo que foi planejado pôde sair como o esperado. Como em toda pesquisa é importante demonstrar aquilo que iria ser feito, e aquilo que foi possível fazer na realidade. Mesmo em um contexto de pandemia, foi possível obter dados que revelam a condição real dessa população, ofertando um importante material para análises e discussões nos capítulos dessa dissertação.

CAPÍTULO 1 – DISCUSSÕES INICIAIS ACERCA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Neste capítulo foram realizadas aproximações com o segmento social em estudo em suas dimensões mais gerais. Para isso, buscamos resgatar as bases históricas e econômicas que fundaram a sociedade brasileira, influenciando nas condições que as populações mais empobrecidas se encontram até hoje, pois é nesse contexto que a população em situação de rua se insere. Também apresentamos as características da população em situação de rua existente no município de Campos dos Goytacazes, com base nas bibliografias e pesquisas existentes. O objetivo foi conhecer melhor o que tem sido produzido, identificando os eixos temáticos, objetivos e a área de conhecimento de cada estudo. Também estão presentes neste capítulo as observações realizadas no contexto das ruas na cidade. Dessa forma, foi necessário apontar as lacunas na discussão da heterogeneidade dessa população, o que nos leva ao foco dessa dissertação: a discussão do gênero feminino nas ruas.

1.1 – As bases históricas e sociais da população em situação de rua no país

A presença da população em situação de rua, mais facilmente identificada nas grandes cidades e metrópoles do mundo, não é um fenômeno social recente. De modo mais preciso o seu surgimento se encontra adjacente ao nascimento das cidades pré-industriais da Europa e conseqüentemente acompanhando o desenvolvimento e ciclos do capitalismo (SILVA, 2009).

Entre as razões desse segmento social ser presença constante nos centros urbanos, é determinante a facilidade que se tem nesse espaço em obter recursos para sua subsistência. Neste lugar as pessoas que estão em situação de rua encontram auxílios assistenciais públicos e doações da sociedade civil, além de maiores oportunidades de trabalho – seja pela iniciativa própria ou por meio, por exemplo, de associações e cooperativas. Outra razão para a sua maior presença nas cidades são as abundantes possibilidades em obter abrigo proporcionada pela arquitetura urbana (SILVA, 2009).

A existência dessa população está atrelada à uma situação de pobreza com raízes históricas, sociais, econômicas e culturais. Em cada modelo de sociedade e nação esses aspectos apresentaram características variantes. Da mesma maneira que a pobreza se faz presente desde tempos longínquos, a situação de pessoas alocadas nas ruas é tampouco privativa da contemporaneidade. Cada período da história apresenta uma contribuição da definição acerca dos problemas urbanos (VALLADARES, 1991).

Desse modo, é importante destacar que muitos são os estudos brasileiros que debruçam sobre a temática dos problemas urbanos, cuja colaboração se origina em diversas áreas – leia-se serviço social, saúde, história, geografia, sociologia, ciências sociais, dentre outras.

Tanto em cidades grandes, quanto em cidades menores, a situação do segmento que vive este fenômeno social é extremamente alarmante, e cada vez mais relacionada às sociedades cujo modelo de produção é o capitalismo. Ao visualizarmos a realidade pregressa do país tomamos conhecimento das bases históricas e sociais que interfere nos modos de vida da população brasileira na atualidade.

O Brasil nasceu de uma colônia de exploração apoiada em uma produção econômica direcionada ao mercado internacional, voltada para o abastecimento da Europa, e sua organização social baseou-se na escravidão (LACERDA, 2010). Neste cenário a condição de escravo era a de indivíduos sem direitos e garantias de uma vida digna, sendo subservientes aos seus “donos” (quem o comprava e pagava por isso) (IANNI, 1996; THEODORO, 2004).

A independência econômica em nada pareceria favorável aos colonizadores. Sob esta ótica todo o projeto era a extração dos recursos da colônia e péssimas condições impostas à população residente. Esta população era constituída de homens livres e escravos – índios e negros – que tinham a sua força de trabalho explorada, possuindo chances mínimas de ascensão social e econômica.

Os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial - a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo - se constituíram na base principal de toda estrutura do país, econômica e social, formando o que foi denominado de “a grande exploração rural” (PRADO JR., 1961).

No que tange à organização social do Brasil colonial, o historiador Prado Jr. (1961) escreveu sobre uma população considerada impertinente, que fazia parte daqueles que ficaram à margem da população trabalhadora. Essa definição nos relembra uma das visões mais antigas voltadas para a população em situação de rua, e que insiste em permanecer na contemporaneidade:

[...] a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que manter e que, apresentando-se a ocasião enveredam francamente pelo crime. É a casta numerosa dos “vadios”, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades (PRADO, 1961, p. 281).

Observamos que as aparentes formas de ociosidade eram práticas criminalizadas há muito tempo em nossa história. Assim, no período Imperial era comum a polícia reprimir duramente pessoas que fossem encontradas praticando a vadiagem e mendicância, ações proibidas pelo Código Criminal existente nessa época (VALLADARES, 1991).

Desse modo, desde os tempos pretéritos já existiam problemas sociais que colocavam de modo transparente as divergências econômicas, políticas e culturais que assolavam diversos grupos, regiões ou raças, cabendo ao Estado a manutenção desta condição.

Tem-se, então, que os problemas sociais relacionados à violência e à pobreza já permeavam aquele em proporções diferentes das atuais. A questão social⁹ atravessou os períodos históricos do país, passando da Colônia até a Nova República ganhando novas roupagens.

Segundo Ianni (1996), com o fim do regime de trabalho escravo a questão social passa a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira. Nesse contexto, a sua presença requisita respostas dos diferentes setores da sociedade, e a classe trabalhadora começa a ser estimulada a se organizar em torno de suas lutas sociais. A questão social passa a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade desde o fim da escravidão.

Com a passagem dos regimes escravocratas para o modelo capitalista, o número de pessoas em situação de vulnerabilidade aumentou. De acordo com Sprandel (2004) o fim do regime de escravidão no Brasil incidiu no surgimento de homens pobres e livres, aumentando a dependência destes à elite aristocrática, ocasionando a ruína econômica do país e de seu povo. Temos aqui a mesma população de negros recém-libertos, mulatos e mestiços que foram inseridos na lavoura de subsistência, ou levados a formar favelas nas grandes cidades, chamados por Souza (2017) de “ralé brasileira”.

Estes aspectos da história social e econômica do país foram responsáveis pelo desenvolvimento de raízes que geraram inúmeras desigualdades sociais, sendo hoje determinantes na vida de grande parte da população brasileira. Na atualidade é possível perceber o quanto essas desigualdades incidem predominantemente sobre a população pobre e negra, havendo também uma discriminação expressiva relacionada ao gênero.

Em conformidade com os processos de industrialização e urbanização aceleradas, a pobreza nas cidades tornou-se cada vez mais um problema urbano. Levando em conta que o

⁹A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

Brasil passou por um processo de industrialização tardia e sem planejamento urbanístico na maioria de suas cidades, os problemas eclodiram acentuando as desigualdades já existentes, e fazendo com que outras surgissem.

Na segunda metade do século XX o país viu a sua população urbana crescer rapidamente, vivenciando um intenso processo de êxodo rural influenciado por sua industrialização recente. Entre os anos de 1940 e 1980 a população brasileira triplicou, ao passo que ao fim dessa década o Brasil já era eminentemente um país urbano (SANTOS, 1993).

Sem o devido planejamento as cidades brasileiras começaram a lidar com problemas que antes eram totalmente desconhecidos. O crescimento desordenado das cidades atrelado à segregação socioespacial, os problemas com a violência e, sobretudo, o desemprego e subemprego, são alguns destes problemas gerados na urbanização do país.

As cidades que não receberam um planejamento adequado para comportar o aumento progressivo dessa população, se depararam com uma oferta incipiente de serviços públicos como transporte, energia e água, ocasionando uma inserção precária ao espaço urbano (MARICATO, 2000). Essa inserção se dá de modo desigual e excludente entre os diversos sujeitos nesse espaço que encontram obstáculos na resolução de seus problemas, como o caso da habitação citado pela autora:

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalhador se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deve ocorrer pelo mercado (MARICATO, 2000, p. 23).

As discussões acerca do fenômeno da população em situação de rua perpassam diversas questões no âmbito das cidades, pois essas são o espaço no qual as maiores contradições do capitalismo podem ser visivelmente identificadas. Santos (2006) evidencia que a presença de pessoas na situação de pobreza aumenta a diversidade socioespacial da cidade através do contraste entre as áreas urbanas, assim como pelas formas de trabalho e de vida dessa população.

O ambiente urbano é para a população em situação de rua o espaço de oportunidades, de recursos e auxílios, seja no âmbito público ou privado – como exemplo tem-se algumas entidades religiosas que possuem a missão de amenizar os sofrimentos físicos e espirituais dessas pessoas. Por outro lado, o mesmo espaço urbano que oferta esses tipos de serviços também exclui e segrega, tornando-se palco de operações consideradas higienistas com relação a essa população, ou seja, tratam-se de violências de todas as naturezas.

Compreender a dinâmica vivenciada pela população em situação de rua, supõe sobretudo adentrar o debate do espaço e território. Na concepção de Lefebvre (2006) a triplicidade é capaz de revelar a dinâmica da produção social do espaço pelo capitalismo através dos conceitos de *espaço percebido*, *espaço concebido* e *espaço vivido*.

Segundo o autor, o primeiro está relacionado à prática espacial de uma sociedade específica. “Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida ‘privada’, dos lazeres)” (LEFEBVRE, 2006, p. 65).

O segundo conceito está relacionado a representações do espaço. É o espaço concebido “(...) dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas ‘retalhadores’ e ‘agenciadores’ (...). As concepções do espaço tenderiam (...) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente” (LEFEBVRE, 2006, p. 66).

No terceiro conceito encontra-se o espaço das representações dos próprios habitantes. O espaço vivido corresponde ao

espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais” (LEFEBVRE, 2006, p. 66).

É necessário destacar o quanto a população em situação de rua se apropria do espaço e é capaz de perpassar essas três esferas. A prática social faz parte da vida desses sujeitos onde a realidade cotidiana e urbana acaba refletindo nos seus modos de trabalho e relações sociais. Por outro lado, esse segmento social se encontra inserido em uma rede de serviços que perpassam todo um planejamento e intelecto a respeito daquilo que está sendo oferecido nas cidades.

Sob outra perspectiva, é no espaço das representações que encontramos a população de rua, de modo que esse público se torna capaz de transformar o espaço vivido criando também um sistema de símbolos e signos não-verbais próprios que permeiam seu cotidiano. “Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo”(LEFEBVRE, 2006, p. 70).

Desse modo, quando submetida ao espaço urbano por meio das contradições aí existentes, essa população cria em volta de si um sistema de representações coerentes com seu modo de vida e com aquilo que portam consigo de conhecimento e vivências, tanto no âmbito do grupo em si, quanto na singularidade de cada história particular.

Atuando junto ao conceito de espaço está o de território, que também mantém uma intensa relação com a população em situação de rua. Tal conceito possui pontos de vista diferentes, mas que se entrecruzam, fixando-se na sua relação com as diferentes formas de poder. Essas formas se expressam através das relações de dominação. Assim como aponta Haesbaert (2004):

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96, grifo do autor).

É a partir desta visão que tomamos como referência a relação da população em situação de rua com o conceito. A população em situação de rua se encontra rodeada por diferentes formas de poder que controla, vigia, e dita suas regras, punindo aqueles que estão fora dos “padrões”. O poder se expressa por meio do Estado, materializado nas instituições que atendem essa população e na lógica capitalista nas cidades.

O aspecto heterogêneo das pessoas que vivenciam a situação de rua retrata os diferentes modos que cada grupo menor desenvolve ao habitar nas ruas, por meio de sua relação com o território, as relações de sociabilidade construídas, incluindo nesse meio as instituições sociais de atendimento.

Desse modo, a população em situação de rua se vê constantemente submetida ao poder instalado. Em contrapartida, essa população também é capaz de criar um conjunto de práticas de resistências apreendidas nesse espaço, e que serão importantes para sua manutenção. Com base nisso, essas pessoas criam estratégias e hábitos próprios à medida que se veem cada vez mais conectados com o seu meio.

As pessoas em situação de rua geralmente são responsabilizadas pela situação de vida que estão passando no momento, sendo tratadas como uma ameaça à comunidade. As práticas higienistas e massacres fazem parte do cotidiano dessa população, sendo dirigidas muitas vezes pelo próprio poder público. Essas atitudes reforçam os preconceitos e estigmas já existentes sob essa população (SILVA, 2009), no entanto, por trás do que está visível à sociedade, existem inúmeras histórias marcadas pela vulnerabilidade social e violação de direitos. É o espaço urbano que retrata um capitalismo naturalmente excludente.

Uma importante característica histórica e econômica no país que influenciou na configuração da população em situação de rua foram os fluxos migratórios, gerando a figura do migrante em situação de rua. Silva *et al.* (2018) destacam que para essas pessoas as sequelas

advindas do capital, reforçadas pelo Estado e pelas instituições, pioram à medida que ao chegarem a uma determinada cidade sem uma rede familiar e comunitária de apoio, e sem uma moradia fixa, tem suas vidas cotidianas intensamente afetadas pelas desigualdades e exclusão encontradas naquele espaço.

Esse fenômeno social que caminha para um crescimento cada vez maior no Brasil, apresentou um aumento expressivo em meados da década de 1990 (SILVA, 2009; ESCOREL, 1999). O contexto político e social vivido nessa década representou perda de direitos significativos para a população brasileira, afetando sobretudo as classes mais empobrecidas.

Alterações na dinâmica da economia brasileira e conseqüentemente no mercado de trabalho, foram ocasionados pelo avanço neoliberal que expôs o país ao processo de mundialização do capital de forma subalterna. Esse processo foi denominado por Alves (2009) como “economia da sociabilidade constrangida”, pois a abertura comercial realizada durante o governo Collor, fez com que o mercado interno se retraísse perante o capital estrangeiro que se instalava no país. Dessa forma, a política econômica neoliberal contribuiu para a deterioração do mercado de trabalho.

As mudanças ocorridas no universo do mercado de trabalho, e seus efeitos principais na população trabalhadora – o desemprego e a precarização do trabalho – contribuíram para levar inúmeras famílias e sujeitos à situação de pobreza e miséria. Assim, essa população é impelida a buscar trabalhos e ocupações que não contribuem para mudar suas condições de vida, tornando-se o retrato das desigualdades vivenciadas cotidianamente em uma luta para “se virar” a cada dia nas ruas.

Há no Brasil um número considerável de pessoas em situação de rua. Por um lado, esta condição remete a problemas que versam os desafios estruturais para desenvolverem estratégias cuja efetividade seja absoluta para lidar com essas pessoas que estão à margem dos benefícios sociais – todavia, há uma certa invisibilidade desse grupo por parte dos cidadãos e do poder público (VALENCIO e CORDEIRO, 2008).

A questão da ampliação da visibilidade dessa população perante a sociedade e o Poder Público passou a acontecer por meio das lutas de organizações e movimentos sociais. A visibilidade dessas pessoas também está relacionada à nomenclatura que as designa. Robaina (2015) destaca que o antigo termo de “mendigo” utilizado para se referir à essa população, com o passar do tempo foi sendo substituído por outros como moradores de rua, sem-teto, povo de rua, sofredor de rua, dentre outros. A utilização de novos termos foi resultado de lutas político-sociais no âmbito acadêmico, assistencial e militante para que essa população recebesse um tratamento adequado e tivesse inserção na agenda das políticas sociais.

De fato, do mendigo à população em situação de rua, inúmeras são as tensões inscritas em um quadro que, ao longo do tempo, incorporou novas formas, práticas e significados. Sendo assim, as transformações nas formas de nomear e classificar acompanham as transformações do fenômeno e das respectivas leituras sobre ele (ROBAINA, 2015, p. 24).

Aos poucos essa população foi recebendo novos olhares, denominações e tratamentos pela sociedade e poder público. Esse último buscou conhecer melhor a realidade do fenômeno em questão para intervir sobre suas demandas. Foi a partir da década de 1990, com a denúncia das condições desumanas vividas por essas pessoas, que a população em situação de rua passa a ganhar maior notoriedade do Estado, o que acompanhou outras mudanças de nomenclatura do fenômeno social (ROBAINA, 2015).

É também a partir da década de 1990 que iniciativas de entidades de apoio e defesa da população em situação de rua começaram a se mobilizar politicamente de forma mais sistematizada, denunciando a ausência de políticas públicas voltadas para essas pessoas. No final desta mesma década a cena política em torno da questão da população em situação de rua se torna marcante, resultando na expressão através de fóruns, seminários, encontros, entre outros espaços que serão muito importantes para a visibilidade política e social dessas pessoas, bem como na conquista de direitos (MELO, 2016).

Um fato que marcou a história da população em situação de rua no Brasil, ocorreu nos dias 19 e 22 de agosto de 2004 na cidade de São Paulo, quando uma série de pessoas que estavam em situação de rua foram mortas brutalmente. O acontecimento causou comoção nacional e internacional, ficando conhecido como “Massacre da Praça da Sé”. O fato chamou a atenção da sociedade e do poder público para a questão precária dessa população e, a partir disso, movimentos sociais, organizações de direitos humanos, igrejas, políticos, entre outros agentes da sociedade, começaram a se mobilizar em defesa dos direitos dessas pessoas (DE LUCCA, 2016).

Foi em um contexto político-partidário de maior abertura aos movimentos sociais que o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) obteve as maiores conquistas para esse segmento, com destaque para a aprovação do Decreto nº 7.053/2009 que instituiu a Política Nacional e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, possibilitando à esta população o estatuto de cidadania.

É nesse contexto que surgiu o termo *em situação de rua*, associado à denominação dessa população, o que significou um avanço na forma de tratamento, mudando o olhar da sua

condição de um estado permanente para um processo que pode ser modificado. A nova nomenclatura se relaciona com o termo “processo de rualização”:

(...) parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de um *continuum*, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p.194, grifo do autor).

Outra conquista do MNPR foi a realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, nos anos de 2007 e 2008. Essa pesquisa é a única existente até os dias atuais englobando a realidade da população em situação de rua em nível nacional de forma ampla. De acordo com Veiga *et al.* (2009), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou a pesquisa mencionada com a pretensão de quantificar e informar-se à respeito do modo de vida e das características socioeconômicas dessa população, com a finalidade de formular e implementar políticas públicas direcionadas à ela.

Apesar de conter dados importantes sobre essa população no Brasil, ela se encontra defasada há mais de 10 anos. Além disso, a pesquisa em questão não abrangeu todo o território nacional. Ela foi realizada com pessoas com mais de 18 anos, em 71 cidades, sendo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais. A dificuldade de implementação de pesquisas censitárias sobre a população em situação de rua tem relação com a ausência de endereço fixo dessas pessoas mas, esse não é o único motivo – existe também uma falta de interesse político em contar essa população.

Um exemplo é a existência de projetos importantes no Congresso Nacional que enfrentam grande morosidade¹⁰. Entre esses, está o Projeto de Lei nº 6.802/2006, proposto pelo senador Paulo Paim (PT), que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados desde a sua aprovação pelo Senado. O referido projeto autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua e dá outras providências. A espera na aprovação de projetos dessa natureza atrasa a conquista de direitos que contribuem em mudanças de vida para essa população.

Segundo Natalino (2016), o país não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua, nem no censo demográfico decenal, nem nas contagens populacionais

¹⁰ Na reportagem do site do Senado é relatado com mais detalhes os acontecimentos referentes aos projetos existentes no Congresso Nacional: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua>

periódicas. A ausência de pesquisas nacionais, justificada pela complexidade operacional, prejudica a elaboração e implementação de políticas públicas.

É indubitável que a cada ano esse fenômeno social aumente e mais pessoas utilizem as ruas com a finalidade de moradia e de sustento pessoal. Os fatores que envolvem esta afirmação são vários: alcoolismo, uso de drogas, problemas familiares, problemas financeiros, desemprego estrutural, dentre outros (RESENDE e MENDONÇA, 2019).

Os dados da pesquisa nacional traçam um perfil socioeconômico e demográfico, identificando uma população bastante heterogênea em razão da idade, gênero, cor de pele, formação escolar, profissão, motivos de ida para a rua, dentre outros. À seguir pontuamos alguns aspectos identificados. Sobre o local para dormir, 46,5% preferem dormir na rua, enquanto 43,8% em albergues. Estão entre as razões dessas “escolhas” a falta de liberdade nas instituições (44,3%), os horários e rotinas rígidos (27,1%), e a proibição do uso de álcool e drogas nesses locais (21,4%).

Com relação à alimentação 79,6% conseguem fazer ao menos uma refeição por dia, enquanto 19% não conseguem se alimentar com ao menos uma refeição diariamente. Em relação à higiene pessoal os principais locais utilizados para tomar banho e fazer suas necessidades fisiológicas são a própria rua (32,6%), os albergues/abrigos (31,4%), os banheiros públicos (21,3%), estabelecimentos comerciais (9,4%) e casa de parentes e amigos (2,7%).

Mesmo não existindo uma pesquisa mais recente em nível nacional, alguns municípios têm se mobilizado para contabilizar essas pessoas e conhecer a realidade delas, mesmo em tempos de pandemia, como é o caso do Censo de População em Situação de Rua realizado em 2020 na cidade do Rio de Janeiro¹¹.

Com relação à identificação das pessoas entrevistadas nesse Censo, alguns dados estão em consenso com a Pesquisa Nacional. Esta pesquisa traçou um perfil socioeconômico no qual a maioria das pessoas entrevistadas foram homens (80,7%), com a predominância da faixa etária de 31 à 49 anos, a maioria de cor/raça preta ou parda (76,1%) e ensino fundamental incompleto (63,1%).

Porter sido realizada no mês de outubro de 2020 esta pesquisa pôde oferecer dados relevantes sobre os efeitos da pandemia nas condições de vida da população em situação de rua. Ao serem questionados se teriam ido para a rua por causa da pandemia, 20,4% responderam que sim. As causas principais foram: perda de trabalho (34,04%), perda de moradia (19,3%) e perda de renda (11,4%). Além disso, 59,1% declaram não receber nenhum tipo de auxílio em

¹¹ A pesquisa com os demais dados se encontra disponível na página: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore>

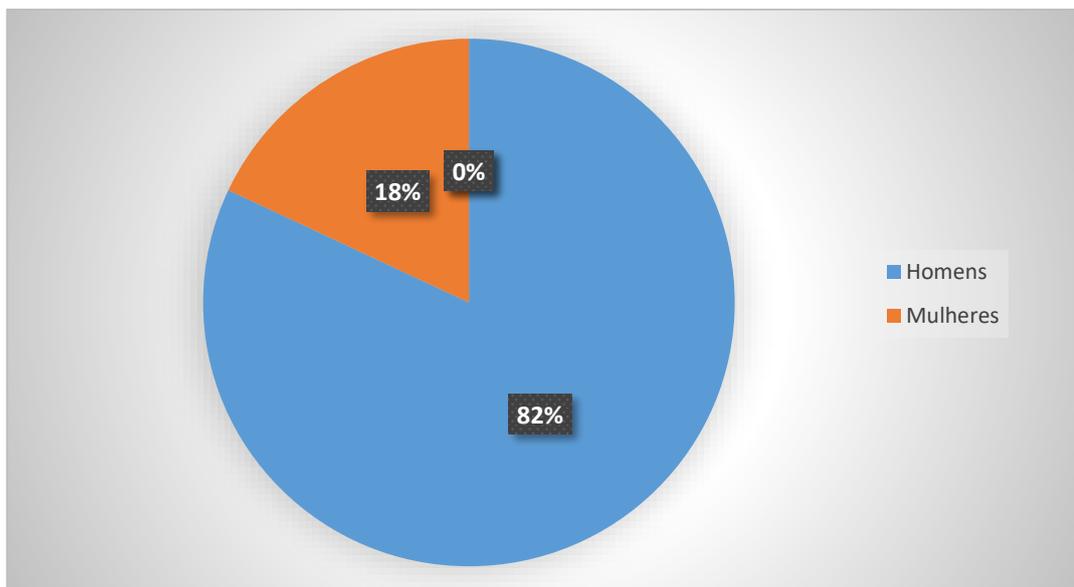
função da pandemia, enquanto 40,9% responderam que sim. Entre os auxílios recebidos estão o Auxílio Emergencial (68,7%), alimentos (32,1%), máscaras de proteção (28,4%), itens de higiene pessoal (25,4%) e oferta de lugares para higiene (8,2%).

Tanto os dados da pesquisa nacional, quanto os da pesquisa da cidade do Rio de Janeiro, revelam a precariedade das condições vividas pela população em situação de rua, sinalizando a necessidade de estudos e pesquisas mais aprofundados, e com maior periodicidade. Além do mais, essa população conta com diversas singularidades entre seus integrantes, como é o caso do público deste estudo – as mulheres em situação de rua.

Recentemente a vida delas tem gerado conteúdo de matérias nos meios de comunicação e mídias digitais. A matéria veiculada pelo canal digital do Observatório do Terceiro Setor aponta, por meio de relatos das mulheres, a “dureza” de estar nas ruas diariamente¹². Elas expõem como lidam com questões particulares ao universo feminino, entre essas, a maternidade, a saúde, as violências sofridas, dignidade, entre outras.

Assim como a Pesquisa Nacional, o Censo da População em Situação de Rua no Rio de Janeiro de 2020 também demonstrou que o percentual de homens é maior do que as mulheres em situação de rua. O gráfico abaixo ilustra os dados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua(2008) na época da divulgação dos resultados:

Gráfico 1 – Percentual de pessoas em situação de rua no Brasil por sexo



Fonte: Elaboração própria com base em Brasil/MDS (2009).

¹²Para mais informações acessar: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/os-desafios-diaris-enfrentados-pelas-mulheres-em-situacao-de-rua/>

Embora sejam minoria estatística, a realidade das mulheres expõe uma série de violação de direitos cometidas contra elas, requisitando maior atenção sobre as particularidades do gênero nas ruas. Com base na pesquisa mencionada, Quiroga e Novo (2009) ressaltam que o debate da mulher em situação de rua inclui questões relacionadas ao corpo e à sexualidade, as quais merecem maior destaque nas pesquisas e estudos a respeito delas.

Uma dessas questões, por exemplo, é como elas fazem para realizar suas necessidades fisiológicas e higiene pessoal. Por ser muito difícil realizar esses cuidados nas ruas (mais do que os homens), as deixam muito suscetíveis a doenças, assim como a assédios e violência. Inclusive, existe um debate atual sobre a pobreza menstrual e os seus impactos entre as mulheres em situação de rua. As questões de saúde e seus cuidados também são outro aspecto que diferenciam seu perfil¹³.

Outra questão determinante no perfil das mulheres identificada pela mesma pesquisa, é o grau de escolaridade e experiências de trabalho anteriores ao contexto das ruas. Em sua maioria a população feminina possui até a 4ª série do ensino fundamental (45,87%), enquanto uma pequena parcela chegou a concluir o ensino médio (2,28%). Em relação às oportunidades que as mesmas já tiveram de trabalhar com carteira assinada, os percentuais ínfimos (26,4%) revelam as suas desvantagens se comparada as chances que foram ofertadas aos homens (52,2%).

Estes dados expõem minimamente a realidade dessas mulheres, que antes mesmo de passarem a morar nas ruas já se encontravam em situações de desigualdades sociais e violência. Porém, longe de ser uma escolha pessoal, na maioria dos casos, tanto para elas quanto para os homens a situação extrema no qual se encontram na atualidade é fruto de uma rede de inseguranças maiores, a qual a população brasileira é submetida cotidianamente.

A questão racial também perpassa a realidade das mulheres que se encontram nessa situação. Para abordar essa entre outras questões, utilizamos o conceito de interseccionalidade discutido por Akotirene (2019). O conceito foi inicialmente criado no âmbito das leis antidiscriminação no campo da teoria crítica de raça pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, que o define como:

[...]uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades

¹³De acordo com os dados da Pesquisa Nacional, as mulheres que afirmaram possuir alguma doença relataram o caso de distúrbios psiquiátricos (9,0%), hipertensão (8,3%), diabetes (8,3%), problemas de visão e cegueira (5,1%) e AIDS (5,1%).

básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Assim, tal conceito se demonstra como essencial na apreensão dos diferentes marcadores sociais que caracterizam determinado grupo minoritário. Por isso, ele não é direcionado apenas aos casos de mulheres negras, mas de outros grupos que sofrem discriminações e opressões como as de classe, gênero, raça, etnia, dentre outros. No contexto da realidade das mulheres negras o conceito se fortalece ainda mais.

Com base na autora estadunidense, Akotirene (2019),

a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (2019, p. 11).

Assim, segundo o apontamento da autora, esse conceito busca contemplar a discussão sobre as reais necessidades das mulheres negras, que nem sempre recebem do movimento feminista e do movimento negro uma abordagem integral de suas particularidades.

Neste contexto, o surgimento da população em situação de rua nas circunstâncias atuais é um reflexo da complexidade que abrange o Brasil, apresentando-se como o resultado da exclusão social que a cada dia atinge e prejudica uma significativa parcela da sociedade que não se enquadra no atual modelo vigente de produção – o capitalismo. Isto é, pessoas que não se enquadram na estrutura social convencional, com menos que o necessário do que é adequado para um indivíduo viver de forma digna, em situação de pobreza extrema e frequentemente comprometida (HINO, SANTOS e ROSA, 2018).

A categoria de exclusão social atribuída à essa população envolve uma série de destituições que assolam essas pessoas. Apesar da maioria estar desvinculada do mercado de trabalho formal e sem domicílio fixo, elas não se encontram fora da sociedade e de suas interações. Segundo Castel (2010) a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um leque de relações sociais particulares da sociedade como um todo. Dessa forma, não existe nenhum indivíduo fora da sociedade mas, existem aqueles a quem os serviços são mal ofertados ou negados em suas necessidades mais básicas de existência e reprodução. Suas condições de vida, portanto, revelam a face mais desumana do sistema econômico do qual fazem parte de forma precária. Castel tem um debate muito generalista sobre exclusão, sem tocar na matriz

desse quadro que é a desigualdade: a exclusão é uma produção imanente deste mesmo modo de produção.

Martins (1997) também problematiza a categoria quando revela que ela camufla aquilo que é a sua real intenção: retratar uma *inserção marginal* nas estruturas da sociedade imposta pelo capitalismo. Dessa forma, os pobres e “fracos” são privados de participar da sociedade como cidadãos plenos, conscientes de seus direitos, e capazes de reivindicar pelos mesmos:

[...] *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata exclusivamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam* (MARTINS, 1997, p. 14, grifo do autor).

Desse modo, a população em situação de rua é constantemente inserida de modo marginal na sociedade e nas políticas sociais, por meio de programas focalizados e residuais. Ao serem encaminhados a pessoas com “poucas instruções” e sem “muitas exigências”, os programas sociais nesses moldes tendem a ser precários, quantitativamente e qualitativamente (SPOSATI *et al.*, 2014).

No caso da mulher que se encontra nessa situação, a sua experiência ocorre por meio de dois tipos de exclusão social: a exclusão da própria rua, e a exclusão pelo seu gênero, por faltarem programas que atendam às suas particularidades, sendo suas demandas diluídas na heterogeneidade desse segmento.

Outra categoria a qual direcionamos à população em situação de rua é a de classes subalternas. Yasbek (1996) utiliza esta categoria ao se reportar às classes usuárias das políticas sociais, especialmente da política de assistência social pública. No entanto, em sua concepção tal conceito sugere mais do que exploração e exclusão social na esfera econômica e política, aprofundando-se no campo da subjetividade e representações dos sujeitos sociais.

As classes subalternas submetidas diariamente às desigualdades sociais e subalternidade em suas relações sociais, trazem em si marcas desses processos. Não obstante, são essas classes que demonstram que a reinvenção de suas estratégias e habilidades são capazes de criar um cenário de lutas e resistências no intuito de buscar a sobrevivência diária, apesar de todas as dificuldades.

O que se observa é que os trabalhadores pobres, as classes subalternizadas e submetidas à espoliação engendrada pela sociedade capitalista reagem à situação de pobreza de diferentes formas, que muitas vezes se combinam: quer desenvolvendo estratégias de sobrevivência extremamente diversificadas, quer vindo a constituir-se em demandatária dos programas das políticas públicas, ou ainda, articulando-se em movimentos que tem o Estado como alvo prioritário de suas lutas sociais. É a carência como uma situação social, e não como uma situação individual de alguns, que define o caminho das ações coletivas de enfrentamento da pobreza por parte dos subalternos (YAZBEK, 1996, p. 44-45).

A busca pela sobrevivência entre essa população se expressa em diversos âmbitos. O modo de viver nas ruas, onde o espaço privado aparece no espaço público, integra as formas de reprodução da moradia, como fazem para se alimentar, para fazer a higiene pessoal, para guardar seus pertences, a convivência afetiva e solidária entre eles. Todos esses aspectos demandam por parte desses indivíduos reinvenção e criatividade em seu cotidiano, por meio de “estratégias” e “táticas”, adquirindo desse modo um saber próprio das ruas.

Para abordar a reinvenção que essas pessoas buscam no território, utilizamos dos conceitos de “estratégias” e “táticas” com base na obra *“A invenção do cotidiano”* de Certeau (1998). Ancorando-se nesses conceitos buscamos compreender de que forma essas pessoas agem perante as normas da ordem social e econômica dominante do capitalismo alastradas no espaço urbano. O primeiro conceito diz respeito ao cálculo com base em relações de força por um sujeito dotado de poder. Por outro lado, o conceito de “tática” define,

[...] um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (CERTEAU, 1998, p. 46).

Destarte, o primeiro conceito é o solo onde acontecem as suas relações sociais e onde essas pessoas buscam colocar em prática as suas táticas para (sobre) viver em meio às contrariedades cotidianas. É o espaço das ruas, das instituições que eles acessam, entre outros onde eles possuem acesso e são permitidos acessar.

O conceito de “táticas” refere-se ao conjunto de mecanismos que as pessoas em situação de rua encontram para responder à dureza da realidade impostas a elas. São os modos que desenvolvem para “se virar” em meio às contrariedades impostas e até mesmo às arbitrariedades, retratadas pelas violências, estigmas, injustiças e opressões.

Como mencionado anteriormente a permanência de mulheres nas ruas coexiste com particularidades e singularidades que demanda a reinvenção de estratégias próprias, por serem consideradas mais suscetíveis a situações de violência e opressão. Nesse ambiente tão intenso elas também são “marginalizadas e apartadas do convívio social” (QUIROGA e NOVO, 2009), assumindo uma condição subalterna dentro de um grupo já considerado frágil socialmente. Assim, buscamos nesse trabalho acadêmico compreender suas estratégias e táticas diante dos seus desafios diários.

No próximo item desse capítulo pretendemos adentrar nas características e perfil da população em situação de rua na cidade de Campos dos Goytacazes, situada na região norte do estado do Rio de Janeiro, por intermédio de dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), e a partir do levantamento de estudos acadêmicos sobre essa população na cidade, objetivando o aprofundamento sobre o que tem sido discutido sobre o tema. A aproximação pela via das observações de campo também propiciou informações relevantes sobre esse segmento social, especialmente a particularidade do gênero feminino nas ruas da cidade.

1.2 – A população em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes: aproximações por meio do levantamento bibliográfico e observações iniciais

A cidade de Campos dos Goytacazes possui características elementares para seu desenvolvimento econômico e social, abrangendo uma área territorial de 4.032,487 Km² e uma população estimada de 511.168 pessoas no ano de 2020, segundo dados do IBGE¹⁴.

A sua localização geográfica é um fator de atração para pessoas que buscam melhores oportunidades de vida e de trabalho no próprio município, ou como meio de passagem para outros lugares. Em termos de localização a cidade se situa no norte do estado do Rio de Janeiro, fazendo divisa com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Na última década outro fator importante para a cidade foi a sua proximidade com o Complexo do Porto do Açú/São João da Barra que atrai muitas pessoas para a região em busca de emprego (CASTRO e PIQUET, 2019).

Alguns aspectos históricos moldaram o município e deixaram marcas, influenciando a cultura e economia da sociedade atual. Um desses aspectos é a forte tradição da indústria açucareira na cultura do município e região.

¹⁴Para mais informações acessar: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html>

Ainda no século XVIII, a atividade açucareira consolidou-se na microrregião e desenvolveu-se, tanto em grandes latifúndios como em pequenas propriedades, expandindo-se ao longo do século XIX, inicialmente por meio dos engenhos e, posteriormente, através das usinas, que conferiram muita importância ao município de Campos dos Goytacazes, contribuindo, inclusive, para a duradoura coesão territorial de um município de grandes dimensões – o maior do estado do Rio de Janeiro que possui, atualmente, 92 municípios (RAMOS, 2016, p. 64).

Após séculos de intensa produção, as atividades relacionadas ao setor sucroalcooleiro começaram a apresentar sinais de crise e entrar em declínio, modificando a economia de um município ancorado principalmente em tal produção.

Os insucessos causados pela descontinuação desta atividade produtiva, como mantenedora dos postos de trabalho no município, são destacados por Almeida (2009). Ela cita o problema do caráter sazonal do mercado de trabalho ligado à produção do álcool e a generalização da relação assalariada temporária (“o boia-fria”) como gerador de um grande exército industrial de reserva.

Com relação à indústria petrolífera a autora afirma que essa economia demanda mão-de-obra mais qualificada, sendo escassa em um município constituído por uma boa parte de ex-trabalhadores da cana e de jovens pobres. Além disso, “os postos de trabalho criados pela economia de petróleo estão longe de atender ao excedente de mão-de-obra local e regional, sobretudo, com o avanço do processo migratório em direção a esta região” (ALMEIDA, 2009, p. 94).

A indústria petrolífera surgiu e gerou expectativas quanto à geração de empregos e crescimento econômico para o município. Contudo, o destaque de tal produção ficou para o município de Macaé, eleito para sediar as bases das operações da Petrobras, passando a viver períodos de crescimento urbano e econômicos acelerados (PIQUET, 2004). O desenvolvimento da área petrolífera gerou esperança de aquecimento do mercado de trabalho, porém isso não se efetivou por toda a região da Bacia de Campos. Pimentel (2015) comenta a respeito:

A promessa de um milagre desenvolvimentista permaneceu no imaginário local e hoje se resume em frustração por parte dos habitantes que se encontram sem alternativas no mercado de trabalho. A expectativa da população era apostada na possibilidade da vinda de grandes indústrias, o que não aconteceu (PIMENTEL, 2015, p. 3).

Corroborando essa análise, as autoras Souza e Terra (2020) apontam que uma parte da mão-de-obra desempregada foi absorvida pelos setores do comércio e de serviços, estimulados pela indústria petrolífera, mas outra parte nem sequer passou a integrar o exército industrial de

reserva. Isso gerou outro processo: o das migrações. “O novo mercado de trabalho da indústria petrolífera necessitava de mão de obra qualificada e as migrações – internas e internacionais – assim como os movimentos pendulares foram imprescindíveis para descobrir esta lacuna” (SOUZA e TERRA, 2020, p. 169).

Por consequência, a maioria da população do município lida diariamente com o fantasma do desemprego e das atividades informais de trabalho que assola também o restante do país, revelando um cenário de desigualdades e exclusão social (CRUZ, 2003).

Essa população acaba por depender, em alguns casos, exclusivamente de políticas públicas para sua manutenção pessoal e familiar, o que, no entanto, não ocorre efetivamente, gerando baixos índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida conforme aponta o autor. “A complexidade da análise deve trazer à tona, ainda, o fato de que os indicadores negativos que persistem dependem, em grande parte, de ausência de políticas públicas, ou da ação política-administrativa dos municípios” (CRUZ, 2003, p. 305).

Devido à sua grande importância no cenário regional e até mesmo nacional, a cidade de Campos dos Goytacazes atrai olhares para si, atraindo pessoas de outras regiões. Todavia, a imagem de “cidade das oportunidades” não condiz em sua totalidade com a realidade do município.

Com o intuito de prestar auxílio às pessoas em situação de rua, o município conta com uma rede que atua a partir dos parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) da Política de Assistência Social. A oferta se baseia no âmbito da média complexidade com o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua¹⁵ e Abordagem Social¹⁶, e na alta complexidade com o Acolhimento Institucional¹⁷. Os serviços de média complexidade são ofertados pelo Centro de Referência Especializado para a População em situação de Rua (Centro POP).

No âmbito da proteção especial de alta complexidade o município conta com os serviços de acolhimento para essa população. Existem três unidades de atendimento: a Casa de Passagem, o Lar Cidadão e o Abrigo Temporário Manuel Cartucho. Este último iniciou suas atividades para acolher essas pessoas durante o período da pandemia da Covid-19. Também faz

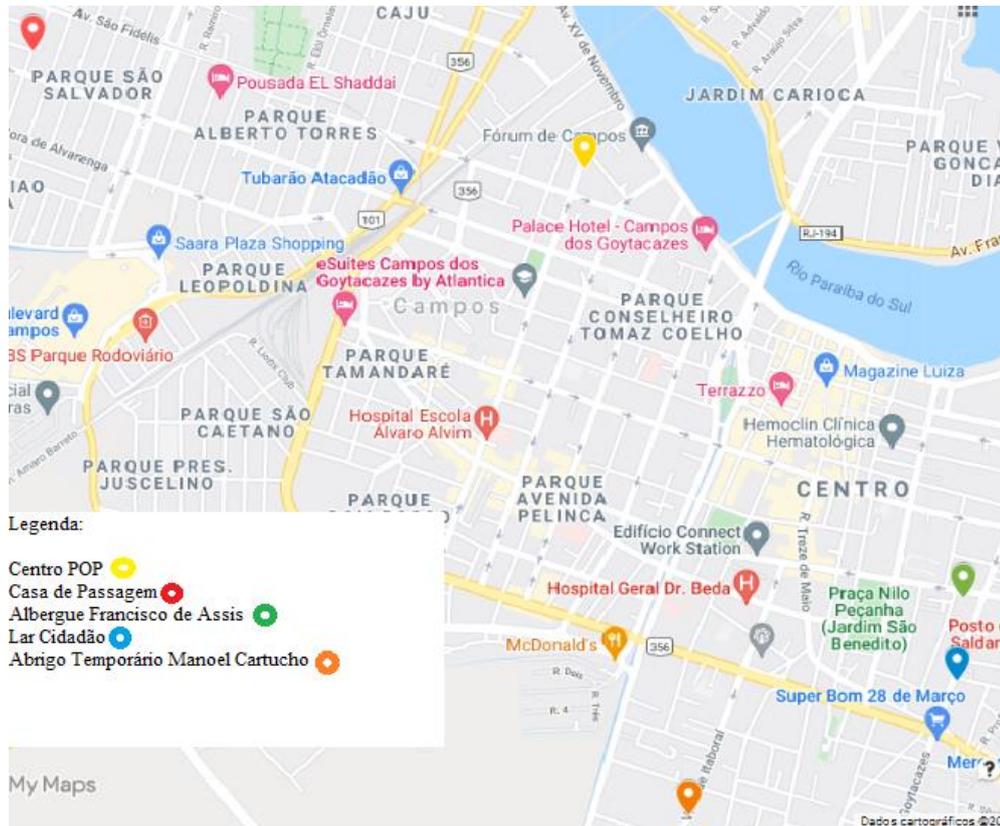
¹⁵ Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

¹⁶ Serviço de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de (...) situação de rua, dentre outras.

¹⁷ Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados as famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. Descrição específica: É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e/ou ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

parte dessa rede o Grupo Espírita Francisco de Assis, o qual é cofinanciado pela prefeitura. A localização geográfica destes equipamentos pode ser observada no mapa abaixo:

Figura 8. Cartograma da distribuição das instituições de atendimento em Campos.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2021).

Podemos observar no mapa o Centro POP em novo endereço, na Rua Barão da Lagoa Dourada, nº 23, e a Casa de Passagem na Rua Pastor Fidélis Moráles Bittencourt, nº154. Os outros abrigos que se encontram no centro são o Albergue Francisco de Assis (AFA), na Rua Saldanha Marinho, e o Abrigo Temporário Manoel Cartucho na Avenida José Alves de Azevedo. O abrigo mais afastado do centro é o Lar Cidadão na Rua dos Goytacazes (Parque Turf Club). Todos equipamentos se encontram na área central ou em bairros próximos ao centro, sendo de fácil acesso à população.

O mapa apresenta os novos territórios que demarcam as localizações das instituições com o distanciamento das mesmas das áreas de maiores circulação da economia, tais como as regiões centrais e tradicionais das maiores redes de comércio e serviços. De outro modo, o Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) foi

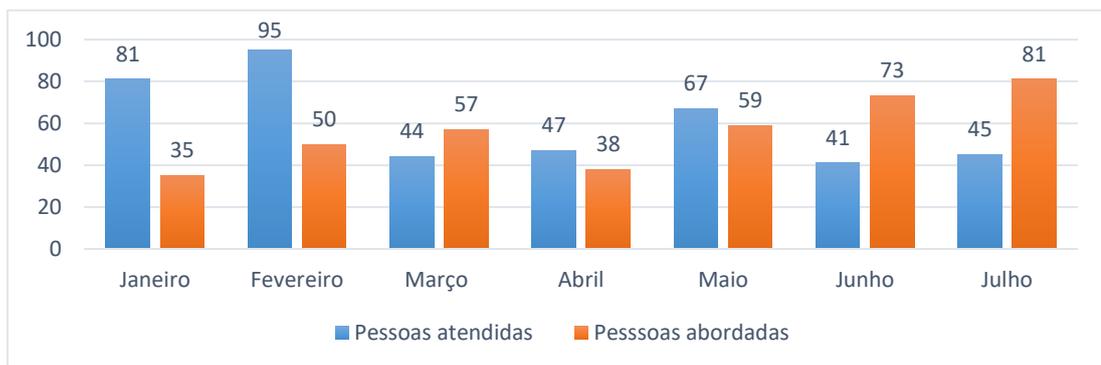
deslocado para as regiões próximas a outro grande centro comercial chamado Pelinca. Ressalta-se que o local da Casa de Passagem é bem distante do centro urbano, impossibilitando o deslocamento das pessoas acolhidas para os centros de maiores circulação da economia.

Contudo, destacamos que apesar de serem equipamentos centrais e aparentemente próximos, a população em situação de rua pode enfrentar dificuldade de acesso caso não haja uma rede articulada entre esses serviços. Isso se deve, por exemplo, às limitações de mobilidade urbana, ou até mesmo às condições físicas debilitadas.

Esses equipamentos disponibilizam dados importantes sobre a população em situação de rua para a Vigilância Socioassistencial¹⁸, que é responsável por sistematizá-los. É a partir dos dados disponibilizados pelo Relatório Técnico dos anos de 2019 e 2020 que nos debruçaremos sobre o perfil dessa população, e uma parte da realidade desse segmento social na cidade de Campos.

No último ano de 2019 a média mensal de atendimentos no Centro POP foi de 122 pessoas, e a média de abordagens foi de 49 pessoas. Segundo a Vigilância Socioassistencial é utilizado o cálculo da média, pois uma mesma pessoa pode ser atendida/abordada diversas vezes durante o ano, em meses diferentes. Já em relação ao ano de 2020, é possível observar os dados mais atuais em relação aos atendimentos e abordagens realizados através do gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Volume mensal de pessoas atendidas pelo Centro POP em 2020.



Fonte: Gráfico elaborado com base no Relatório Técnico da Vigilância Socioassistencial da SMDHS, 2020.

¹⁸ Vigilância Socioassistencial: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono, crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência, vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semirresidências moradias provisórias para diversos segmentos etários (PNAS, 2004).

De acordo com a Vigilância Socioassistencial os dados revelam que o número de abordagens aumentou devido às orientações de prevenção ao vírus da Covid-19 e mobilização para encaminhamento aos acolhimentos ofertados na cidade. O número de abordagens também foi ampliado, sendo realizadas todos os dias, inclusive aos finais de semana. Além disso, com a criação de um abrigo de caráter temporário no município, algumas dessas pessoas decidiram serem acolhidos, para se resguardar da possibilidade de contágio pelo novo coronavírus.

Os dados também possibilitam delinear o perfil dessa população em Campos dos Goytacazes. Com relação à procedência dessas pessoas, 44,27% são da própria cidade, enquanto outras vêm de algumas capitais próximas, como Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), ou de municípios do interior do mesmo estado, a exemplo de Itaperuna e São Fidélis.

A população em situação de rua é em sua maioria composta por homens com parcela de 82%, e de mulheres representando 18%. Essa população também é jovem e em idade economicamente ativa, sendo a maioria da faixa etária de 27 a 43 anos (56,49%). A maioria é solteira (85%), se autodeclara parda (48%) e possui baixo nível de escolaridade tendo a maioria apenas o ensino fundamental incompleto (61%).

Dentre os fatores desencadeantes para a situação de rua, os quatro mais citados são: o desemprego (173 pessoas), os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados (169 pessoas), o uso de substâncias psicoativas (94 pessoas) e transtornos psiquiátricos (7 pessoas). É importante ressaltar que uma mesma pessoa pode ter declarado mais de um fator que levou para as ruas.

Dessa forma, é possível perceber o quanto esse segmento populacional presente no município é marcado pelas desigualdades sociais, como o restante do país, tendo aumentado ao longo do tempo o número de pesquisas e trabalhos que se preocupam com a elevação progressiva dessas pessoas nas ruas.

Para analisar a produção acadêmica sobre a população em situação de rua do município de Campos dos Goytacazes, foram levantados diferentes estudos como objetivo de conhecer melhor o que se tem produzido, identificando os eixos temáticos, objetivos e área de conhecimento. Esse levantamento também reafirmou a necessidade de abordar a questão do gênero feminino nas ruas da cidade.

Entre a produção bibliográfica sobre a população em situação de rua no município, existem importantes trabalhos publicados em anais de congressos pelo país, dissertações e trabalhos de conclusão de curso que abordam a temática por eixos diferentes. Do total de trabalhos realizados sobre a realidade de vida dessas pessoas na cidade, foram identificados três

artigos publicados em anais de congressos, cinco trabalhos de conclusão de curso e duas dissertações.

Neste levantamento bibliográfico o mais antigo é a dissertação de mestrado de Campos (2003). Assim como este trabalho acadêmico, a sua pesquisa foi realizada junto à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. A autora buscou realizar reflexões acerca do tema da pobreza e da exclusão social, as características da política de assistência social voltadas para as pessoas em situação de rua no município e o perfil das mesmas.

No capítulo 1 da referida dissertação tratamos do fenômeno da pobreza, com destaque para a categoria de “exclusão social” e suas principais matrizes de interpretação relacionadas à população em situação de rua. No capítulo 2, expomos o panorama das contradições do desenvolvimento na cidade e região, indicando suas bases históricas e sociais, e de que forma essas contribuíram no aprofundamento da condição da pobreza entre a sua população.

Chamamos a atenção para as ricas informações trazidas no capítulo 3, onde analisamos o programa “Você é cidadão”; os projetos “Resgate da dignidade das populações de rua”, “Anjos da Noite” e “Acolhida”, “SOS habitação”; e as instituições “Casa de Cidadania” e “Núcleo Integrado de Atendimento à População de Rua e Migrantes”. Estes programas e projetos atendiam a essa população na época, mas hoje não existem mais.

Apesar da existência de um número considerável de programas e projetos que tem essa população como público alvo no período estudado, destacamos que tais iniciativas favoreciam mais a manutenção de ações caritativas, do que ações que estimulassem a consciência coletiva de tais sujeitos como cidadãos:

Os programas e projetos da SMDS direcionados para as populações adultas de rua revelam, um conjunto pouco articulado de iniciativas particulares, com sentido coletivo, que evidenciam a dimensão voluntária do comportamento das pessoas e, de outro, a “indissociação” que, usualmente, é feita entre assistência e “ajuda”, resultando em constrangimento para os usuários dos serviços sociais (CAMPOS, 2003, p. 113-114).

Durante a fase da revisão bibliográfica deparamo-nos com a carência de estudos sobre a população em situação de rua adulta em Campos dos Goytacazes, por isso a pesquisa realizada pode ser considerada pioneira no que tange os dados numéricos sobre essa população.

Os dados reunidos foram sistematizados entre os anos de 1997 a 2000, e com base nestes traçou-se um perfil da população em situação de rua na cidade de Campos dos Goytacazes. Nesse período, 21% dessa população era do próprio município, o que demonstra que a maior

parte era constituída por migrantes, em sua maioria do estado do Rio de Janeiro (50%), seguida do Espírito Santo (10%), Minas Gerais (6%), São Paulo (5%) e outros estados do país (21%).

Os dados referentes ao gênero das pessoas em situação de rua apontaram para a predominância masculina com 88%, enquanto as mulheres somavam 12% do total no período da pesquisa delimitado. Comparado aos dados atuais obtidos pela SMDHS, a população feminina no município apresenta um aumento considerável.

O quantitativo de mulheres em situação de rua é uma minoria estatística, um contexto essencialmente cultural, pois é atribuído ao homem a tarefa de provedor da família, enquanto a mulher possui papéis definidos desde a infância, remetendo a presença maternal e cuidados com a casa.

No período da pesquisa ficou evidente que a maioria da população era composta por jovens e adultos da faixa etária dos 28 aos 38 anos (30%), e solteiros (59%). Já no que diz respeito a cor, 30% se declararam brancos, 14% pardos e 14% pretos.

Outros dados que revelam a precariedade desse segmento social é o nível de escolaridade e os ramos ocupacionais que exerciam. Em relação à escolaridade a maioria possuía ensino fundamental incompleto (40,08%), enquanto pequenas parcelas possuíam ensino fundamental completo (9,6%) ou ensino médio completo (6,3%). Destaca-se como uma realidade ainda atual os ramos ocupacionais que em sua maioria são de atividades precárias e desregulamentadas socialmente.

A esse respeito, no período da pesquisa aparecia em primeiro lugar a construção civil com 15,4%, seguidos por serviços gerais (8,9%), biscates (7%), comércio (7%), agropecuária (5,1%), artesanal e artística (3,5%), transporte (3,3%) e trabalho doméstico (2,6%).

É conveniente também expor os tipos de doenças que acometem a população em situação de rua devido às suas condições precárias de alimentação, higiene, moradia, bem como patologias congênitas, e o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. Em sua pesquisa, Campos (2003) apontou que 26% das pessoas em situação de rua possuíam dependência química. Muitas pessoas também possuíam distúrbios de comportamento (10%) e AIDS (1%). Esses dados revelaram a necessidade de aprofundamento quanto as condições de saúde e doenças que envolvem o contexto das ruas.

Uma das contribuições da pesquisa de Campos (2003) para esta dissertação foi a possibilidade de conhecer a realidade dessa população desde que se começou um trabalho efetivo com a mesma no município. Ao fornecer importantes informações a respeito da população em situação de rua adulta, como o seu perfil socioeconômico e os antecedentes do

trabalho realizado com essa população nas esferas públicas e privadas, podemos compreender de modo mais preciso a realidade atual deste fenômeno na cidade e região.

Consideramos essa pesquisa imprescindível para pensar a realidade da população vivenciada no período de estudo e as políticas sociais ofertadas à mesma. É principalmente pelo seu ineditismo e dados iniciais que serão pautadas as análises realizadas nesta dissertação para fins de comparação com a realidade atual.

Destaca-se também o trabalho de conclusão de curso de Gonçalves e Carvalho (2011), no qual nos deparamos com o olhar da Geografia para a questão da população em situação de rua. O objetivo desse trabalho foi analisar a territorialidade da população de rua na área central do município de Campos dos Goytacazes, a partir do surgimento do espaço obsoleto provocado pela migração do poder social, político e econômico do Centro Histórico para o bairro Pelinca (GONÇALVES e CARVALHO, 2011, p. 12).

As autoras apontam que uma das fortes relações da população em situação de rua com o território do centro da cidade ocorre por meio do trabalho. São os trabalhos informais como catadores e separadores de materiais recicláveis um dos mais realizados por eles. Ressaltam também a relação com o Mercado Municipal que oferece a possibilidade de realizarem “bicos”.

Foi relevante neste trabalho a construção de um capítulo destinado a propostas de políticas públicas dirigidas aos sujeitos do estudo. A exemplo, algumas das sugestões das autoras estariam relacionadas à formação de uma cooperativa de pessoas em situação de rua que prestasse serviços de carga e descarga no Mercado Municipal. Outra sugestão de apropriação imaterial do território é uma parceria do Poder Público, no âmbito municipal, com o Instituto Federal Fluminense (IFF), objetivando o desenvolvimento da capacidade profissional dessas pessoas a partir do aumento do nível de escolaridade, por meio da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e do PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

Outro estudo detalhado da Geografia sobre as políticas sociais direcionadas à população em situação de rua no município está no trabalho de Silva e Silva (2017). Como ponto de partida de suas análises os autores se basearam na categoria do território para se aproximar da realidade desse segmento social. O trabalho em questão procurou analisar como os equipamentos de políticas sociais se inserem na dinâmica de vida dessa população na cidade de Campos dos Goytacazes.

Os autores se concentram em explicitar por quais meios essas pessoas se mantêm. Dessa forma, citam as atividades remuneradas que a população em situação de rua exerce (catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, etc.) no mercado informal. Por outro lado, os

equipamentos de políticas sociais distribuídos no território também fazem parte do uso do espaço urbano por tais sujeitos. Foram descritos quatro equipamentos que atendem a população em situação de rua no município: O Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), a Casa de Passagem, o Albergue Francisco de Assis e o Abrigo Lar Cidadão.

O trabalho concluiu que essas instituições compõem importante espaço para esses indivíduos, possibilitando a garantia de recursos materiais ainda que de forma provisória. No entanto, os autores criticam o fato de o município obter recursos provenientes dos royalties, mas que não se reverteram em políticas estruturais de redução da pobreza, assim como investimentos na área da educação, saúde, entre outras.

O trabalho de Chagas (2017) buscou investigar a relação da população em situação de rua com o trabalho, antes e depois da sua condição, bem como suas trajetórias trabalhistas e as motivações de ida para as ruas. Os dados obtidos pela autora são sobre os motivos de ida para as ruas, faixa etária e gênero, corroborando os dados da Pesquisa Nacional (2008). A violência e discriminação sofridas por essas pessoas nas instituições de atendimento também foi um aspecto destacado pela autora.

Existe também uma pesquisa específica na área da Saúde Pública realizada por Filho (2017). O autor buscou investigar as vivências de violência da população em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes. Desse modo, ele fez uma análise a partir da literatura no campo da saúde e por meio dos próprios relatos dos sujeitos. Segundo o autor, o interesse pelo tema surgiu através da participação no projeto Clínica Nômade Voz da Rua (CNVR), constituído por psicólogos e estudantes de psicologia que ofertam serviços de escuta qualificada a pessoas em situação de rua.

Com relação à questão da violência, essa foi considerada em três sentidos: a violência auto infligida, a violência interpessoal e a violência coletiva¹⁹. Essa produção gerou vários

¹⁹ Segundo Krug *et al.* (2002), com base na OMS, a violência auto infligida é subdividida em comportamento suicida e auto abuso. O primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio e suicídios completados. O auto abuso, por outro lado, inclui atos de automutilação. A violência interpessoal é dividida em duas subcategorias: violência da família e de parceiro (a) íntimo (a) ou violência comunitária. A primeira ocorre entre membros da família e parceiros íntimos, e a segunda entre pessoas sem laços de parentesco, que podem conhecer-se ou não. Já a violência coletiva é subdividida em violência social, política e econômica. Este tipo de violência sugere a existência de motivos possíveis para a violência cometida pelos grandes grupos de pessoas ou pelos Estados. A violência coletiva cometida para seguir uma determinada agenda social inclui, por exemplo, crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas e violência de multidões. A violência política inclui guerras e conflitos de violência pertinentes, violência do Estado e atos semelhantes realizados por grupos maiores. A violência econômica inclui ataques de grupos maiores motivados pelo ganho econômico, tais como ataques realizados visando a interromper a atividade econômica, negar acesso a serviços essenciais ou criar segmentações e fragmentações econômicas.

questionamentos do autor, tais como a falta de estudos que abordem as estratégias de sobrevivências nas ruas e especificamente de alguns subgrupos como mulheres, idosos, população LGBT, entre outros.

Abordando o olhar da Arquitetura e Urbanismo, Prado e Gomes (2018) tiveram como objetivo principal desenvolver reflexões no âmbito acadêmico sobre a população em situação de rua e a ausência de direitos direcionados à mesma. As autoras fizeram uma análise das políticas públicas voltadas para essa população, do perfil dos indivíduos nessa condição e do contexto histórico nacional e do município como pano de fundo para o desenvolvimento de uma população extremamente empobrecida e excluída.

Destaca-se a importância dada à categoria de invisibilidade, a qual “significa que algo não foi visto aos olhos humanos” (PRADO e GOMES, 2018, s. p.). Com a bagagem teórica da arquitetura e urbanismo, nas considerações finais as autoras propõem como alternativa para o panorama social os projetos de habitação temporária para a população em situação de rua. Em conjunto seriam utilizados outros métodos como a aplicação de entrevistas no intuito de identificar os motivos de estarem nas ruas e não quererem ir para um abrigo, sem negar a essa população o direito à rua.

Com relação à questão da migração, um fenômeno crescente no município de Campos dos Goytacazes, o trabalho de Silva, Lima e Vasconcelos (2018) detalha sua relação com a problemática da população em situação de rua. O trabalho publicado em anais de um congresso sobre estudos migratórios teve como objetivo compreender o porquê de estar ocorrendo o aumento de pessoas em situação de rua, principalmente de migrantes.

Segundo os dados obtidos por integrantes de um projeto de pesquisa da UFF, alguns indivíduos que se encontram em situação de rua são atraídos pelo ilusório crescimento do mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes, ou como passagem para a capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro (SILVA, LIMA e VASCONCELOS, 2018).

Somam-se a esses motivos o rompimento dos vínculos familiares, a fuga de problemas relacionados ao álcool e outras drogas, ou o afastamento do tráfico de drogas na cidade de naturalidade. As autoras também ressaltaram a inflexibilidade de alguns albergues em relação aos horários, pois diante da necessidade de alguns usuários chegarem após o horário estabelecido por causa do trabalho, criam-se barreiras ou é preciso recorrer ao “jeitinho” pela via da informalidade.

As autoras destacam a importância de pensar a questão do migrante em situação de rua e propor soluções que auxiliem, trabalhando com eles a informação sobre direitos e serviços públicos. Além disso, apontam a importância de políticas públicas de geração de emprego e

renda, atenção à saúde e educação, para que possam ter acesso igualitário ao restante da sociedade.

No curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF-Campos) encontramos mais trabalhos sobre a população em situação de rua com eixos variados. Há aqueles trabalhos que retratam diretamente a questão desse público específico, assim como elaborou Ramos (2019).

O objetivo desse trabalho foi de desenvolver aproximações teóricas e empíricas sobre o processo de institucionalização da pobreza e das políticas públicas, com a finalidade de repensar o lugar desse segmento social. A autora revelou que o quantitativo de pessoas em situação de rua na cidade que não desejam acolhimento é superior aquelas que desejam, sendo que alguns dos motivos são as regras rígidas e a inflexibilidade de horários.

Outro fato destacado pela autora é o estigma que as pessoas em situação de rua abrigadas também podem sofrer, como o caso da Casa de Passagem que recebeu denúncias por estar localizada em uma área “nobre” da cidade. A autora concluiu dizendo que as instituições de atendimento a essa população ainda apresentam práticas moralizantes e que a sociedade em uma grande parte não é capaz de ver tais pessoas como sujeitos de direitos.

As demais produções bibliográficas realizadas na área de Serviço Social foram ancoradas nos trabalhos que os profissionais realizam junto a essa população. É o caso de Nogueira (2019) que buscou analisar o trabalho de assistentes sociais no que concerne às garantias dos direitos das pessoas em situação de rua.

Foi constatado por meio de análises da autora que 50% dos profissionais tinham a preocupação em tornar esses sujeitos mais autônomos, e a outra metade, além desse objetivo, buscavam reinserir essas pessoas em seu núcleo familiar. Entretanto, esses mesmos profissionais apontaram barreiras para efetivação de seu trabalho como a falha da rede socioassistencial, o quantitativo de vagas nos abrigos bem menor do que a demanda, além do número reduzido destinado a mulheres em situação de rua com crianças.

Seguindo a mesma linha da pesquisa anterior, Vasconcelos (2019) trata do trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e outras drogas (CAPS ad) com os usuários que estão em situação de rua. Segundo a autora, o Serviço Social tem grande destaque nesses equipamentos por ser uma das profissões que contribuíram para a implementação da política de saúde mental no país.

Sobre a questão das drogas, essas podem aparecer antes da situação de rua ou como parte do “processo de rualização”. A relação das drogas com esse público tende a aparecer atrelada com outros problemas, tais como os vínculos familiares fragilizados, o desemprego, a

violência, e uma série de outras expressões da questão social que é o objeto de trabalho desses profissionais da área social.

Além desses recortes é necessário levantar a questão das particularidades de grupos de mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de rua. Esses grupos são considerados minorias estatísticas nas pesquisas e, conseqüentemente, menos visíveis pelas políticas públicas. O levantamento de estudos acadêmicos foi importante para reafirmar a necessidade de abordar a questão de um desses grupos menores, a saber, as mulheres em situação de rua, objeto desta pesquisa que será mais detalhado no capítulo 3.

As observações de campo nas ruas também foram essenciais para compreender os modos de vida da população em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes, e assim também explorar seus detalhes junto à luz da literatura. Durante as idas à campo nas ruas foi utilizada a grade de observação com os aspectos da esfera pessoal e os aspectos das relações de sociabilidade, a fim de identificar os temas abordados nessa dissertação.

Como foi relatado em uma parte da introdução, a delimitação da área para realizar as observações das interações de pessoas em situação de rua foi a Praça do Santíssimo Salvador, popularmente conhecida como Praça São Salvador, a qual fica localizada no centro da cidade.

A justificativa dessa escolha se deu por esse espaço ser frequentemente um dos mais utilizados pela população em situação de rua para dormir e trabalhar, além da facilidade de obter auxílios assistenciais (PRADO e GOMES, 2018). Outro fator que torna esse local um dos mais habitados por pessoas em situação de rua é a maior sensação de segurança que a praça transmite para elas, conforme análise de Sanz (2019):

Se comparada com outros locais, a praça se mostra mais segura, principalmente durante o período noturno – momento que se sentem mais inseguros. Ali, eles não se sentem tão isolados ou *escondidos*, além de poderem ter percepção visual de tudo o que está acontecendo no local. Não há elementos como árvores e quiosques que criam barreiras visuais, ou grades e cercados que os impeçam de se locomover para qualquer direção. A boa visibilidade, explica um deles, é importante tanto para que vejam o que está acontecendo no local quanto para serem vistos. Somando-se a possibilidade de serem vistos por todos, eles citaram que a presença dos taxistas e a constante ronda dos policiais também lhes garantem proteção (SANZ, 2019, p. 83, grifo do autor).

As relações de sociabilidade dessa população é um dos eixos que fazem parte de seu universo, e que marcam seu cotidiano. Nesta dissertação tomamos como referência a sociabilidade nas ciências sociais, em especial na concepção de Frúgoli Jr (2007). O autor buscou, a partir das concepções de Georg Simmel, um novo olhar para o conceito ancorado em

duas leituras. A primeira leitura estaria relacionada às interações temporárias entre pessoas estranhas ou atores sociais, em que o objetivo principal fosse a interação em si mesma. Já a segunda leitura, como aponta o autor, “(...) adviria por sua vez, de sua já mencionada qualidade “intraclassista”, implícita em Simmel, ligada à ideia de que tais relações seriam praticadas principalmente entre iguais (FRÚGOLI JR., 2007, p. 30)”.

Na grade de observação o primeiro aspecto que foi observado foram os grupos. É possível perceber que muitas pessoas que estão em situação de rua permanecem em grupo, e essa prática se constitui uma estratégia de sobrevivência.

No dia 15 de janeiro de 2020 havia uma grande quantidade de pessoas em situação de rua, tanto homens como mulheres. Chamou a atenção um grupo de oito pessoas que estavam concentrados no Edifício Cidade de Campos. Foi possível observar nesse grupo a presença de duas mulheres acompanhadas de homens, parecendo ter algum relacionamento amoroso entre eles. Cabe destacar que naquele dia era feriado no município, e mesmo não havendo muito movimento no centro, devido a maioria das lojas do comércio estarem fechadas, havia a presença dessas pessoas em situação de rua. Era possível observar que havia relacionamentos entre essas pessoas. Alguns deles pareciam à vontade – havia um casal trocando carinho e outras pessoas no grupo demonstrando afeto. A localização desse grupo na praça pode ser identificada no seguinte cartograma:

Figura 9. Cartograma do Edifício Cidade de Campos.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2021).

Algumas das pessoas que foram identificadas no feriado também estavam em um grupo que foi observado no dia 7 de fevereiro de 2020. Era um dia bastante ensolarado, quente, e eles estavam localizados no mesmo lugar, em frente ao Edifício Cidade de Campos. Busquei me aproximar para observar as suas interações em frente à Drogaria Pacheco. Foi possível notar um homem do grupo que aparentava ter por volta de 32 anos de idade abordando os transeuntes pedindo dinheiro. Em certo momento, ele pediu a uma mulher algumas moedas para comprar pão e dividir entre seus “companheiros” (segundo a fala do mesmo). A mulher retirou uma nota de R\$2,00 e o entregou, e ele prontamente a agradeceu.

No final da tarde do dia 12 de fevereiro de 2020, estava fazendo minhas observações sentada em um banco da praça, quando presenciei um grupo que estava reunido em outro banco. Havia dois homens e duas mulheres –uma das mulheres era cadeirante. Também havia muitos cachorros com eles, cerca de seis animais ao lado deles e em cima de um banco. Para me aproximar e observar melhor a movimentação sentei em um banco mais perto. Eles estavam conversando e ouvi a mulher de cadeira de rodas falar para as pessoas do grupo sobre outra pessoa que não estava presente: “Fulano, tá com dinheiro! ”.

Na entrevista realizada com uma abrigada na Casa de Passagem (que será mais detalhada no capítulo 3), foi relatado que há formação de grupos que se deslocam ou se fixam em locais específicos da cidade por questões de segurança. Esses grupos não costumam se relacionar com pessoas advindas de outros municípios por não saberem se possuem envolvimento com o tráfico.

Os grupos também são importantes para aqueles que possuem vínculos familiares e comunitários fragilizados. Além disso, a busca por alimento, abrigo ou outras necessidades materiais é vital entre eles. Na figura 10 presenciamos um dos grupos que frequentam a praça, e que foram vistos também no dia 12 de fevereiro de 2020, junto com seus animais de estimação:

Figura 10: Grupo reunido na Praça São Salvador.



Fonte: Pesquisa de campo realizado em 29/01/2020

A formação de casais também se constitui um aspecto na rede de sociabilidade dessas pessoas. Nas observações de campo foi possível perceber mais homens sozinhos, enquanto as mulheres são vistas mais acompanhadas por seus colegas, namorados/esposos e/ou filhos. A sua própria presença nas ruas é minoritária devido à sua imagem na sociedade. “Assim, o papel reservado às mulheres como reprodutoras e responsáveis pelo cuidado com a prole, bem como a violência contra elas, inibe-as de recorrer a essa estratégia de sobrevivência, de fazer das ruas espaço de moradia e sustento” (SILVA, 2009, p. 149).

Para elas a presença da figura masculina também representa a segurança e/ou necessidade de manter os relacionamentos e afetos permanentes mesmo nesse ambiente. Em algumas observações foi possível perceber a questão do companheirismo e cuidado entre alguns casais, mas não foram realizadas muitas conclusões sobre esse tipo de observação por ser um aspecto muito subjetivo, e por não ter sido possível na época a realização de entrevista com essas pessoas. Esse tipo de interação entre casais no cotidiano pode ser visto na figura abaixo:

Figura 11: Casal dormindo



Fonte: Pesquisa de campo realizado em 03/02/2020.

Com relação à presença de famílias inteiras na situação de rua, ou de mulheres com crianças, também não é muito comum na cidade. Todavia, nos dias 16 e 18 de junho de 2020, na parte da tarde, havia uma mulher aparentando em torno de 40 anos, com 2 crianças pequenas (um bebê de aproximadamente 1 ano e um menino com aproximadamente 5 anos). Ela estava próxima ao edifício Cidade de Campos vendendo doces para os transeuntes, e alguns paravam e compravam.

Ainda no dia 18 de junho 2020, por volta das 20:15h, foi possível perceber que na calçada do Edifício Ninho das Águias, de frente para a Banca do Coliseu, estava a mesma mulher com as crianças identificadas na parte da tarde. Além dela, também havia outra mulher que também estava com uma criança pequena dormindo, e a terceira mulher estava deitada ao lado de um homem. Não é difícil de imaginar que esse seja um dos aspectos mais difíceis na vida das mulheres que estão em situação de rua, pois além de buscar prover seu sustento e segurança, precisam cuidar dos filhos abdicando-se de si mesmas para isso.

Outro aspecto nas relações de sociabilidade presente na grade de observação é em relação aos transeuntes. No dia 16 de junho de 2020 as pessoas que passavam pela mulher com as crianças, em sua maioria, pareciam não notar sua presença, mas algumas pessoas olhavam, e duas pessoas pararam para conversar, cumprimentar e até acenar para as crianças – como foi o caso de uma jovem que se aproximou e brincou com as crianças. No campo da sociologia, mais especificamente em Simmel (2005), a invisibilidade de certos fenômenos sociais pode ser considerada uma expressão do comportamento *blasé*.

A vida nos centros das grandes cidades e metrópoles corre em fluxo intenso, promovido em grande parte pela economia monetária, mexendo até mesmo com os sentidos e sentimentos de seus cidadãos, os absorvendo de tal modo que estes parecem estar totalmente alheios a tais fenômenos sociais. É sobre essa aparente “cegueira” que Simmel (2005) aborda em “As grandes cidades e a vida do espírito”:

[...] o tipo do habitante da cidade grande — que naturalmente é envolto em milhares de modificações individuais — cria um órgão protetor contra o desenraizamento com o qual as correntes e discrepâncias de seu meio exterior o ameaçam[...]. Com isso, a reação àqueles fenômenos é deslocada para o órgão psíquico menos sensível, que está o mais distante possível das profundezas da personalidade. Essa atuação do entendimento, reconhecida portanto como um preservativo da vida subjetiva frente às coações da cidade grande, ramifica-se em e com múltiplos fenômenos singulares (SIMMEL, 2005, p. 578).

A invisibilidade dessa população é presente no seu dia a dia e nas próprias políticas sociais, que mesmo sendo direcionadas a ela quase sempre não olham suas especificidades em seu perfil heterogêneo, como é caso da população em situação de rua feminina.

Outras questões levantadas a partir da troca de informações durante o processo de observação merecem destaque. No dia 03 de fevereiro de 2020 em conversa com um casal, os mesmos disseram estar dormindo na rua por um tempo prolongado. Ela por um período de 6 anos e ele há mais de 30 anos (ele aparentava ter por volta de 40 anos de idade). Quando indagados se já passaram por abrigos, eles disseram que sim, mas não gostaram. A resistência aos abrigos pode ocorrer pela não adaptação às regras, a inflexibilidade de horários, e o próprio número de vagas reduzidas, entre outras razões (SANTOS, 2009).

Muitas vezes essa decisão em permanecer nas ruas gera questionamentos e críticas por parte da sociedade, fazendo com que essas pessoas sejam vistas como indesejáveis nas calçadas e espaços públicos. Assim também é vista a reprodução de suas “casas”, a reconfiguração do espaço privado no espaço público, que muitas vezes provoca estranhamento.

Por isso, a casa é o primeiro aspecto a ser observado na esfera pessoal da grade de observações. Em relação a esta é comum a improvisação com materiais que essas pessoas conseguem achar: papelão, plástico, panos, madeira. Durante as observações até uma porta de madeira foi possível encontrar – estava sendo utilizada para tentar garantir alguma “privacidade” entre as calçadas. Ao lado da Catedral foi possível notar que as roupas eram lavadas em uma banheira de bebe, e uma corda pendurada entre dois galhos de uma árvore fazia o lugar do varal.

Foi possível notar o cuidado com o local onde dormem, principalmente entre as mulheres – em um dia de observação havia uma mulher varrendo o local onde ela e outras pessoas dormiam. Ao mesmo tempo em que esse cenário demonstra a precariedade das condições dessas pessoas em se abrigar, expressa a criatividade e cuidados com o lugar de dormir. Sobre a habitação Frangella (2004) revela:

Do ponto de vista da paisagem urbana, as habitações informais configuram uma desarrumação física, [...]. Ainda que os materiais recicláveis façam parte atualmente de uma cultura do design espalhada em revistas de decoração de casas, no contexto da rua, elas ganham outra dimensão, pois são utilizados no estado precário, somado à inventividade. Ao mesmo tempo em que portam a exposição pública da pobreza –e, conseqüentemente uma das formas de visibilidade do morador de rua -, tornam viáveis possibilidades de permanência e abrigo (p. 155).

Na foto abaixo é possível visualizar a utilização dos diferentes materiais para reprodução da casa no espaço público como tentativa de adquirir mais privacidade.

Figura 12: A “casa”.



Fonte: Pesquisa de campo realizado em 16/06/2020.

Outro aspecto que retrata a precariedade da população em situação de rua é o do trabalho. Nas observações realizadas no campo foi possível encontrar pessoas vendendo doces, guardando carros, catando matérias de reciclagem, dentre outras atividades. Segundo Silva (2009), na condição da rua as relações de trabalho são precárias, sendo constituídas em geral pelos “bicos ou atividades sem continuidade”. Mas, também foi possível presenciar pessoas que buscavam sobreviver por meio da chamada mendicância, pedindo dinheiro aos transeuntes, ou mesmo uma refeição em estabelecimentos.

Em uma dessas práticas laborais uma mulher cadeirante vendia doces para os transeuntes na região da praça. Esta mulher é bastante conhecida entres as pessoas da cidade que trabalham com essa população, e a primeira vez que ouvi falar dela foi em uma reunião do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para a População em Situação de Rua – CIAMP em 2019. Logo, quando fui a campo pude identificá-la como uma mulher em situação de rua. Ao mesmo tempo em que ela realizava essa atividade para buscar algum rendimento, conversava com as pessoas ali presentes sendo possível perceber diferentes interações de sociabilidade, assim como foi captada na seguinte foto:

Figura 13: Mulher vendendo doces.



Fonte: Pesquisa de campo realizado em 12/02/2020.

Sobre o aspecto alimentar foi observado que a alimentação dessa população se dava na maioria das vezes em dias de distribuição de quentinhas pelos grupos religiosos. Nessas ocasiões era possível perceber muitas pessoas pegando para si e para seus companheiros – alguns chegavam a pegar mais de duas quentinhas. Dessa forma, a relação com essas entidades se configura como um meio dessas pessoas terem acesso à alimentação.

Segundo Silva (2018), a população em situação de rua também consegue se alimentar nas instituições públicas como o Centro POP, e em instituições religiosas como o Mosteiro da Santa Face e do Puríssimo e Doloroso Coração de Maria. Além dessas formas há também pessoas que preparam seu alimento na própria rua, geralmente com resto de alimentos que acham ou conseguem de doações. Para preparar eles utilizam fogareiro improvisado, e no lugar das panelas e frigideiras são encontradas latas.

Assim como a alimentação, um dos aspectos mais difíceis de serem mantidos nas ruas está relacionado aos cuidados pessoais com o corpo. Nas observações era possível perceber muitas pessoas que se fixam na localização da Praça, utilizando o banheiro da Catedral por ser mais acessível, estando a igreja com as portas abertas na maior parte durante o dia. Contudo, a questão do banho é mais difícil para essas pessoas. Essa realidade também é exposta por Escorel (1999):

Em geral a aparência dos moradores de rua revela que a higiene é extremamente precária ou ausente. Pode ser realizada em locais públicos com água ou, na dependência da boa vontade dos proprietários, em locais fixos que limitam a clientela. Nesse sentido foram mencionados um estabelecimento de saúde, postos de gasolina, bares e lanchonetes (p. 227).

Em relação às interações que as pessoas em situação de rua mantêm com as organizações da sociedade civil, as entidades religiosas se apresentam como peças importantes em preservar alguns aspectos da sociabilidade delas. A maioria desses grupos oferecem assistência na alimentação, vestuário e cobertores quando vão ao encontro da população em situação de rua.

A partir da entrevista com a fundadora da Missão Bom Samaritano no dia 9 de setembro de 2020, conhecemos melhor o trabalho que eles fazem com essa população. A Missão tem como objetivo prioritário reestabelecer a dignidade perdida, abrindo a casa que possuem em anexo ao Santuário Diocesano Eucarístico localizado na Praça do Batalhão Tiradentes.

Antes do período da pandemia os voluntários abriam a casa todos os dias para receber mulheres e homens em situação de rua para tomar um banho, sendo ofertado também roupas limpas, toalhas, materiais de higiene e um lanche. Contudo, com o início do isolamento social não puderam mais abrir as portas, mas tiveram a ideia de abrirem as janelas para ofertar aquilo que precisassem.

Outro aspecto importante é a conversação propiciada nesses momentos entre voluntários e a população em situação de rua. Essa é uma prática que aos poucos vai se perdendo quando é preciso que alguém fora do seu “universo das ruas” os escute, aconselhe, ajude, ou mesmo os enxergue também como pessoas de direitos.

A questão do olhar julgador vindo da sociedade aparecia quando os mesmos tinham alguma atitude considerada reprovável. É certo que o cheiro forte de urina incomoda, mas existe a falta de banheiros públicos que não são providenciados pelo poder público. Assim como a sujeira causada pelos alimentos jogados fora também provocam olhares estranhos, confusos e muitas vezes condenadores, mas a verdade é que eles só podem consumir e armazenar por um dia ou se passar mais dias poderão consumir algo que prejudicará a saúde deles.

Por outro lado, não são apenas eles que são observados – por eles serem os próprios “moradores” também possuem certo reconhecimento do território e construção de relações nele. Sob essa perspectiva Frangella (2004) aponta:

A vizinhança requer um olho atento a tudo o que se passa na praça e nos arredores. Essa vigilância constante e silenciosa, muitas vezes dissimulada em um aparente olhar indiferente no vazio, mapeia para os habitantes da área tanto a possibilidade de armarem suas defesas quando necessárias, quanto a de

ampliarem suas chances de obter recursos. Há, assim uma hipersensibilização em relação a tudo que se ouve e o que se vê, permitindo uma decodificação da presença da ajuda profissional e dos conflitos e roubos iminentes. (FRANGELLA, 2004, p. 202).

Segundo a fundadora da Missão Bom Samaritano, no início da quarentena os grupos religiosos de outros lugares não estavam indo levar o alimento por terem muitos voluntários como grupo de risco. A Missão, então, percebeu que essa população teria dificuldade em conseguir se alimentar em decorrência da falta de doações, e também pela impossibilidade de vender doces e guardar carros, por conta das restrições sanitárias a partir daquele momento, e pelos estabelecimentos estarem fechados. Assim, a Missão que não tinha como prioridade a questão da alimentação, tomou a decisão de ofertar comida logo no início da quarentena.

Neste capítulo realizamos a discussão do fenômeno da população em situação de rua de forma geral na sociedade brasileira e particularmente na cidade de Campos dos Goytacazes. Compreendemos o seu surgimento no seio das sociedades cujo modelo de produção está ancorado no capitalismo.

No Brasil o fenômeno carrega o peso das marcas do passado, de uma nação que foi fundada a partir de uma colônia de exploração que utilizava a mão-de-obra escrava, e que teve seus escravos libertos recentemente se comparado a outros países que assinaram a abolição.

O fim da escravidão no país acentuou a questão social que já era existente, passando a lidar com um grande contingente que homens recém libertos que não conseguiam ser inseridos ao mercado de trabalho de forma assalariada, devido à sua baixa qualificação profissional. Os processos de industrialização tardia e urbanização acelerada no Brasil geraram novos problemas e agravaram os já existentes, produzindo um contingente populacional urbano às margens da cidade que passaram a compor esse fenômeno.

Essa população assume ainda na contemporaneidade o peso de sua situação como se essas fossem escolhas pessoais, e não estruturais, sofrendo processos de humilhação, estigmatização, higienismo e precarização por meio da oferta de serviços e políticas públicas.

Em Campos dos Goytacazes esse cenário se mantém revestido de suas particularidades culturais e regionais, envoltos em problemas urbanos ligados, por exemplo, ao desemprego, à crise na habitação, saúde e educação. Assim, buscamos no item 1.2 deste capítulo conhecer melhor a realidade desse fenômeno por meio das pesquisas e literaturas existentes, assim como por meio das observações de campo realizadas no centro da cidade, especialmente no entorno da Praça São Salvador, e em alguns dos equipamentos públicos ofertados pela prefeitura municipal.

Concordamos com Campos (2003) ao dizer que essa população mesmo enfrentando diversas condições de vulnerabilidades no âmbito social, econômico, político e cultural consegue se reinventar cotidianamente e desenvolver novas relações por meio de suas estratégias. Assim, destacamos a necessidade de políticas públicas direcionadas à elas, somado ao estímulo social e político através dos seus representantes para potencializar seu protagonismo – é sobre este aspecto que o seguinte capítulo irá buscar tratar em suas discussões centrais.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Este capítulo tem como objetivo investigar as políticas sociais existentes na cidade voltadas para a população em situação de rua. Com o aumento do número de pessoas nessa condição nos últimos anos a pressão para que o Estado se preocupasse em atendê-las também aumentou. É importante mencionar que nesse contexto os municípios emergem como peças-chaves essenciais, pois a partir da Constituição Federal de 1988, passaram a exercer com maior autonomia os serviços e programas ofertados ao povo. No caso da participação social das pessoas em situação de rua, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional é considerado um espaço primordial no seu protagonismo, no intuito de exporem suas demandas, reivindicações e na fiscalização dos direitos adquiridos.

2.1 - As Políticas Sociais no atendimento à população em situação de rua sob o prisma da intersectorialidade no município

Neste item abordamos como as políticas sociais têm gerenciado as questões que envolvem a população em situação de rua em âmbito nacional e no contexto municipal em Campos dos Goytacazes, e se elas têm acompanhado a crescente necessidade de um formato intersectorial, englobando a diversidade de necessidades deste público.

As políticas sociais brasileiras, em especial as que compõem a seguridade social, ganharam destaque na sociedade a partir da Constituição Federal de 1988. O advento do sistema de seguridade social foi um avanço no que diz respeito à proteção social brasileira, compreendendo os princípios fundamentais de universalização de cobertura, uniformidade e irredutibilidade dos benefícios, seletividade e distributividade, equidade de participação no custeio, diversidade de base no financiamento e participação democrática na administração.

A seguridade social, porém, tem suas peculiaridades por ser alicerçada em direitos derivados do trabalho (como é o caso da previdência), em direitos de caráter universal (como a saúde) e também em direitos seletivos (especificamente a assistência social) (BOSCHETTI, 2009).

Esse fato levou alguns estudos a afirmarem que a seguridade social não foi efetivada integralmente, em razão de ser constituída por três políticas bastante diferentes entre si. Um dos motivos que refletiu na consolidação do princípio da seguridade social é o fato da legislação infraconstitucional ter regulado de forma desarticulada as diferentes políticas setoriais, pois em

suas leis orgânicas não explicita de que forma elas criariam vínculos operacionais entre os componentes da seguridade (DELGADO, JACCOUD e NOGUEIRA, 2009).

Assim, essas políticas possuem um obstáculo em sua articulação, sendo registradas características individuais e por setores, por campo de demandas, especialmente advindas da tensão entre o capital e o trabalho. Em consequência da perspectiva aplicada a esta setorialização, foi regulado um sistema descoordenado de naturezas distintas, tanto na concepção quanto na ação, e de eixos justapostos que deveriam ser estruturados organicamente, a saber, o contributivo e o distributivo (PEREIRA, 2009).

Associado a esse fato, os determinantes presentes nos ideais neoliberais e em seu *modo operandi*, com forte influência absorvida dos países centrais decorrente deste processo, também exerce forte influência na constituição do padrão das políticas sociais.

Como um dos três pilares da seguridade social, a política de assistência social é a que possui maior proximidade com as questões que envolvem a população em situação de rua, devido esta política focar sua atuação em ações protetivas e preventivas em resposta a situações de vulnerabilidade, risco e exclusão social, tal qual estas pessoas vivenciam.

A responsabilidade com esse público, no entanto, não se esgota na Assistência Social, pois ela não foi planejada para resolver sozinha todas as demandas de um fenômeno social, sendo necessária a sua atuação em articulação com as demais políticas sociais. Insere-se neste cenário a categoria da intersetorialidade, bastante ressaltada e necessária na administração de problemas sociais complexos que extrapolam as competências de um só setor ou política social (MONNERAT e SOUZA, 2014).

A intersetorialidade objetiva dar respostas aos indivíduos de forma que não desfragmente suas necessidades e atente contra seus direitos, mas os enxergando pela ótica da totalidade social. Dessa forma, “falar sobre direitos e sua relação com a totalidade da vida social pressupõe considerar os indivíduos em sua vida cotidiana, espaço-tempo em que as expressões da questão social se efetivam, sobretudo, como violação dos direitos” (BEHRING e SANTOS, 2009, p. 11).

Sendo assim, a problemática da população em situação de rua requer muito além do suporte da política de assistência social, abrangendo também a saúde, a habitação, a educação, o emprego e geração de renda, entre outras políticas públicas.

Como foi explicitado no primeiro capítulo desta dissertação, o fenômeno da população em situação de rua é bastante complexo, pois é considerado um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular, e a utilização dos logradouros públicos e as

áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL,2009).

Dessa forma, as pessoas em situação de rua demandam um atendimento especializado, apresentando-se nesse panorama a política de assistência social que passa a ser incumbida da resolução de suas urgências na realidade contemporânea. Essa política social possui especificidades que a tornam capacitada para desvelar as diferentes faces desse fenômeno, e quais são os determinantes históricos e sociais por trás da miséria visível a toda sociedade.

A assistência social possui em sua essência pontos fortes e conquistas ao longo das décadas, mas também fragilidades, incoerências, além de sofrer ataques que tentam desqualificá-la na perspectiva dos direitos. Sobre estes aspectos também é significativa a influência no acesso de seus usuários e, conseqüentemente, na cidadania dos mesmos.

No Brasil a assistência social passou por uma extensa trajetória até se apresentar nos moldes atuais. Anteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988, momento onde é reconhecida como direito dos cidadãos e dever do Estado, a assistência social era constituída por ações desarticuladas e com caráter assistencialista e filantrópico. Ainda hoje existe uma luta em seu meio para que ela seja desvinculada destes traços.

Em seu formato contemporâneo a política de assistência social é caracterizada como “não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Conforme Sposati (2007), a assistência social não se reduz a uma política atuante unicamente em situações de destituição plena, como acontece no caso da população em situação de rua, mas deve ser implementada em complementariedade às políticas econômicas, do sistema de justiça e na defesa dos direitos humanos. Diante disso, constatamos a importância desta política no modelo de sociedade vigente, ao enfrentar no cotidiano de suas ações a realidade da vulnerabilidade e risco social pela qual a população em situação de rua vivencia.

Um fato relevante em sua constituição e consolidação é a distância temporal existente entre os marcos legais (desde a Carta Magna, a LOAS de 1993, seguida pela PNAS e o SUAS), e também institucionais que envolvem essa política, gerando grandes efeitos na vida da população usuária.

Pereira (2016) afirma que somente a partir dos anos 2000 se amplia a cobertura de serviços e benefícios para outros segmentos na política de assistência social, entre eles a população em situação de rua, ainda que com limitações em sua operacionalização, haja vista a

invisibilidade dos mesmos, principalmente por pouca tradição de participação e organização política:

[...] foram estabelecidas diretrizes, principalmente pelas modificações pela PNAS de 2004 e no SUAS de 2005, que abarcariam principalmente aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas: população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoa com deficiência. É a partir disso que a população em situação de rua passa a ser incluída em serviços e programas de atendimento (PEREIRA, 2016, p. 91).

Historicamente esses grupos sociais antes relegados ao atendimento pautado em práticas assistencialistas, filantrópicas e caritativas, passam a ser entendidos como sujeitos de direitos, inscritos na política pública de assistência social, adquirindo maior visibilidade e possibilidades de reivindicação de suas demandas por meio da participação e controle social.

Com relação a uma política específica para essa população, sua conquista foi possível no final dessa mesma década, em 2009, com a aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Este ano também foi importante para essa população do ponto de vista dos movimentos sociais, em especial o MNPR, que começou a ampliar seus projetos e formação de lideranças nacionais, e posteriormente, estaduais (MELO, 2016).

Ainda sobre as conquistas adquiridas pela assistência social, temos no cenário atual o crescente debate sobre o território, presente tanto na LOAS quanto na PNAS. Os serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito do SUAS passam a ter o território dos usuários como referência. Dessa forma, atuando *in loco* onde as demandas e necessidades dos segmentos sociais se expressam, o trabalho realizado com a população usuária se aproxima melhor de sua realidade, o que é essencial para a resolutividade das questões da população em situação de rua.

A assistência social se baseia essencialmente em dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade. Os principais equipamentos públicos destinados para a oferta dos serviços dos diferentes tipos de proteção social são o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Estes integram os novos marcos legais da Assistência Social (Proteção Social Básica e Especial de Média/Alta Complexidade respectivamente). Dividir esses dois sistemas é reconhecer que no Brasil a pobreza tem níveis de profundidade diferentes, requisitando também respostas diferentes às suas necessidades. No quadro abaixo é possível observar as características elementares destes dois equipamentos de referência:

Quadro 2: Caracterização dos CRAS e CREAS

	CRAS	CREAS
Descrição	O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial que atua na prevenção de situações de vulnerabilidade social e risco de indivíduos e famílias, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na ampliação do acesso aos direitos de cidadania.	O CREAS é a unidade estatal responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias em situação de ameaça e violação de direitos.
Público-alvo	Indivíduos e famílias em situação de desproteção, pessoas com deficiência, idosos, beneficiários do Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.	Vítimas de violência física, psíquica e sexual; negligência; abandono; ameaças; maus tratos, discriminações raciais; situação de rua.

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2005).

Como podemos constatar no quadro, a população em situação de rua é um dos grupos que fazem parte do público-alvo da proteção social especial, devido ao processo de violações de direitos a que são submetidos na sociedade. Além deste equipamento é destinado exclusivamente a essa população os serviços ofertados pelo Centro POP, criado com o propósito de direcionar respostas institucionais especializadas à complexidade desse fenômeno social.

Apesar do avanço no formato institucional destes equipamentos e seus serviços, esse segmento social ainda encontra uma série de dificuldades no acesso, realidade essa expressa pelos próprios dados ínfimos do Cadastro Único²⁰:

A despeito desse importante esforço de ampliação, informações registradas no Cadastro Único sugerem dificuldades ainda expressivas para o acesso dessa população aos equipamentos de assistência. Em março de 2015, menos da

²⁰ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é assegurado por meio do Decreto, assegurado por meio do Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007 é um instrumento de coleta de dados utilizado para identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda e para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal.

metade (43%) das pessoas em situação de rua registradas afirmou ter sido atendida por um Centro POP nos últimos seis meses. Para o CREAS e o CRAS, os percentuais foram 22,1% e 19,7%, respectivamente (JACCOUD, BICHIR e MESQUITA, 2017, p. 48).

Observamos uma população que tem sido recentemente incluída por meio dos marcos regulatórios, mas que ainda vivencia a exclusão em alguns espaços voltados para elas, bem como dos processos decisórios políticos que lhe dizem respeito. A exclusão desses espaços pode ter fatores variados tais como a questão da ausência de documentos pessoais, metodologias inadequadas dos programas, falta de articulação entre as políticas sociais, despreparo das equipes profissionais que atendem a esse público, assim como o preconceito social (SILVA, 2009; BRASIL, 2006).

No que tange à política de saúde, esta possui um conceito ampliado em sua Lei Orgânica (Lei 8.080/1990), o que ressalta outros fatores no processo saúde-doença proporcionando o entendimento da realidade de saúde da população brasileira em uma dimensão macro na qual a população em situação de rua pode ser contemplada.

Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (BRASIL, 1990).

A saúde é compreendida em nossa sociedade como direito dos cidadãos e dever do Estado, responsável por garantir ações nesse campo por meio das políticas públicas que contribuam na minimização dos riscos de doenças e de outros agravantes, e no acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

Para a população em situação de rua que vive um intenso processo de exclusão social, as suas condições de saúde são seriamente afetadas. Nesse contexto, a condição de saúde dessas pessoas pode ser a causa ou a consequência da ida para as ruas. Quase sempre suas condições de saúde são a expressão de um acesso precário à política que já existia antes (Scorel, 2009). A médica sanitarista aponta o alcoolismo, o uso de drogas, problemas psíquicos e distúrbios psiquiátricos como doenças que podem aparecer antes ou depois do processo de realização, assim como outros problemas de saúde que são relacionados a essa população:

Entre os problemas de saúde gerados pela vida nas ruas, encontramos problemas respiratórios como pneumonias e tuberculose, problemas dermatológicos diversos, lesões externas por atropelamentos, brigas e outras

formas de violência, e a presença de HIV/AIDS. Todas constituem morbidades passíveis de serem adquiridas pela existência nas ruas que podem ou não sobrepor a doenças pré-existentes, como hipertensão arterial, diabetes e outras muito comuns na população brasileira, que são agravadas, todavia, pelas condições de vida na rua (ESCOREL, 2009, p.11).

Precisamos considerar que o acesso da população de rua à política de saúde não é diferente da maioria da população brasileira – essas pessoas dificilmente procuram por iniciativa própria um serviço através de postos de saúde, hospitais e outros espaços em decorrência do preconceito e tratamento desumano que enfrentam. Como estratégia de trabalho em saúde no nível da Atenção Básica, o programa Consultório na Rua é dotado de equipe multiprofissional e presta atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua.

Segundo Martinez (2016) os antecedentes do Consultório na Rua datam desde o final da década de 1990, especificamente em 1999, quando ainda era chamado de Consultório de Rua e ligado à Saúde Mental no atendimento a um público resistente à adesão de serviços clínicos tradicionais, como os usuários de drogas em situação de rua.

Com a mudança do olhar para os problemas gerados pelas drogas, e a percepção de uma grande necessidade em saúde dessa população (não só daqueles que eram os usuários), houve uma transferência desse programa da Saúde Mental para a Saúde Básica por meio da Portaria nº 122 de 2012. Assim, há uma mudança na nomenclatura para Consultório na Rua, e na abordagem que passa a ser intersetorial. Este programa passa a atuar também como “porta de entrada” para demais serviços (MARTINEZ, 2016).

As equipes de Consultório na Rua atendem os usuários em seus territórios, e ao se aproximarem deles nas ruas têm a possibilidade de obter um acompanhamento dos mesmos, seja no tratamento de uma doença ou na prevenção de diversas delas. Isso se dá pela proximidade com a realidade dessa população, o que favorece a intervenção também em outros fatores, buscando exercer sempre um serviço baseado na Redução de Danos²¹.

É importante destacar a criação de duas resoluções e uma lei específicas que atuam no subsídio à PNPR com relação as ações assistenciais em saúde para essa população. A primeira resolução é a de nº 2 de 27 de fevereiro de 2013, que define diretrizes e estratégias²² de

²¹ “(...) trata-se de ações que visam minimizar riscos e danos de natureza biológica, psicossocial e econômica provocados ou secundários ao uso/abuso de drogas sem necessariamente requerer a redução de consumo de tais substâncias. Tais ações se orientam por três princípios básicos: o pragmatismo, a tolerância e a diversidade” (ANDRADE, 2004, p. 87).

²²Art. 2º As diretrizes e estratégias definidas nesta Portaria têm como objetivos gerais: I - garantia de acesso da PSR às ações e aos serviços de saúde, visando a melhoria do nível de saúde dessa população por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, idade, etnia, orientação religiosa e orientação sexual, com atenção especial às pessoas com deficiência; II - redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida, tais como falta de higiene

orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A segunda é a Resolução nº 31 de 30 de novembro de 2017, que tem como objetivo apresentar estratégias de implementação das ações previstas na PNPR no processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde, com foco na PSR. Nos chama a atenção o inciso V do art. 4º que indica a articulação entre o SUAS e o SUS no empeno da minimização dos riscos à saúde no contexto das ruas.²³

Por último, a Lei nº13.714 de 24/08/2018 que representa um avanço na própria legislação da assistência social, pois busca a superação de discriminações, frequentemente enfrentadas por pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social ao buscarem acesso aos serviços de saúde – entre essas, pessoas que estão em situação de rua. Consta no parágrafo único do art. 19:

A atenção integral à saúde, inclusive a dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, dar-se-á independentemente da apresentação de documentos que comprovem domicílio ou inscrição no cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com a diretriz de articulação das ações de assistência e de saúde a que se refere o inciso XII deste artigo (BRASIL, 2018).

Nos interessa neste momento expor de que forma as políticas sociais, sobretudo a assistência social e saúde, têm sido ofertadas à população em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes; e se existe uma rede que permite o diálogo e articulação das diferentes demandas dessas pessoas, contribuindo para um trabalho intersetorial. Antes de tudo é interessante conhecermos como surgiu o trabalho com esse público na cidade.

Conforme aponta a pesquisadora Campos (2003), as primeiras ações de assistência realizadas junto à essa população na cidade ocorreram a partir de iniciativas no campo filantrópico e religioso. As primeiras instituições de atendimento foram o Grupo Espírita Francisco de Assis (GEFA), fundado em 4 de outubro de 1946, e o Serviço de Obras Sociais (SOS), fundado no dia 1º de abril de 1971.

adequada, exposição a baixas temperaturas, alimentação inadequada ou insuficiente, sono irregular e exposição a intempéries; e III - melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da PSR (BRASIL, 2013).

²³ Art. 4º, inciso V Promover a articulação entre o Sistema único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde, no intuito de reduzir os riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida, tais como falta de higiene adequada, exposição a baixas temperaturas, alimentação inadequada ou insuficiente, sono irregular e exposição a intempéries.

A atuação dessas entidades se baseava na disponibilização de abrigos, alimentação, oferta de passagem para aqueles que eram migrantes e desejavam retornar para suas cidades, cursos de geração de renda, entre outros. Contudo, pouco era feito na perspectiva da promoção de direitos e cidadania destes sujeitos. Esse fenômeno social continuou sendo atendido por meio destes serviços durante muito tempo, até que o poder público começasse a executar serviços de assistência direcionados à essa população, assumindo a responsabilidade da mesma para si (CAMPOS, 2003).

Este cenário mudou a partir de 1989, quando a população em situação de rua começou a ser inserida nas pautas do poder público. Foram criados programas e projetos que envolviam diversos segmentos sociais no enfrentamento da pobreza, como foi o caso do programa “Você também é cidadão”, e programas específicos para esse público como o projeto “Resgate da dignidade das populações de rua”. Esse último, em especial, foi considerado um projeto pioneiro voltado para a população em situação de rua, por meio das iniciativas do governo municipal (CAMPOS, 2003). As finalidades dos projetos foram expostas em sua pesquisa:

Durante entrevista realizada dia 27/11/2001, a coordenadora do Departamento de Desenvolvimento Social da SMDPS, no período de 1989 a 1992, alegou que, a partir do investimento na dignidade das pessoas em situação de rua, o projeto apostava na restituição da cidadania perdida. Todo trabalho proposto pelo “Resgate da dignidade das populações de rua” centrou-se no estímulo aos homens e às mulheres de rua, considerando seus respectivos projetos de vida e as formas de alcançá-los a fim de criar condições para que as pessoas possam deixar as ruas (CAMPOS, 2003, p. 93).

No entanto, segundo Campos (2003) as iniciativas do poder público municipal somente se concretizaram a partir de 1993, em nova gestão. Datam desse novo período os projetos “Anjos da Noite” e “Acolhida”. Porém, esses projetos também tinham um entendimento restrito do termo “cidadania” em suas ações, se pautando majoritariamente em medidas emergenciais no atendimento à população em situação de rua.

Nos anos seguintes surgiram outros programas, projetos e instituições específicas que atendiam outros segmentos sociais, tais como “Atividades Alternativas”, SOS Habitação, “Casa Lar”, “Casa da Cidadania” e o Núcleo Integrado de Atendimento à População de Rua e Migrantes. Ao descrever a atuação destas ações governamentais, a pesquisadora ressalta a importância que elas tinham no trabalho com esse público, mas ao mesmo tempo questiona as probabilidades que estas tinham no real “resgate de sua cidadania”.

A assistência imediata e emergencial visa transformar homens e mulheres de rua em seres passivos e despolitizados, condicionando-os a buscar, apenas, o atendimento de suas demandas materiais e impedindo-os de compreender e refletir sobre a origem de seus problemas, sobre os benefícios e serviços a que têm direito, sobre a universalização ao trabalho, à saúde, à educação, à habitação (CAMPOS, 2003, p. 123).

Dessa forma, não basta que os projetos de atendimento a essas pessoas atendam apenas suas demandas imediatas, sem que sejam estimuladas a problematizarem sobre sua condição de classe – ou seja, são importantes os trabalhos que atuem na perspectiva do desenvolvimento de sua capacidade política.

Conhecer o histórico das práticas assistenciais públicas direcionadas a esse segmento social, nos possibilita ter uma dimensão de como o poder público municipal têm lidado com suas especificidades, e como têm sido gerenciados os programas, projetos e equipamentos de políticas sociais na atualidade.

Como foi inicialmente apontado no primeiro capítulo, no município as ações direcionadas à população em situação de rua seguem os princípios do SUAS, e os equipamentos da assistência social são padronizadas segundo as normas da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). Segundo este marco regulatório da política de assistência social, são ofertados a esse público: o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, a Abordagem Social e os Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias.

Em Campos dos Goytacazes os dois primeiros serviços mencionados são ofertados pelo Centro POP, considerado a unidade pública que atua como porta de entrada para os demais. Além disso, ele é responsável por regular as vagas ofertadas nos Serviços de Acolhimento disponíveis no município.

Para que haja um atendimento condizente com as necessidades dos usuários, o Centro POP precisa trabalhar em rede, seja no próprio âmbito da assistência social, em parceria com as instituições de proteção social básica e proteção social especial, e com as demais políticas sociais públicas como saúde, habitação, educação, entre outras. (BRASIL, 2011).

No Centro POP do município são desenvolvidos vários tipos de atividades, porém, em 2020 algumas delas foram suspensas devido à pandemia da Covid-19, sobretudo as de caráter coletivo. No quadro abaixo estão expostas as principais atividades e os termos percentuais no período de janeiro a julho de 2020:

Quadro 3: Trabalho social essencial ao serviço ofertado pelo Centro POP– 2020

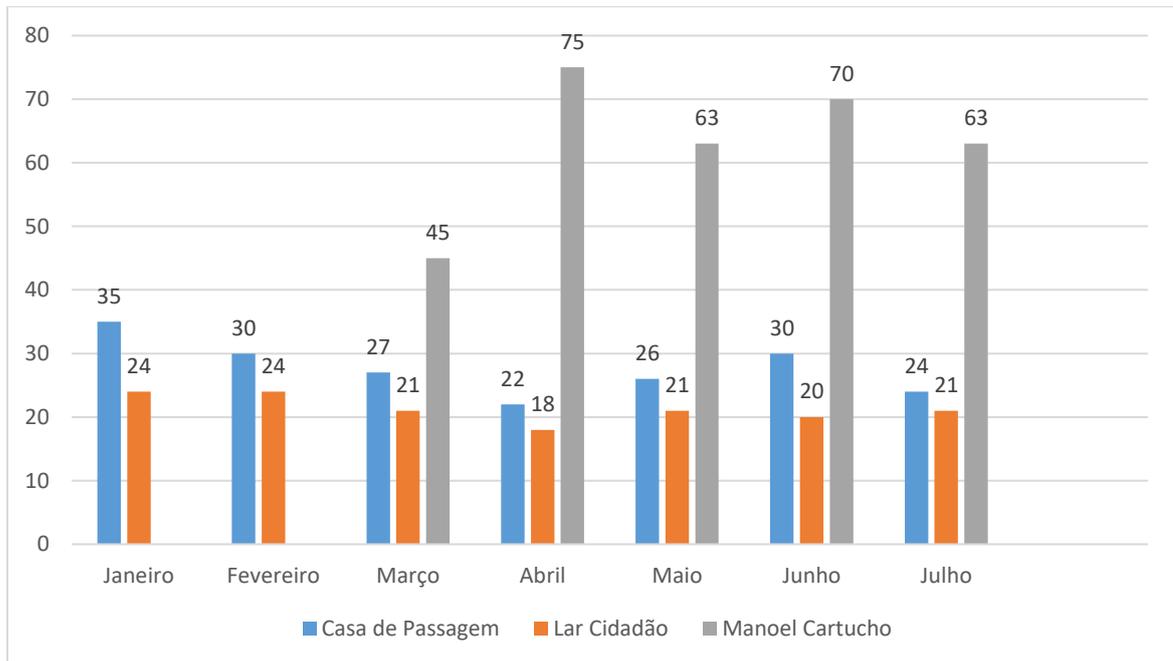
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	TOTAL
Acolhida/recepção	28,3%
Atendimentos Técnicos Grupais	0,2%
Estudos de Caso	4,5%
Elaboração de relatórios e/ou prontuários	10,2%
Informação, comunicação e defesa de direitos	14,4%
Orientação para acesso à documentação pessoal	15,4%
Mobilização, identificação da família natural, extensa ou ampliada	1,2%
Visitas institucionais realizadas	3,3%
Visitas institucionais recebidas	1,0%
Organização e discussão das rotinas da unidade com os atendidos	20,7%
Outras atividades	0,8%

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS. RMA Centro POP, 2020.

Ressalta-se a importância de cada uma destas atividades, em especial aquelas que contribuem para a construção de estratégias com a participação dos usuários na transformação de suas próprias condições de vida, visando principalmente a saída das ruas, a inserção no mercado de trabalho, e demais planos profissionais e/ou pessoais que possam desejar realizar. Entre as atividades com essa finalidade, o Estudo de Caso pode ser considerado um importante instrumento:

Consiste no estudo aprofundado da situação de indivíduo ou família em situação de rua que esteja em acompanhamento no Serviço, considerando, dentre outros aspectos, sua trajetória e contexto social de vida, vinculações, projetos e anseios. O principal objetivo desta técnica consiste na discussão aprofundada de determinadas circunstâncias para melhor (re) direcionar as intervenções realizadas durante o acompanhamento especializado (BRASIL, 2011, p. 91).

No âmbito da alta complexidade o município oferta o serviço de acolhimento provisório para adultos e famílias em três unidades: a Casa de Passagem com capacidade máxima de 30 pessoas, o Lar Cidadão com 20 vagas e o Manoel Cartucho com 50 vagas. No gráfico abaixo se encontra o movimento mensal de cada acolhimento nos meses de janeiro a julho de 2020:

Gráfico 3 – Volume mensal dos acolhimentos de janeiro a julho de 2020

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório da Vigilância Socioassistencial, 2020.

Segundo o Relatório da Vigilância Socioassistencial (2020), o acolhimento Manoel Cartucho iniciou suas atividades em março de 2020, em caráter inicialmente provisório, para atender a demanda dessa população na pandemia. Também foi ressaltado que em alguns meses o número de usuários que passaram pelo acolhimento foi maior que a capacidade, o que acontece quando alguns desligamentos são realizados durante o mês disponibilizando novas vagas.

Além destes acolhimentos municipais, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social cofinancia o GEFA para que sejam ofertadas 11 vagas de pernoite.

Esses números demonstram a expressão do fenômeno no município, evidenciando as pessoas que não estão abrigadas. Longe de ser uma escolha pessoal, muitas dessas pessoas preferem permanecer nas ruas por não conseguirem se adaptar a uma rotina institucional e às regras desses espaços, sendo impelidos a buscarem a “liberdade” das ruas e, por isso, também sofrem discriminações como a expressa no vocabulário popular: “estão na rua porque querem”.

A questão da dependência química demanda um atendimento intersetorial junto à política de saúde, e muitas vezes é um motivo de desistência de várias pessoas pelo acolhimento, e o retorno para a rua. A dificuldade no trabalho com estas pessoas foi um dos assuntos evidenciados na entrevista com Verônica, a antiga coordenadora da Casa de Passagem, realizada no dia 22 de janeiro de 2021:

Então, tem essa situação de rua, tem várias vertentes de população em situação de rua, aquele que está na rua, aquele que é da rua, aquele que passa pela rua. Quando eles estão com a gente, existem esses impactos assim: “Olha, eu não posso sair, eu não posso fazer, mas vocês querem se meter na minha vida, porque eu não posso sair? ”. Aí eles usam estratégias que é normal, “Eu vou ali na padaria”, eles saem para fazer o uso que for, lá dentro não tem como que a gente não trabalha junto com aquilo que é ilegal né, principalmente com relação as drogas(...) (Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

Outro embate frequente nos acolhimentos é o tempo estipulado para a permanência dos usuários, considerado insuficiente para a transformação de suas condições de vida. Gardella (2016) realizou uma pesquisa em abrigos para pessoas em situação de rua (*sansabri*) na cidade de Paris, e descobriu uma realidade bastante próxima ao Brasil. O pesquisador revela que o tipo de intervenção realizada nos abrigos é baseado na urgência, e mesmo que ela seja necessária de acordo com a complexidade deste fenômeno, essa intervenção não é contínua e inexistente um plano de trabalho com esses usuários a longo prazo. A respeito dessa urgência nos acolhimentos ofertados, a entrevistada comentou:

É a crítica maior que eu faço, o maior impasse que a gente tem, o maior obstáculo que a gente tem pra trabalhar com população em situação de rua vem de fato da própria Tipificação, do que é Casa de Passagem. Então assim, eu falo que eu estou num sistema né, um sistema e dessa população em situação de rua ser sempre periférica no acesso as políticas sociais, políticas públicas. A Casa de Passagem ela tá lá na Tipificação, se você pegar, ela tá ali de três a seis meses. Com o objetivo de encaminhamento, de documentação, de encaminhamento disso. (...) Então assim: “Espera aí, em três meses, seis meses a gente não consegue trabalhar o desenvolvimento da autonomia da população em situação de rua”(Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

Na fala da entrevistada podemos perceber que o formato do acolhimento não favorece a construção de um plano individualizado com os usuários na perspectiva de sua autonomia e metas para se reinserir na sociedade e mercado de trabalho. Mais uma vez a questão da intersetorialidade se mostra como imprescindível nesse processo. Em uma pergunta realizada na entrevista sobre a existência de um trabalho intersetorial com essa população, ela respondeu que considera uma das coisas mais importantes, pois nem tudo compete à assistência social, e de que na prática o acolhimento vem obtendo alguns avanços:

Então, a gente conseguiu enquanto trabalho técnico fortalecer essa rede, fazendo parcerias, protocolos, o que for em relação, principalmente em

relação à saúde. A demanda maior que a gente teve é a saúde, então assim, a gente conseguiu avançar muito com parcerias com a saúde mental, principalmente o CAPS, principalmente CAPS AD. Conseguimos muito. Mas conseguimos como? Infelizmente começou pela pessoa que conhecia outra pessoa daquele lugar. Não foi algo assim né, a saúde básica, hospital, quantas vezes tivemos problemas sérios da população em situação de rua ter acesso por conta de documentação. Na teoria é tudo lindo, mas na prática não. Então acesso a medicação, aí eles têm o sistema lá que precisa de documento para ter acesso a medicação. Cadê o documento? Não tem. Mas ele vai ficar então sem a medicação porque tá sem documento? Entendeu? Nós fizemos parceria com faculdade de odonto, a gente conseguiu fazer parceria com a questão cultural com o SESC, mas tudo muito tímido a princípio e foi com muita insistência pra ter acesso. E aí as referências e contra referências a gente sempre tentando buscar fortalecer. Então isso pra mim era muita preocupação, minha maior preocupação enquanto trabalho com a população em situação de rua, enquanto serviço ofertado, a intersetorialidade. Senão, a gente tá ali só como depósito de pessoas. Está lá dentro, vai ficando três meses lá dentro depois vão sair. Então assim, hoje eu vejo muito positivo do que a gente conseguiu construir com as demandas, porque a intersetorialidade também para mim tá de acordo com a demanda de procura. (...) A única coisa que ainda tá faltando pra gente avançar é a saúde básica (Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

Ainda sobre a questão da intersetorialidade ela chama a atenção para a importância do programa Consultório na Rua no atendimento às demandas de saúde da população em situação de rua:

Então assim, ainda existe algumas coisas pra avançar, mas é para além da política de assistência, como o Consultório na Rua, pra que as pessoas não pensem que só institucionalizada vão ter acesso. Então aqueles que são mesmo da rua, que estão precisando muito da saúde básica, e ainda existe tuberculose, ela está muito presente entre os novos, está um pouco esquecida por conta do Covid né, mas ela está presente, e é uma das doenças que mais afeta a população em situação de rua né (...). Então não adianta a gente estar batalhando com uma pessoa pro emprego, pro trabalho formal, se a pessoa ainda tem algo que ela precisa cuidar (...) (Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

Quando foi realizada essa entrevista o Consultório na Rua ainda era um projeto no município de Campos (início do ano de 2021). Mediante o crescimento do número pessoas em situação de rua, o município elaborou um Projeto de Solicitação de Credenciamento de equipe de Consultório na Rua (CR)²⁴ por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. Segundo a coordenadora da Secretaria, o referido projeto estava em fase de credenciamento e o estado do Rio de Janeiro já tinha aprovado, faltando apenas a aprovação do Ministério da Saúde.

²⁴ O referido Projeto de Solicitação foi disponibilizado através de uma cópia enviada por e-mail pela coordenadora.

Segundo a matéria veiculada pelo Portal da Prefeitura de Campos²⁵, no dia 09 março de 2021 o Consultório na Rua iniciou suas atividades na cidade. Como descreve a matéria, o programa conta com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), com as redes de Saúde Mental e Urgência e Emergência, além da Segurança Pública Municipal e Estadual através do Corpo de Bombeiros Militar. O trabalho em rede visa atender as pessoas que vivem da rua e na rua em sua integralidade.

Os locais onde a equipe do Consultório na Rua percorrem para realizar os atendimentos foram elencados a partir de um mapeamento previamente realizado e compreende desde o Centro da cidade até Guarus: Praça do Santíssima Salvador, em frente ao Centro POP, Avenida 28 de Março (em frente ao Ronaldo Rural), Rua Tenente Coronel Cardoso (antiga Formosa), Teatro Trianon, Rodoviária Roberto Silveira, Jardim São Benedito, Praça em frente à Igreja do Saco, Ponte Leonel Brizola (conhecida como Ponte de Rosinha), Pelinca, Parque Santo Antônio, nos entornos do Guarus Plaza Shopping e Primeira Passarela em Guarus (Parque Novo Mundo). Estes locais também foram identificados na pesquisa de Silva (2018) e desde então novos espaços ocupados por essa população surgiram, demonstrando um aumento expressivo desse fenômeno social com o passar do tempo.

A criação desse novo programa no município será de suma importância na continuidade do trabalho em saúde com a população em situação de rua, principalmente em tempos de pandemia. Por ser um dos grupos considerados de risco, essa população é exposta a todo momento à contaminação pelo vírus. Apesar dessas pessoas começarem a se tornar “visíveis” perante a sociedade, o olhar higienista e velado de preconceitos permanece enraizado. Verônica também cita esse problema na entrevista concedida:

E essa questão do senso comum também que fico assim estarecida. De falar que “Ah, eles têm que ficar limpos” É essa questão da higiene básica, que eles não têm higiene básica”. Eles têm as estratégias deles na rua pra sua higiene (...) “Ah, eles não vão querer ficar limpos”. Não, isso não tem nada a ver, isso é algo que deveria ter sido ultrapassado por muito tempo porque não é isso, aquela imagem que população em situação de rua é mendigo, sujo né. E não, eles acessam aquilo lá, por problema que o impacto que houve com eles foi a questão das nossas regras, eles terem mais regras de estarem trancados. Essa história veio de profissional, você acredita? “Ah, população em situação de rua não pega Covid”. Será porque gente, que população em situação de rua não pega Covid né? “Ah, será que é porque eles fumam maconha? Será que tem alguma coisa na maconha ou no álcool? ”. “Gente, eles pegam sim, só que é subnotificado, não vai aparecer na estatística, eles não aparecem no censo. Entendeu? Censitário, entendeu? Não tem. Quanto

²⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=60105

mais para uma pandemia. Entendeu? ”(Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

Essa fala nos revela o despreparo de muitos profissionais que integram as equipes de instituições e acolhimentos. Ao lidarem com essa população profundamente estigmatizada na sociedade, essas equipes precisam receber uma formação e capacitação continuadas para não reforçarem essa visão negativa. Esta capacitação precisa ir desde a visão do/a coordenador/a, passando pelos educadores, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, cozinheiros, porteiros, dentre outros (BRASIL, 2006).

2.1.1. As políticas emergenciais em tempos de pandemia

Situações atípicas requerem políticas atípicas, como é o caso daquelas realizadas em situações como pandemias globais. A realização da pesquisa durante a pandemia da Covid-19 possibilitou também o conhecimento do trabalho do poder público, principalmente nesses tempos de crise sanitária global, interferindo na dinâmica dos serviços socioassistenciais dos municípios. Dessa forma, a pesquisa propiciou a análise sobre as respostas que o poder público e a sociedade civil buscaram dar ao fenômeno da situação de rua, em forma de políticas emergenciais.

Uma das primeiras respostas que a prefeitura municipal direcionou a essa população no enfrentamento da pandemia foi o aumento do número de abordagens em virtude das orientações para prevenção da Covid-19, ampliando o horário e os dias, passando a serem realizadas também aos finais de semana. As equipes passaram a ir no território das ruas buscando a adesão dessas pessoas ao atendimento dos acolhimentos como estratégia de combate à disseminação do vírus entre a população (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2020).

Além disso, foi criado um novo abrigo de caráter temporário para as pessoas que desejavam o acolhimento e tinham a necessidade de um local para fazer o isolamento em casos de suspeita de contaminação do coronavírus. O abrigo Manoel Cartucho, então, passou a ser referência para os outros abrigos, principalmente em relação ao isolamento, pois em casos suspeitos não era possível o acolhimento nos demais equipamentos em decorrência da infraestrutura muitas vezes limitada, os poucos números de quartos, tamanho do local, dentre outros fatores. Essa questão foi apontada na entrevista com Verônica:

(...) mas porque a gente não pode fazer a mesma coisa que o Manuel Cartucho? Porque a gente não tem esse aparato de saúde e não temos como

colocar em isolamento, o banheiro é coletivo, eu não tenho como botar ninguém em isolamento lá na Casa de Passagem e nem banheiro coletivo, mas tivemos casos que foram assintomáticos, tivemos casos suspeitos e encaminhamos para o Manuel Cartucho (...). Embora não esteja na tipificação, ele veio como provisório por conta do que a gente está vivendo atípico, momentos atípicos precisam de políticas atípicas, e o Manuel Cartucho é a junção da saúde com a assistência, então lá tem um aparato de enfermeiros, lá tem um aparato que tem médico toda semana, e virou nossa referência pra casos quando eles começam com sintomas a gente encaminha pro Manuel Cartucho pra ficar em isolamento (Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

Segundo a entrevistada, mesmo com essas medidas o trabalho com essa população foi severamente impactado. Além disso, a pandemia influenciou não só na saúde física, mas na saúde mental das pessoas, desgastadas pelo trabalho e pelas preocupações gerais que ela causou na sociedade:

Então o maior impacto que a gente teve, vou te dizer, não foi difícil quem ficou, quem está no acolhimento, de aderir as regras devido ao Covid, máscaras (...). Então a ociosidade que eu tenho lá dentro fez com que a gente tivesse outras estratégias de trabalho né. Então como que a gente faz? Jamais a gente vai pensar na instituição como um depósito de pessoas. Então foi impactante no número de vagas, foi impactante na articulação com a rede, foi impactante nas parcerias que a gente fez (...) foi impactante para os profissionais que estão lá na linha de frente. Porque a saúde mental de todo mundo está abalada. Tá todo mundo assim, muito abalado (Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

Outra ação municipal no combate à pandemia da Covid-19 entre a população em situação de rua foi a campanha de vacinação realizada pela equipe do Consultório na Rua voltada para aqueles que estavam nos acolhimentos (Casa de Passagem, Lar Cidadão, Manoel Cartucho e GEFA), no Centro POP e no território das ruas. A segunda etapa de vacinação terminou no dia 25 de agosto de 2021 com o total de 189 pessoas imunizadas.

No período atípico em que vivemos com a atual pandemia, a população em situação de rua passou a ser notada como não era antes, chamando a atenção do poder público, mas também da sociedade civil. A assistência prestada à essa população no Brasil por meio de associações, grupos voluntários, ONGS e instituições de caráter religioso e filantrópico existe há bastante tempo (FRANGELLA, 2004; MELO, 2016).

No dia 9 de setembro de 2021, uma entrevista foi realizada com Vera Lúcia (fundadora da Missão Bom Samaritano e enfermeira). Segundo Vera, no município existem vários grupos com esse perfil, mas com o início da pandemia e a necessidade do isolamento social, alguns

deixaram de realizar suas atividades, e muitos desses também eram compostos por voluntários do grupo de risco com mais de sessenta anos e com comorbidades.

Um desses poucos grupos que permaneceram desde o início da pandemia foi a Missão Bom Samaritano, que mesmo sendo ligada ao campo religioso católico conta com a ajuda de voluntários de diversas religiões e demais pessoas da sociedade que desejam ajudar –o trabalho desse grupo não se concentra em práticas religiosas, mas em ações direcionadas às demandas imediatas da população em situação de rua, com a perspectiva da restauração da dignidade dessas pessoas.

Ao questioná-la a respeito de como começou o trabalho com essa população, a fundadora disse que começou há mais ou menos dez anos, quando existia no município a Fraternidade Toca de Assis, conhecida pelo trabalho pastoral com populações empobrecidas e em situação de rua. A Pastoral de Rua²⁶ também era feita por pessoas leigas, ou seja, aquelas que não eram consagradas à fraternidade, mas se identificavam com o carisma destes e desejavam também realizar o trabalho voluntário.

Atualmente, o trabalho que antes era realizado através da referida fraternidade foi o modelo para o surgimento deste grupo de voluntários que fundou a Missão Bom Samaritano no dia 1º de maio de 2019. Sobre as atividades que eles realizam com essa população antes e depois da pandemia, a fundadora relatou:

Então, a princípio nós estávamos focando apenas nessa dignidade e trazer de volta a dignidade perdida porque não tinha um lugar para ir ao banheiro, aí as vezes a população reclama né, “ah que tá com cheiro de xixi, tá com cheiro”, mas onde eles iam fazer? Não tinha lugar para fazer suas necessidades. Então, a princípio a gente queria reestabelecer isso, a dignidade deles, de ter um local que eles pudessem fazer suas necessidades físicas, biológicas, fisiológicas (...) que pudesse também ser reestabelecido essa questão dessa higiene pessoal, que eles tivessem sua toalha limpinha, uma roupa limpinha, um sabonete pra cada né, é algo assim que pudesse fazer com que ele percebesse que ele tinha valor, ele tem valor né, que ele não é qualquer um né. (...) mas depois a gente viu a necessidade também da alimentação, nesse período de pandemia, a gente viu que a necessidade maior deles era a alimentação né. Quando começou a fechar todas as portas, o “fiquem em casa, fique em casa”, e eles, onde eles iam ficar? (Vera Lúcia, fundadora da Missão Bom Samaritano, 09/09/2020).

²⁶ No site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), encontra-se como objetivo da Pastoral do Povo da Rua, estimular a promoção de ações junto à população de rua e catadores de materiais recicláveis que construam alternativas em defesa da Vida e contribuam na elaboração de políticas públicas. <https://www.cnbb.org.br/pastoral-do-povo-da-rua/>

As iniciativas desse cunho são totalmente válidas nesse contexto da pandemia, pois existe uma questão importante e que precisa de estratégias na sua administração, a saber, o caso das pessoas que não desejam ir para os abrigos e acabam realizando a higiene pessoal e alimentação na própria rua, questões relevantes quando o assunto é a prevenção contra o coronavírus e outras doenças.

Apesar de não existir um trabalho em conjunto com o poder público, ao irem até o território onde estão essas pessoas, os grupos da sociedade passam a conhecer bem a realidade dessa população, facilitando a articulação com o trabalho do município ao fazerem a ponte para o acesso às políticas sociais, a viabilização de informações, como um caso relatado por Vera:

Na realidade, nós que já procuramos o governo por algumas vezes né, porque assim, às vezes aparece para nós pessoas querendo voltar para as suas casas, as vezes chega para nós pessoas querendo sair dos vícios, então, nós não temos uma casa de acolhimento. Ou por exemplo, doentes. Nós já tivemos uma situação de irmãozinho que nós pegamos na rua e levamos para o hospital né, e foi diagnosticada com BK/tuberculose, e quando ele terminou o período do hospital, quando ele teve alta a gente, pra onde a gente ia mandar esse irmão, pra rua de novo? Passar frio, ainda fazendo o antibiótico, como seria? Então, nós procuramos o governo pra que pudesse garantir né, um lugar pra que ele ficasse. Então assim, não foi muito fácil, mas graças a Deus a gente conseguiu essa parceria com eles, deles conseguirem um lugar. Tivemos que brigar algumas vezes pra isso, mas nós conseguimos. Então, das vezes que a gente teve ajuda do governo foi nesse sentido né, de garantir direitos dos irmãos, garantir direitos deles, então, fomos até eles e graças a Deus conseguimos aquilo que a gente pediu né, naquele momento. Foi dessa forma. (Vera Lúcia, fundadora da Missão Bom Samaritano, 09/09/2020).

Dessa forma, percebemos que as ações da sociedade civil são relevantes, mas limitadas, o que evidencia a responsabilidade primária com essa população que é do governo. Recentemente temos observado um estímulo às ações da sociedade civil, principalmente pelo governo federal, o qual chegou a publicar nesse período o documento “Protocolo para Organizações Religiosas e da Sociedade Civil sobre Atendimento e Acolhimento à População em Situação de Rua no âmbito da Pandemia da Covid-19”. Conforme aponta Silva e Gomes (2021), esta determinação acaba reforçando a transferência de responsabilidade para a sociedade civil, ficando ao seu encargo o trabalho focado em ações pontuais e fragmentadas.

É importante mencionar que a questão da população em situação de rua em Campos ganhou um novo cenário com um avanço político em 2018, a partir da aprovação da Política Municipal para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para a População em Situação de Rua, por meio do Decreto 225/2018.

No dia 10 de outubro de 2018 foi realizado na cidade o I Fórum Municipal para Formalização do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para População em Situação de Rua – CIAMP, onde foram eleitos os representantes formados pelo poder público e pela sociedade civil organizada. Na ocasião foram eleitas as representações da sociedade civil totalizando seis entidades: a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Conselho Regional de Enfermagem (COREN), o Conselho Regional de Psicologia (CRP), o Grupo Espírita Francisco de Assis (GEFA), a Associação Campista de Aposentados e Pensionistas Idosos (Ascapen) e a Associação Juntos pela Misericórdia. Foi proposto a realização de um Mini Fórum para eleger as representações que não foram preenchidas, conforme o Decreto 225/2018.

A atuação do Comitê no município pode nos revelar de que forma o poder público tem discutido a questão da população em situação de rua, e se esse espaço tem promovido a participação da população nas questões que envolvem sua realidade. Assim, no item seguinte nos aproximaremos do papel exercido pelo CIAMP na promoção, defesa e fiscalização dos direitos desse público na cidade de Campos dos Goytacazes.

2.2 – A participação social e política da população em situação de rua: o CIAMP-RUA como um possível espaço de promoção da cidadania?

Um dos maiores desafios no trabalho com a população em situação de rua, sem dúvida é a sua participação social e política nos espaços de direitos, assim como a sua capacidade de organização coletiva. Isso ocorre em virtude de suas particularidades como classe social, e como grupo heterogêneo, onde cada sujeito que o compõe carrega trajetórias de vida e profissionais distintas, assim como formas de vivência (SILVA, 2009).

Como aponta a autora, esta população possuiria uma limitada consciência de sua condição de classe trabalhadora e como sujeitos de direitos, tornando frágil a sua participação e organização política, o que poderíamos também complementar dizendo que sua participação em espaços de representação como os Comitês seriam de difícil adesão. Mas será, que tem havido esforços no intuito de estimular a participação destes sujeitos nestes espaços, tanto a nível nacional, quanto a nível local?

O CIAMP-RUA foi aprovado conjuntamente à Política Nacional para a População em Situação de Rua por meio do Decreto nº 7.053/2009, com a finalidade de compor um espaço de representação e participação da sociedade civil na formulação, implementação,

monitoramento e controle das políticas públicas direcionadas a esse segmento social. No artigo 3º do decreto federal diz que:

Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

O surgimento do CIAMP-RUA em Campos dos Goytacazes se deu a partir de sua adesão à Política Nacional e criação da Política Municipal para População em Situação de Rua através do Decreto nº 225/2018. O funcionamento e organização do CIAMP está disposto no Regimento Interno, onde este é descrito como órgão colegiado de caráter deliberativo, composto por oito representantes, titulares e suplentes com mandato de dois anos.

A atuação do CIAMP no município é responsável por acompanhar e monitorar a implementação da política municipal para a população em situação de rua, e o funcionamento dos equipamentos como Centro POP e acolhimentos destinados a essas pessoas. Além disso, a existência do Comitê possibilita a oferta de um espaço para o amplo debate em torno das questões referentes à realidade da população em situação de rua. São abordadas questões referentes, por exemplo, ao perfil dessa população, a reunião de suas demandas, propostas, contando com a presença de mulheres e homens com direito a voz e voto.

Como consta no decreto municipal, o Comitê tem como uma de suas atribuições organizar periodicamente encontros municipais para avaliar e formular ações para consolidação da Política Municipal para População em Situação de Rua (art. 7º, inciso VII). Alguns desses encontros já realizados foram importantes para o aumento da visibilidade desta problemática na cidade. Um desses eventos foi a I Reunião Ampliada do Comitê Intersetorial para População em Situação de Rua, realizada no dia 23 de agosto de 2019 no auditório da Sede da Prefeitura Municipal.

O CIAMP organizou o evento em prol do Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua que é lembrado no dia 19 de agosto de cada ano. Nessa ocasião aconteceram palestras de especialistas sobre o tema, a apresentação do relatório do censo realizado pelo Centro POP e depoimentos dos próprios usuários dos serviços destinados à população em situação de rua.

Neste mesmo ano, no dia 29 de outubro de 2019 aconteceu novamente na Prefeitura Municipal o I Seminário “População em Situação de Rua no município, uma responsabilidade de todos”. Diversos segmentos da sociedade estiverem presentes nesse dia: Missão Bom

Samaritano; Comunidade Refúgio; Câmara de Dirigente Lojistas de Campos (CDL); Associação de Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa (Carjopa); Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC); Administração Apostólica São João Maria Vianney; Secretaria Municipal de Segurança Pública; 8º Batalhão de Polícia Militar; Guarda Civil Municipal; Defensoria Pública e Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.

O objetivo deste seminário foi apresentar a rede de atendimento direcionada a esse público, além de debater soluções e estratégias para aqueles que desejam sair das ruas. Destaca-se a presença da população em situação de rua e de seus representantes nesse espaço para discussão da necessidade do trabalho intersetorial e da defesa de seus direitos. Alguns destes usuários relataram experiências de vida no contexto das ruas.

O primeiro ano de existência do Comitê possibilitou o início da construção destes espaços para a promoção de visibilidade social e política das pessoas em situação de rua. No I Fórum Municipal para Formalização do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para a População em Situação de Rua – CIAMP de Campos dos Goytacazes – a participação de usuários e de pessoas que viveram a situação de rua no passado foi de suma importância para o conhecimento aprofundado das lutas que enfrentam diariamente. O usuário do Centro POP Wmaiki Paluto²⁷ ressaltou a necessidade de ações intersetoriais na resolução de suas demandas:

É muito bom estar no Fórum representando os usuários do Centro POP. Espero melhorias para os moradores de rua porque não moramos na rua por gostar, é por falta de uma casa, de um trabalho, um estudo ou uma família. Se a gente está na calçada é porque em algum momento nos faltou uma oportunidade da sociedade e é só isso que a gente quer.

Em algumas oportunidades de participação como ouvinte e pesquisadora nas reuniões até o ano de 2019, foi possível fazer um levantamento dos assuntos mais abordados: o crescente número de mulheres em situações de rua, assim como mulheres com filhos e algumas famílias; o estigma vivenciado pela PSR por causa do uso de álcool e outras drogas; a necessidade de estratégias para as pessoas que desejam sair das ruas, por meio de políticas de transferência de renda e habitação; a necessidade de fiscalização de comunidades terapêuticas que estejam relacionadas à supostas violações dos direitos dessas pessoas; o problema das internações involuntárias de dependentes químicos em situação de rua; a importância do fortalecimento do programa Consultório na Rua, entre outros.

²⁷Para mais informações acessar: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=48294

O ano de 2020 foi marcado por grandes mudanças em nosso cotidiano com a emergência sanitária causada pela pandemia da Covid-19, e as recomendações de higiene, isolamento social, além da substituição de atividades profissionais e estudantis presenciais para forma remota. Os espaços coletivos precisaram readequar suas condições de organização e o CIAMP-Rua foi um destes que optou por continuar suas reuniões por meio da plataforma online Google Meet.

Um importante instrumento de averiguação das ações e projetos propostos pelo Comitê são as atas de reunião. Foram disponibilizadas as atas dos meses de março e abril pela conselheira e membro do Comitê, a professora Leda Barros (UFF), sendo assim possível identificar de que forma o CIAMP conduziu as ações e projetos frente à pandemia e seus impactos na população em situação de rua, que já era um grupo vulnerável e teve sua condição agravada nesse contexto.

Logo no início da pandemia, em março de 2020, durante a reunião do Comitê foi abordada a questão do contexto de crise sanitária e as condições da população em situação de rua na cidade, assim como seu expressivo aumento. Ressaltou-se o agravante e riscos sociais que a pandemia trouxe para classes sociais historicamente marcadas pelas desigualdades e empobrecimento, e nesse contexto observou-se um crescimento dessas pessoas nas ruas em busca da oferta de alimentos.

Esse cenário revela a precariedade de vida dessas pessoas na busca pelo alimento diário para si e suas famílias. Isso aconteceu em Campos quando a demanda de pessoas em busca de alimentação aumentou no Mosteiro da Santa Face e do Puríssimo e Doloroso Coração de Maria, localizado em frente ao Jardim São Benedito, causando aglomerações e requisitando repostas do poder público²⁸. Como solução encontrada pela prefeitura, foi disponibilizada uma equipe do Centro POP e Guarda Municipal no apoio à organização das filas para assegurar o espaçamento adequado e orientações de prevenção de contágio do coronavírus.

Na ocasião desta reunião outras pautas foram abordadas como o funcionamento do acolhimento do GEFA por 24h durante o período da pandemia; o Plano Municipal Emergencial visando a abertura do Abrigo Provisório de atendimento à PSR; os procedimentos de ações conjuntas à saúde para o cumprimento das medidas sanitárias e de higiene exigidas, e as providências para casos suspeitos de cononavírus.

Na ata da plenária do mês de abril de 2020 alguns dos assuntos abordados anteriormente foram novamente citados e discutidos, como a acompanhamento da situação do Mosteiro e

²⁸Para mais informações acessar: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/04/17/blog-dos-jornalistas-pessoas-em-situacao-de-rua-provocam-tumulto-proximo-ao-jardim-sao-benedito-assista-ao-video/>

sobre o funcionamento do Acolhimento Provisório instalado no Hospital Manoel Cartucho. Este último também foi alvo de denúncia ao Ministério Público por parte de grupos da sociedade civil, relacionada ao funcionamento de suas instalações. Além destes informes outras pautas surgiram e foram examinadas: a importância do Consultório na Rua no contexto da pandemia, principalmente com relação às orientações de saúde e acompanhamento de casos com sintomas entre a PSR; a relevância do diálogo do Comitê com o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Saúde na proposição de ações intersetoriais; a preocupação com as pessoas idosas, mulheres grávidas e pessoas com doenças crônicas e mentais, sendo necessária a adoção de estratégias no atendimento imediato. Também foram realizadas propostas de instalação de pias com sabão em pontos estratégicos da cidade, buscando parcerias com instituições, empresas e com a própria população em relação à conservação e pontos adequados.

Observa-se que nessas reuniões houveram muitas propostas, debates, mas pouco foi colocado em prática por uma série de fatores que extrapolavam os esforços dos membros do Comitê. Outro fator relevante é a falta de presença dos usuários, questão ressaltada anteriormente, e que nos leva a questionar se de fato esse espaço tem sido de representação destes sujeitos, ou atuado no mero cumprimento de formalizações para seu funcionamento.

Entendemos que esses não são espaços para apenas falar da população em situação de rua, mas falar junto à população em situação de rua e buscar estratégias no enfrentamento de seus próprios problemas. Como aponta Rezende e Silva (2014) a Política Municipal prevê que tais comitês sejam paritários, mas apenas a reunião de pessoas em uma sala pode não ser suficiente para uma efetiva comunicação entre usuários, sociedade e o Estado. Ou seja, o Comitê só vai ganhar potencial quando o público a ele direcionado começar a fazer parte do mesmo.

Convém ressaltar que o referido Comitê se manteve inativo no mês de setembro de 2020 até o dia 17 de setembro de 2021, quando foi realizada uma reunião de retomada após a articulação de membros do CIAMP com a SMDHS. Essa parada reflete a necessidade de fortalecimento desse espaço, e de maior participação política dos usuários, sendo necessário a estimulação das instituições de atendimento.

Neste capítulo foram apresentados aspectos referentes ao fenômeno da população em situação de rua e as políticas sociais existentes, especialmente após 2009, com a promulgação do decreto federal. Ressaltamos as principais ações voltadas para essas pessoas no âmbito da Política de Assistência Social e da Política de Saúde, assim como a crescente necessidade de articulação entre essas políticas na execução de ações intersetoriais.

Além disso, discorreremos sobre o início do trabalho com essa população realizado no município, que aconteceu por meio de iniciativas no campo religiosos e filantrópico, até se tornar o poder público o principal agente responsável na resolução de suas demandas. Finalmente, destacou-se a importância do CIAMP-RUA como espaço privilegiado na participação social e política da população em situação de rua no acompanhamento e monitoramento da Política Municipal, e na proposição de necessidades de grupos específicos entre essa população, como é o caso das mulheres em situação de rua que serão contempladas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – OBSERVANDO-AS BEM: UM OLHAR PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Neste capítulo adentramos no nosso objeto de pesquisa em suas particularidades: o universo das mulheres em situação de rua, havendo o objetivo de iniciar um debate ainda incipiente a respeito da população em situação de rua, especificamente a figura da mulher como “minoridade estatística” presente nas pesquisas. Foi discutido o conceito de interseccionalidade por meio dos estudos da autora Akotirene (2019), como uma ferramenta analítica para refletirmos sobre as relações de gênero, raça e classe, e de que modo estas influenciam na implementação de políticas sociais que atendam suas reais necessidades.

3.1 – A representação das mulheres em situação de rua na literatura e nas pesquisas

Neste item discorreremos sobre a questão da mulher em situação de rua, vista por estereótipos moldados pela sociedade. A literatura existente ressalta que elas são consideradas como frágeis, e muitas vezes submissas no ambiente das ruas, condição que trazem desde o ambiente doméstico e das relações sociais vivenciadas anteriormente (QUIROGA e NOVO, 2009; TIENE, 2004). Contudo, segundo as autoras essas mulheres também apresentam inúmeros relatos de resistência contra a ordem que procura “dominá-las”, e constroem em seu dia a dia alternativas e novas práticas de sobrevivência.

Ainda que elas componham um percentual menor nas pesquisas, a sua presença nas ruas evidencia condições de vida particulares frente à dura realidade cotidiana. Nota-se que o Estado não opera com a devida atenção às suas singularidades, oferecendo ações mais generalizadas. Desse modo, acaba gerando uma integração de suas demandas com a parcela majoritária desse público, que é a masculina em idade economicamente ativa.

Discutir a condição da mulher em nossa sociedade, requer colocar em pauta a histórica posição em que a mesma é inserida nos mais diversos espaços sociais, profissionais e políticos, em sua maioria em uma condição de desigualdade perante ao homem, apesar de todas as conquistas e avanços já alcançados.

Essas, que são notáveis desde os tempos da colonização portuguesa em terras brasileiras. Segundo Mendonça e Ribeiro (2010) existiam diferentes formas das mulheres vivenciarem sua condição feminina no período da Colônia, e duas instituições possuíam papéis fundamentais para seu fortalecimento: a Igreja e o Estado. Na visão religiosa era intrínseco às mulheres o caminho que as direcionavam ao matrimônio. Mas, desde esse período o recorte de

classe se fazia muito forte, sendo possível perceber as mulheres da elite amparadas no seu seio familiar, e cumprindo as designações de tais instituições.

Assim, percebe-se que a vida da mulher nesse período era voltada fundamentalmente para os cuidados com o lar, as crianças e o marido. Não era o “natural” da mulher exercer papéis na esfera civil e política, pois esses eram espaços marcados pela presença masculina. Essas tarefas que eram socialmente incumbidas às mulheres permanecem durante o período do Império. Por outro lado, as mulheres pobres muitas vezes sofriam com o abandono de seus companheiros e o peso de carregar sozinhas as responsabilidades da família (MENDONÇA e RIBEIRO, 2010).

Logicamente podemos perceber que os papéis femininos em nossa sociedade hoje são estabelecidos por esses tipos de vivências que eram presentes em épocas passadas. Se as desigualdades sociais, violências e certos tipos de exclusão insistem em terrorizar as mulheres de uma forma em geral, quiçá das mulheres que enfrentam a dura realidade nas ruas do país.

No entanto, não será qualquer instrumental analítico que irá abranger as mais diversas questões que envolvem a figura da mulher em situação de rua. Nesse âmbito, é necessário e indispensável trazeremos à discussão os eixos de gênero, raça, classe social, etnia, e até mesmo território.

Trabalhamos com o conceito de interseccionalidade por meio da ótica da mestra em Estudos Feministas Akotirene (2019). Tal conceito foi inicialmente criado no âmbito das leis antidiscriminação no campo da teoria crítica de raça pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw. Este conceito é uma ferramenta teórica que surge na busca de romper com a “ditadura” dos pensamentos de raízes europeias, que em muito se distanciam da realidade dos países que foram colonizados, ficando à mercê de suas próprias ideias e termos.

Deste modo, segundo Akotirene (2019): “O termo define um posicionamento do feminismo negro frente às opressões de nossa sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeias, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única”(AKOTIRENE, 2019, p. 11).

Nos estudos da autora é possível perceber que o conceito de interseccionalidade visa contribuir além da militância. Representa um esforço teórico na luta pelos direitos das mulheres negras, que não tem seus direitos plenamente cobertos pelo movimento feminista e pelos movimentos raciais. Em razão disso,

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado –

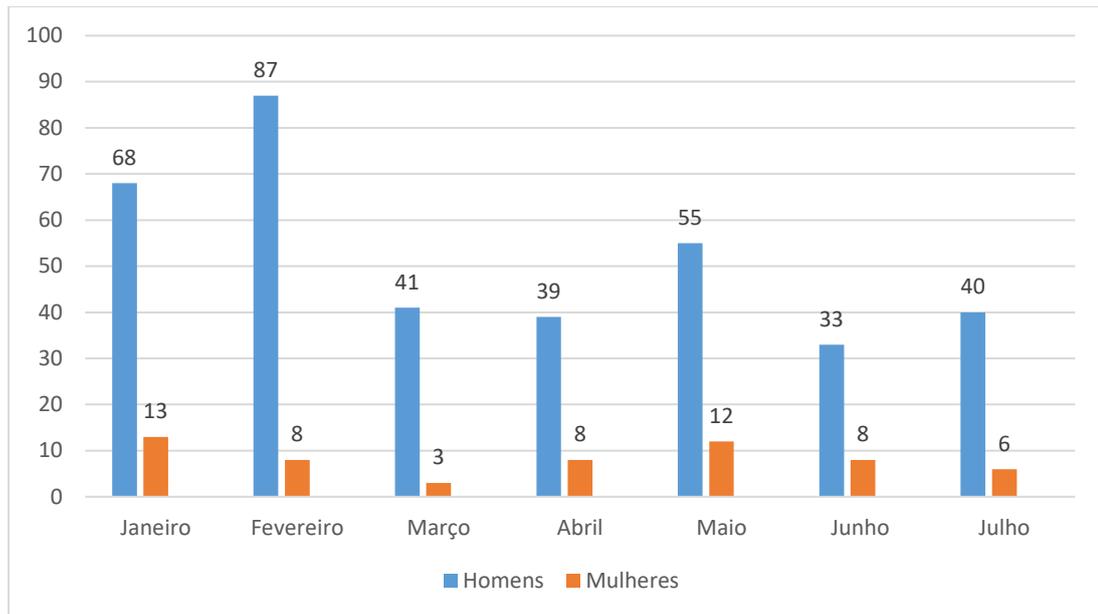
produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 20)

Notamos que essa é a concretude da condição da mulher em situação de rua, que por muitas vezes é atravessada por essas “avenidas identitárias”, sofrendo com elas inúmeras formas de violências e exclusões em nossa sociedade brasileira. Ou seja, dentro do próprio grupo das mulheres em situações de rua existem particularidades que são determinadas pelas questões de raça, etnia, entre outros, e que não podem deixar de serem evidenciadas.

Não é a nossa intenção nessa dissertação realizar um debate focado diretamente na questão racial, porém, não seria permissível ocultar os marcadores de raça que a população brasileira traz consigo, devido ao seu passado de povo colonizado e escravizado. Esse histórico influencia até os dias atuais os modos de vida dos brasileiros, seja da população em geral, seja de um grupo específico, como é o caso da população em situação de rua.

Nos dados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008), a questão racial é ilustrada nos números. As declarações das mulheres sobre raça/cor resultaram em um percentual de 27,26% de pretas e 35,94% de pardas, totalizando 63,20% de negras conforme a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na cidade de Campos dos Goytacazes a porcentagem do número de mulheres em situação de rua reflete o cenário nacional (18% do total), enquanto os homens representam 82%, conforme os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (2019). Esse cenário também pode ser visto no volume mensal das pessoas atendidas pelo equipamento municipal do Centro POP, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Volume mensal de pessoas atendidas no Centro POP por sexo (Jan-Jul/2020)

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório Técnico da SMDHS (2020)

A exposição desses dados nos revela que as mulheres que estão nas ruas possuem maiores chances de sofrer preconceito oriundo de diferentes direções. Em primeiro lugar, elas enfrentam as discriminações do seu próprio gênero, pois na sociedade em que vivem há ainda um machismo e patriarcalismo enraizado, ora velado, ora ostensivo. Além disso, grande parcela dessas mulheres são negras e suas vidas são atravessadas pela discriminação da cor/raça, e pelo preconceito entre as classes sociais, vivendo em condições de extrema pobreza.

Existem alguns estudos e pesquisas sobre a população feminina nas ruas do Brasil, mas “ainda é incipiente uma abordagem específica das peculiaridades das mulheres que vivem nas ruas, inclusive na área acadêmica, na qual encontramos poucas publicações a respeito do tema” (ROSA e BRÊTAS, 2015, p. 276). Concordamos com a posição das autoras e acrescentamos que devido à complexidade, importância do tema e dimensões territoriais do país, que costuma apresentar características específicas em sua diversidade regional e cultural, é imprescindível uma atenção maior à questão de gênero dentro desse público ampliado.

A maioria dos estudos sobre a população feminina em situação de rua são provenientes do estado de São Paulo, seguida pelo estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará e Rio de Janeiro. Podemos perceber nesse levantamento que prevalece as pesquisas na região sudeste do país, a qual comporta uma parcela maior desse público. Segundo uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima-se que a região sudeste comporte

mais da metade dessa população no país, aproximadamente o quantitativo de 124.698 pessoas em março de 2020 (IPEA, 2020).

Estes trabalhos que abordam a problemática da mulher em situação de rua destringem diversas questões que envolvem seu cotidiano. Muitas dessas questões também perpassam o universo masculino e acabam sendo tratadas de forma diferente, muitas vezes mais intensa. Por outro lado, existem particularidades do universo feminino e que serão detalhadas conjuntamente às observações de campo realizadas para esta pesquisa.

A partir desse ponto começamos a questionar: quais são os problemas enfrentados pela mulher em situação de rua? O que faz com que elas corram mais riscos do que os homens? Quais particularidades e singularidades do seu gênero as colocam como um grupo de maior vulnerabilidade social dentro do grupo maior da população em situação de rua?

Em primeiro lugar, tomamos o espaço das ruas como o espaço público antagônico ao espaço privado, que é o lugar em que se resguarda as vidas dos sujeitos, a intimidade da família, dos relacionamentos pessoais. É também o lugar onde são desempenhadas diversas atividades rotineiras como os cuidados com a casa, o limpar, o cozinhar, o descansar, o dormir, tomar banho, escovar os dentes, dentre outras coisas. Já as ruas representam tudo aquilo que é público e acessível a todos. Lugar de exposição, encontros, atividades cotidianas que vão desde o trabalhar, estudar, passear, até acessar os mais diversos tipos de serviços.

Logo, existe uma diferença muito grande em viver nesses dois espaços. Para os sujeitos deste estudo, a passagem do privado para o público é manifestada como a conclusão de um processo de rupturas e exclusões vivenciados por uma pessoa, antes mesmo de chegar às ruas. Melhor dizendo, para as mulheres em situação de rua o estar nessa condição é a materialização de um amplo leque de desigualdades sociais que as atingem de diversos lados, e que se intensificam nesse lugar.

Essa passagem se torna muito mais brusca e devastadora para a mulher do que para o homem, pois culturalmente a mulher foi sendo associada ao ambiente doméstico, por conta da sua suposta fragilidade, seja física ou emocional. A rua e a mulher destoam totalmente nesse sentido. Assim como destaca Tiene (2004, p. 20): “Ao longo da história, a mulher foi socializada para a vivência no espaço privado, sua identidade foi construída para o interno, para dentro da casa, marido, filhos, cuidados com os doentes. A rua, como espaço público, é de todos”.

Destarte, a autora ressalta que uma vez estando na rua a mulher continua exercendo esses papéis, enquanto ao homem cabe prover o sustento de seus dependentes, como a mulher que está com ele:

É interessante observar que a rua, mesmo sendo um espaço público, é e não é de todos, porque é um espaço também marcado por uma apropriação, que pressupõe um rito de iniciação para dela fazer parte, e da correria para nela se manter. O homem, neste caso, continua se colocando como provedor. Ele assume a responsabilidade pela manutenção da mulher, mesmo estando na rua (TIENE, 2004, p. 21).

Apesar de encontrar tanto na literatura quanto nas pesquisas a relação da mulher com a dependência masculina, nos deparamos também com estratégias de sobrevivência que demonstram seu lado mais forte em um espaço que ao primeiro olhar é totalmente hostil para elas.

Por meio da literatura, das observações de campo e das entrevistas descobrimos também a reinvenção do espaço das ruas através do olhar, e do ser mulher. Por isso, as mulheres dessa pesquisa receberão nomes de flores no lugar dos seus nomes reais, tendo como referência o trabalho de Villa *et al.* (2017). Ainda que seja evidenciada a sua “delicadeza” e “fragilidade”, pretendemos falar delas em lugar de protagonistas de suas próprias histórias.

Um dos aspectos mais delicados que envolve o dia a dia da mulher na rua é quando além de lutarem por suas vidas, carregam consigo a responsabilidade de manter e proteger uma ou mais pessoas. É a dura realidade das mulheres-mães em situação de rua que precisam encarar o diariamente essa realidade junto com seus filhos.

Nas observações de campo, um dos aspectos referentes ao universo feminino presente na Grade de Observação é a permanência dessas mulheres nas ruas com seus filhos. Durante algumas idas à campo na Praça São Salvador foi possível notar em horários diferentes do dia, tanto na parte diurna, quanto noturna, a existência de mulheres que estão nas ruas com a presença de crianças. Em sua maioria, crianças pequenas de até seis ou sete anos aproximadamente. Um desses dias foi em 16 de junho de 2020, na parte da tarde por volta das 14:30h. Uma mulher que aparentava menos de 40 anos de idade, estava com duas crianças pequenas em frente ao edifício Cidade de Campos. O menino mais velho aparentava aproximadamente 5 anos e o bebê aproximadamente 1 ano de idade. Ela estava sentada no chão, cuidando das crianças e observando-as brincarem, enquanto vendia doces para os transeuntes que ali passavam. Em mais de uma ida à campo pude observá-la nesse mesmo ponto ou em frente ao Banco do Brasil oferecendo os doces. Havia uma pequena interação entre eles e os transeuntes, principalmente por causa das crianças (Diário de campo).

No dia 18 de junho era possível perceber que a maioria das pessoas que passavam pela mulher com as crianças pareciam não notar sua presença, como se eles não estivessem ali,

mas, algumas pessoas olhavam, e duas pararam para conversar, cumprimentar e até acenar para as crianças. Foi o caso de uma jovem que se aproximou e brincou com as crianças.

A autora Tiene (2004) também constata essa relação em sua pesquisa realizada na cidade de Campinas-SP, quando diz que as famílias com crianças e as mulheres despertam mais o sentimento de caridade das pessoas quando pedem ajuda, justamente por envolver esse lado sentimental de cada um.

No entanto, a longa permanência dessas mulheres com crianças nas ruas se constitui em um problema difícil de ser tratado, por envolver além da vida dessas mulheres em situação de extrema vulnerabilidade, também de seus filhos (as) que acabam sendo expostos à riscos sociais e julgamentos da sociedade e Justiça.

Sabe-se que essa situação pode causar danos e prejuízos tanto para as mulheres quanto para as crianças. Por outro lado, é necessário pensar quais as medidas necessárias para resguardar a segurança e preservação do vínculo de ambos. A respeito desse quadro Tiene (2004, p. 139) questiona:

Vem novamente à tona a questão polêmica da separação da criança da mãe. Não há dúvida de que lugar de criança não é a rua. Entretanto, de um lado, as políticas do Estado mantêm-se aquém das necessidades maternas. Até que ponto essas jovens não teriam possibilidade de reverter o processo que estão engajadas, havendo provisão de assistência para ambos?

Ainda em 18 de junho de 2020, na parte da noite haviam três mulheres na praça São Salvador, sendo que duas estavam com crianças e a outra junto com um homem. Eles estavam todos reunidos deitados em frente ao edifício Ninho das Águias, próximo à agência dos Correios. Um fato que aconteceu nessa noite nos chamou a atenção para a precariedade enfrentada por essas mulheres nas ruas, e que se potencializa em meio a pandemia da Covid-19.

Por volta das 20:30h da noite, às quintas-feiras, um grupo religioso vai até a praça para levar quentinhas para a população em situação de rua, e também fazem orações com aqueles que desejam participar no momento. Naquele dia havia na praça em torno de trinta pessoas, ressaltando que era provável que nem todos fossem moradores de rua, visto que não se observou esse quantitativo em outras noites. Quando esse grupo religioso chegou para a distribuição das quentinhas houve uma aglomeração entre essa população – muitos estavam sem máscaras de proteção facial e entre eles também estavam essas mulheres com as crianças.

Quando a sociedade enxerga esse tipo de cena se choca com aquilo que diariamente acontece em muitas cidades do país e que se evidenciou muito mais no contexto de uma crise

global de saúde. Com o surgimento da pandemia muitos grupos sociais passaram a ter destaque e visibilidade perante a mídia e poder público, o que antes não acontecia.

A invisibilidade dessas mulheres perante o Estado, principalmente quando intervém com práticas de violência ao tirar os filhos dessas mães, acaba reforçando na sociedade um olhar julgador para essas mulheres que passam a enxergá-las como irresponsáveis, “drogadas”, “vagabundas”, entre outros estereótipos e palavras de desmoralização. A humilhação por qual essas mulheres passam é questionada e denunciada também por Sarmiento (2017, p. 48):

Ademais, são representações indiscutíveis dessa desumanização os modos como o Estado gerencia as mulheres que fazem da rua seu domicílio, em especial no tocante à violação do direito à maternidade. Afinal, seriam essas mulheres menos humanas e menos dignas de serem mães do que aquelas de classe média ou alta? É inegável a criminalização da pobreza também para esses casos, considerando a grande quantidade de mulheres que tiveram seus filhos retirados – todas com trajetória de rua – enquanto dificilmente a justiça intervém em lares abastados para verificar em quais condições os filhos estão sendo criados.

Ressaltando o que foi dito pela autora sobre a trajetória de rua, percebe-se na literatura a existência de algumas mulheres que vivem em situação de rua há muitos anos. Muitas delas possuem o histórico de vida nas ruas desde quando tinham a idade aproximada de seus filhos (as) ou até mais novas. É a denúncia da reprodução da pobreza que o Estado diversas vezes é incapaz de notar e intervir para que haja uma mudança.

Este é o perfil da população em situação de rua que vive a experiência intergeracional identificada em alguns municípios brasileiros, principalmente entre aqueles com altos índices de desenvolvimento, porém, com má distribuição da riqueza entre a população. (ANDRADE, COSTA e MAQUETTI, 2015; COSTA *et al*, 2015). Embora esse perfil não tenha sido identificado entre as mulheres da pesquisa em Campos dos Goytacazes, é um fator alarmante principalmente pelo crescimento do gênero feminino nas ruas.

Outro aspecto relacionado ao universo feminino das ruas são as mulheres que se encontram grávidas nesse ambiente. Por ser uma fase em que a mulher precisa de maiores cuidados com a saúde, alimentação, sobretudo no seu aspecto psicológico e emocional, esse meio não pode ser considerado um dos melhores para se passar por este grande processo de mudança, como acontece para todas as mulheres. No entanto, a realidade pode e é muitas vezes diferente do esperado.

Muitas mulheres acabam engravidando durante a sua permanência nas ruas, sendo o filho (a) fruto de um relacionamento iniciado nesse contexto. Em outros casos, a gravidez pode

ocorrer depois dessa mulher sofrer um abuso sexual. A forma como esse processo se deu desencadeará olhares diferentes para a maternidade que se inicia com essa gravidez.

Algumas irão manifestar o desejo de ter as crianças e criá-las, outras pelo sofrimento em que se encontram poderão pensar em interromper a gravidez ou entregar a criança para a adoção. Em todo caso, a mulher que engravida na rua precisa de um amparo muito grande, pois é um dos momentos mais delicados de sua vida. Nesse contexto, as políticas sociais que visam a saúde da mulher, e de seus direitos no geral, se fazem imprescindíveis.

É constatado na bibliografia sobre essas mulheres o desejo que muitas delas sentem de cuidar dos seus filhos, mesmo diante das dificuldades. A maternidade desperta nelas a possibilidade de transformarem suas histórias de vida, de viver recomeços e novos sonhos. Entretanto, o futuro de incertezas pode romper os planos construídos caso não receba o amparo social e emocional que precisam, além da garantia do acesso às políticas públicas. Sobre essa realidade Costa *et al.* (2015, p. 1101) destaca:

A realidade que se identificou nesta pesquisa foi a de mulheres que possuem a capacidade criativa para desejar uma vida melhor, tendo a gravidez como um possível disparador ou potencializador de sonhos. A condição social que vivem hoje – na qual, por um lado, têm necessidade de todos os dias lutar por sua sobrevivência e, por outro, adquirir de forma relativamente fácil, mas aleatória e flutuante, os itens necessários à sua sobrevivência – dificulta a possibilidade dessas mulheres planejarem estratégias para alcançar a realidade almejada. A incerteza do presente pode produzir um futuro como algo distante ou impensável, sendo, portanto, um tempo no qual se depositam desejos inalcançáveis, fazendo com que permaneçam na mesma condição, repetindo o ciclo entre a rua e o abrigo; entre gravidez, plano de família e perda da guarda.

Na pesquisa de campo também nos deparamos com históricos de mulheres que transitam por esse ciclo mencionado. Na entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2021 com a antiga coordenadora da Casa de Passagem (PMCG), a mesma citou o caso de uma mulher de dezenove anos com um bebê de quatro meses que estava na condição de abrigada e que retrata bem essa realidade. A jovem mãe possui histórico de vida em abrigos e nas ruas, sendo marcada por diversas violações de direitos:

Até o nono mês ela ficou em situação de rua, e aí depois que ela saiu do acolhimento infantil, ela ficou um período de dezenove anos, vai fazer vinte. E aí ela com o companheiro que não é o pai mas registrou o filho. E aí um dos impasses que a gente passa com relação à essas mulheres que tem filhos, é a sociedade, o Conselho Tutelar achar que só porque não tem uma casa, naquele momento, é motivo de tirar a criança da mãe. Então, a gente teve

caso que precisou fazer relatório e mais relatório e provar o contrário. (Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

De acordo com a entrevistada, as marcas que as ruas deixam nessas mulheres também influenciam bastante no seu comportamento e nas atitudes, o que faz com que se tornem vítimas também nos próprios abrigos. Elas acabam sendo classificadas até mesmo pelos funcionários como mulheres problemáticas, causadoras de conflitos, totalmente difíceis de lidarem.

Todavia, é preciso olhar além das aparências desses comportamentos ditos como “rebeldes” e buscar as raízes. De acordo com a antiga coordenadora, essa imagem passada é uma forma de autodefesa. A jovem deixou para ela uma carta antes do seu desligamento da coordenação, ao qual ela disponibilizou para ser apresentada nesta dissertação:

Verônica, primeiramente me desculpa por ter sido ignorante com você e ter te ofendido verbalmente. Mas, quero que tu saiba que tô torcendo por você de coração. Quero que realize todos seus sonhos e objetivos. Obrigada por ter me aturado, sei que foi muito difícil para você. Eu não sou fácil. Queria ter te mostrado a pessoa que realmente eu sou, mas você sabe que preciso manter a fama de durona, porque a rua me ensinou a ser assim. Mas desejo toda felicidade, paz, prosperidade e esperança para você e sua família. Sempre se dedique pelo seu filho, sei que você será um grande exemplo para seu filho sempre ter coragem para enfrentar os obstáculos da vida. E continue assim essa mulher guerreira que tu é. Felicidades. Deus te abençoe. (Margarida, acolhida da Casa de Passagem)

Essa tentativa de passar uma imagem de “durona” é consequência de inúmeros tipos de violência que essas mulheres já sofreram e podem vir a sofrer no futuro, caso demonstrem uma imagem “frágil”. A problemática da violência entre a população em situação de rua não é exclusiva das mulheres. Esta pode vir tanto de fora (como da sociedade e do Estado), quanto de dentro (dos seus próprios membros).

A violência perpetrada contra as mulheres em situação de rua é reflexo daquilo que ocorre na população em geral. Em razão de suas particularidades, as mulheres são suscetíveis à violência multifatorial. No entanto, segundo Rosa e Brêtas (2015), ainda que sofram também com a violência verbal e a psicológica, a violência física e sexual são as mais citadas e as que deixam marcas mais profundas:

Essas mulheres adquiriram certa tolerância a formas não físicas de violência. Quando questionadas a respeito das violências que sofreram, nas ruas ou fora delas, relataram, quase sempre, situações de agressão física e/ou sexual. Mas, no decorrer de suas falas, inúmeras outras situações de violências psicológicas, verbais, negligências são relatadas como fator de menor importância, mesmo sendo responsáveis por grande sofrimento (ROSA e BRETAS, 2015, p. 278).

As autoras também ressaltam que essas ações violentas podem ser realizadas por completos desconhecidos nas ruas, assim como pelos próprios companheiros. Esse fato foi constatado em um dos dias de observação de campo na praça São Salvador.

No dia 6 de janeiro de 2021, havia um casal que estava sempre no ponto localizado em frente ao edifício Cidade de Campos. Foi possível perceber uma discussão entre eles, enquanto a mulher estava em pé encostada em uma parede, ele a “encarava”, e depois começou a falar alto e apontar o dedo para ela. Apesar das observações terem sido feitas à distância, os gestos corporais diziam muito sobre a cena. Ele com gestos agressivos, ela permanecia tensa, imóvel, e olhava para frente, sem olhar nos olhos dele. (Diário de campo, 2020/2021)

A bibliografia demonstra que as diversas formas de violência que atingem as mulheres geralmente começam antes mesmo das vivências nas ruas, sendo um dos principais motivos que as levam a essa situação (TIENE, 2004; PINTO, 2019). Em alguns desses casos a rua se torna para elas uma fuga da opressão doméstica na busca de encontrar alguma liberdade (TIENE, 2004).

Porém, as discriminações, as opressões e violências não terminam ao chegarem nas ruas – muitas vezes elas se intensificam e ganham novas roupagens. Essa nova realidade pressiona as mulheres a construírem diferentes formas de resistência à ordem ali estabelecida, agregando novas práticas e hábitos para encará-la.

Uma dessas práticas nocivas é o abuso do álcool e de outras drogas. Essa prática também pode aparecer como um dos motivos de terem ido para as ruas, estando em terceiro lugar no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008). As consequências causadas pelo uso de substâncias psicoativas são inúmeras:

Para outras mulheres, o uso de drogas foi apontado como o principal responsável pela situação de vida nas ruas. Gradualmente, deterioraram seus vínculos familiares, comprometeram sua responsabilidade em relação ao trabalho, estudos, cuidado com os filhos; deixaram-nas mais expostas à violência e a criminalidade; além de mais vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e prostituição (ROSA e BRÉTAS, 2015, p. 278).

Quando o problema com o álcool e as drogas surge depois que essa mulher já se encontra nas ruas, é muito provável que seja para amenizar o sofrimento causado pela violência e abusos, os arrependimentos, a solidão, e outros sentimentos que só uma pessoa nessa condição pode descrever com exatidão.

Esses vícios agravam ainda mais o estado de saúde dessas mulheres, podendo influenciar no desenvolvimento de doenças em razão de suas condições precárias de higiene e alimentação. Os riscos se multiplicam quando a mulher possui tais vícios e, ao mesmo tempo, vivencia uma gestação nesse contexto.

Além disso, a maioria das mães demonstraram não saber ao certo o potencial patogênico do uso de drogas, álcool e cigarro durante a gestação. Nenhuma delas era primípara, e o fato de terem outros filhos que nasceram saudáveis, não apresentando qualquer problema de saúde, aumentando a descrença que tem com relação à ação nociva das drogas. A invisibilidade de alguns problemas causados pelo uso de drogas durante a gestação pode produzir esse efeito, uma vez que oferece a falsa impressão de que não há nenhum problema com a criança (COSTA *et al.*, 2015, p. 1097).

As ruas carregam suas próprias leis, que vão sendo absorvidas pelos sujeitos à medida que eles se encontram por mais tempo nesse território. As mulheres que passam um período prolongado nesse ambiente tendem a desenvolver estratégias de sobrevivência, gerando um acúmulo de experiências particulares. Um exemplo das estratégias mais utilizadas por elas são as habilidades que aos poucos vão aprendendo para se defenderem, independentemente de ter algum homem que possam fazer isso:

Rita se utiliza de estratégias diferentes para impor respeito, como repete várias vezes. Ao mesmo tempo, reconhece que desenvolveu habilidades de valentia e atitudes autoritárias, *porque sempre convivi mais com os meninos e aprendi com eles a ser mais atirada* (TIENE, 2004, p. 135).

Outra estratégia que existe em alguns casos é a procura por construir uma imagem masculinizada para impedir os possíveis abusos e tentativas de violência:

As meninas adolescentes, que estão na rua já há algum tempo, apresentam características muito semelhantes à dos meninos, tanto no desenvolvimento físico como no modo de se vestir. Têm corpo mais forte, usam boné, short e camiseta. São muito ágeis e agressivas quando enfrentam uma discussão. Parece que esses traços masculinos ajudam na defesa pessoal (TIENE, 2004, p. 135).

Essas estratégias fazem parte do cotidiano dessas mulheres, sendo também constatadas por meio das entrevistas realizadas com os profissionais dos abrigos. Na entrevista do dia 22 de janeiro de 2021, feita com a ex-coordenadora da Casa de Passagem, obtivemos o relato de um dia no qual ela se deparou com uma das acolhidas querendo chorar enquanto estava escutando

música com fone de ouvido. Ela estava em um canto do acolhimento para que não a vissem. Ao chamá-la para perto, a mulher lhe disse:

Não, mas eu não posso chorar aqui não. Eu não posso chorar na rua, porque se eu fizer isso tô mostrando que eu sou frágil, e a gente que é mulher na rua tem que mostrar tão forte quanto ou mais que o homem, porque se não acontece tudo com a gente na rua. Os abusos sexuais, entendeu? (Azaleia, acolhida da Casa de Passagem, 22/01/2021).

Apesar da violência e opressão estarem presentes em muitos dos relacionamentos que as mulheres sustentam nas ruas, em algumas histórias é possível encontrar companheirismo, cuidado e ajuda mútua entre os parceiros. Essa também pode ser considerada uma forma de resistência que os casais desenvolvem juntos para lidar com as dificuldades encontradas no cotidiano.

De acordo com Rosa e Brêtas (2015), nem todo relacionamento surgia apenas da intenção da mulher em buscar proteção de um homem, mas elas se relacionavam de forma afetiva ou sexualmente quando se sentiam atraídas – conquistavam ou eram conquistadas por seus parceiros.

Planejar e sonhar com um futuro diferente também são possíveis de serem nutridos nas relações que se iniciam ou permanecem no contexto das ruas, assim como expõe Costa *et al.* (2015, p. 1098): “Algumas delas têm seus parceiros (pai dos filhos que esperam) como um companheiro na situação de rua e nos planos de futuro. Uma delas chega a fazer planos para a vida com seu parceiro e seu filho.”

Percebemos que os relacionamentos amorosos e/ou sexuais representam para as mulheres uma maneira delas buscarem proteção e segurança nas ruas. De outro modo, elas também buscam alguém para estar ao seu lado partilhando afeto, sentimentos e cumplicidade – esses últimos aspectos citados são necessidades básicas de sociabilidade do ser humano, independente de gênero.

Outra questão presente nas observações da pesquisa de campo, que corrobora com o que é ressaltado na literatura, é o papel da mulher com relação ao espaço “doméstico” reproduzido na rua. Em geral as atribuições delas nesse espaço são reflexos do que se considera como costume na sociedade.

A mulher assume funções de cuidados com a casa e organização do espaço ocupado. Enquanto isso, o homem faz a “correria” diária, buscando prover as necessidades materiais da mulher ou de outros integrantes do grupo que faz parte. Os cuidados em casos de adoecimentos entre parceiros ou membros dos grupos também são recorrentes (PINTO, 2019).

Ademais, existe uma tendência dessas mulheres assumirem o papel de mediadoras de conflitos, evitando a todo custo que os grupos se desagreguem por ser fundamental a manutenção dos relacionamentos e das trocas materiais ou sociais proveniente da convivência entre seus membros (TIENE, 2004).

Em alguns dias de observação de campo na Praça São Salvador pude notar entre as mulheres, os cuidados que elas têm com o espaço onde ocupam e a execução de tarefas domésticas. No dia 27 de agosto de 2020, por volta de 08:00h da manhã, havia um grupo com dois homens e duas mulheres em frente à antiga loja da Kodak. Era possível observar a interação que eles tinham entre si e com os transeuntes. Nesse dia, um dos aspectos relacionados a organização do espaço que eles ocupam me chamou bastante atenção. Após acordarem e levantarem, eles pegaram todos os objetos como lençóis, cobertores, roupas, e organizaram cuidadosamente, e depois guardaram em uma grande caixa de papelão. Essa tarefa foi possível de ser observada principalmente entre as mulheres, que também ficaram responsáveis por varrer o local, retirar sobras de alimentos e jogar na lixeira mais próxima (Diário de campo, 2020/2021).

Outra oportunidade de observar esse aspecto aconteceu em um domingo bastante ensolarado. Na manhã do dia 6 de setembro de 2020 havia uma movimentação grande de pessoas na praça, pois ao lado da Catedral estava uma Kombi com voluntários distribuindo café da manhã para as pessoas em situação de rua, mas também para outras pessoas que surgiam. Eu fazia as observações sentada em um banco da praça próximo a igreja. Depois de um tempo uma mulher que estava deitada em frente a antiga loja da Kodak se levantou e sentou no banco ao lado do que eu estava. Nos cumprimentamos com um “Bom dia”, e ela começou a falar em seguida que acordou por que o sol estava muito quente, e se não fosse Deus avisar a ela, perderia o café que distribuíamos. Logo depois se aproximou um homem e sentou ao lado dela e eles começaram a conversar. Ela disse que iria aproveitar que fazia calor naquele dia para lavar algumas roupas no rio (Rio Paraíba do Sul) (Diário de campo, 2020/2021).

A questão do acesso a água é bastante complicada para esses sujeitos, principalmente em relação ao consumo próprio. Segundo Sanz (2019), nesses casos uma das soluções mais viáveis é pedir em estabelecimentos comerciais. Já para outros usos, a água do Rio Paraíba do Sul e do Chafariz instalado na praça, se torna uma alternativa, tal como destaca a autora:

[...] outra vantagem que a praça oferece para eles é a proximidade com o Rio Paraíba do Sul e a presença do Chafariz belga, na Praça Quatro Jornadas. A fonte de água é uma necessidade vital e a proximidade com duas delas faz com que a vida fique mais confortável – bastando apenas irem ao chafariz ou atravessar a rua para estar no rio. Com a água do rio, eles lavam as roupas, tomam banho e banham os seus cães; com a água do chafariz, escovam os dentes, lavam o rosto ou tomam banhos noturnos (SANZ, 2019, p. 84).

A organização do espaço para que ele fique o mais próximo possível de uma casa também é uma tarefa atribuída as mulheres. No dia 27 de outubro de 2020, encontrei uma mulher e um homem que estavam na lateral direita da Catedral, em frente à Casa da Amizade (Rotary Club). Enquanto ele realizava o trabalho de lavar os carros no estacionamento público, conversava com ela, que ao mesmo tempo estava organizando o espaço onde eles estavam ocupando. Era possível notar um colchão, vários pedaços de papelão cobrindo o espaço para fazer uma espécie de barreira entre o local de dormir e a calçada. Também haviam utensílios de cozinha, e pertences de uso pessoal, como roupas, sapatos, etc. (Diário de campo, 2020/2021).

Assim como a questão do cuidado com o espaço, a necessidade dos cuidados pessoais e hábitos de higiene são um desafio para a população em situação de rua, especialmente para as mulheres.

A complexidade da vida nas ruas e a perda dos vínculos familiares, comunitários e/ou sociais, são grandes fatores que ocasionam sentimentos de baixa autoestima e o desenvolvimento de doenças psicológicas como a depressão. De acordo com Tiene (2004), a necessária busca pela autoestima ajuda na manutenção da saúde psicológica desses indivíduos. Os cuidados pessoais para as mulheres, nesse sentido, mostram-se essenciais:

O cuidado com o corpo, como tomar banho e usar roupa limpa e combinada (...) pode ser necessário para a correria. Pode refletir, também, a busca de autoestima, nesse processo de perdas sucessivas (trabalho, família, moradia, etc.). Luísa lembra que ser mulher é isso, estar sempre bonita, limpa. Receber até elogios de pessoas na rua. (TIENE, 2004, p. 120)

Colocar em prática a manutenção dos cuidados pessoais nas ruas para esses indivíduos, é muito difícil, pois faltam recursos materiais e de infraestrutura. Nesses casos, as instituições públicas e privadas são procuradas para suprir as demandas básicas, tal como cita Pinto:

As participantes, durante as entrevistas, mostraram uma preocupação com a vaidade e a higiene pessoal. Para isso, elas buscam as instituições públicas ou privadas que disponibilizam o espaço para cuidados pessoais, lavagem de roupas, acesso à higiene pessoal e refeições (PINTO, 2019, p. 65).

A falta de banheiros públicos é um dos maiores problemas dessas pessoas. Sem ter um espaço adequado, muitas vezes acabam fazendo suas necessidades fisiológicas na própria rua (tornando-se motivo de reclamações e julgamentos dos transeuntes e comerciantes), ou encontrando outras alternativas.

Esse problema é redobrado para a mulher que precisa realizar a sua higiene pessoal nos períodos menstruais. A população em situação de rua feminina enfrenta aquilo que é chamado

de pobreza menstrual, uma condição que assola muitas meninas e mulheres em idade reprodutiva em situação de vulnerabilidade social no país e no mundo inteiro.

Segundo relatório da UNFPA/UNICEF (2021), a pobreza menstrual diz respeito à falta de acesso a produtos de higiene como absorventes descartáveis ou reutilizáveis, papel higiênico e sabonete. No entanto, o problema vai além e engloba a ausência de banheiros adequados, com água encanada e esgoto, e coleta de lixo. Outros pilares importantes para uma menstruação digna são o acesso a medicamentos e a educação sexual e reprodutiva.

As mulheres em situação de rua dificilmente possuem recursos financeiros para comprar um pacote de absorvente, dependendo de doações que nem sempre conseguem. Na falta de produtos de higiene, essas mulheres recorrem ao improvisado utilizando materiais inadequados como panos usados, roupas velhas, jornal e até miolo de pão. (UNFPA/UNICEF, 2021).

O uso de sanitários também é um desafio para a mulher em fases delicadas como na gravidez. Em um dia de observações na Praça São Salvador pode-se constatar esse desafio para elas:

Na manhã do dia 17 de novembro de 2020 por volta de 08:15h, observei uma mulher grávida que dormia em frente a agência do Correios. Depois de acordada, ela se levantou, pegou uma muda de roupa e caminhou em direção a Catedral do Santíssimo Salvador. Ela não conseguiu entrar pois estava sem máscara, mas, parou na porta e conversou com dois funcionários, uma mulher e um homem. A funcionária entrou para a igreja e depois de um tempo retornou com uma máscara, entregando a ela. Imediatamente ela colocou a máscara e após medirem sua temperatura, ela entrou na Catedral. Na volta do banheiro, ela higienizou as mãos com o álcool em gel que fica na entrada e retornou para o lugar que dormia (Diário de campo, 2020/2021).

Dessa forma, é um grande desafio para essa população manter os cuidados e higiene pessoais na rua. Logo, eles passam a “incomodar” e serem vistos de uma forma preconceituosa pela sociedade que não problematiza essa expressão da questão social, mas julga essa população por sua aparência “desleixada” e odores, por exemplo.

Na entrevista realizada com a ex-coordenadora da Casa de Passagem no dia 22 de janeiro de 2021, foi relatado que essa visão preconceituosa parte da sociedade como um todo, inclusive, até de alguns gestores. Em uma certa ocasião ao ser questionada por uma gestora sobre o que ela achava que deveria ser feito nesses casos em que as pessoas em situação de rua não querem, ou não tem como ir para um abrigo, a resposta que ela deu foi que deveriam ser construídos banheiros públicos para eles, o que é uma demanda constante.

A construção de banheiros públicos específicos para a população em situação de rua é uma alternativa que já pode ser presenciada em alguns lugares do país como em São Paulo e uma

cidade do interior da Bahia²⁹. Mas, é preciso ressaltar que esses tipos de iniciativas ainda são incipientes na maioria do país.

As ações desenvolvidas no âmbito da saúde da mulher é uma demanda crescente entre essa população, que historicamente tende a possuir acesso precário às informações, serviços médicos, medicamentos, entre outros insumos por meio de políticas públicas. Dessa forma, a publicação de uma portaria do Ministério da Saúde tem recentemente provocado discussões envolvendo movimentos sociais e a população em situação de rua em decorrência das reais intenções da medida.

A Portaria SCTIE/MS N° 13, de 19 de abril de 2021, torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico etonogestrel na prevenção de gravidez indesejada entre cinco grupos específicos: mulheres em situação de rua, portadoras de HIV/AIDS, mulheres encarceradas, trabalhadoras do sexo e mulheres em tratamento de tuberculose. Essa portaria foi recebida com receio por integrantes de movimentos sociais e coletivos que representam esses grupos sociais, sendo considerada por estes uma medida eugenista³⁰.

O motivo para tal desconfiança se pauta em uma política restrita a esses grupos específicos, e não de forma universal assegurando um dos seus princípios fundamentais do SUS. Logo, esses grupos a que são direcionadas as políticas, e que são historicamente marcados pelas discriminações, são expostos às medidas controladoras de seus corpos e sexualidade. Medidas como essas demonstram claramente uma forma de discriminação interseccional, como aponta Crenshaw:

As justificativas para políticas que comprometem os direitos reprodutivos de mulheres pobres e minorias, tais como a esterilização, o controle forçado de natalidade e a imposição de punições econômicas e outros desestímulos à gravidez, são, muitas vezes, baseadas em imagens preexistentes de mulheres pobres ou étnicas como sendo sexualmente indisciplinadas. Isso poderia ser enquadrado como discriminação interseccional, já que os aspectos da subordinação nessas imagens derivam, simultaneamente, de estereótipos de gênero preexistentes que apontam diferenças entre mulheres, baseados em percepções da conduta sexual e, também, de estereótipos raciais e étnicos, os quais caracterizam alguns grupos como sexualmente indisciplinados (CRENSHAW, 2002, p. 179).

Outro aspecto atrelado à vulnerabilidade da vida das mulheres nas ruas é sua relação com as formas de trabalho e obtenção de renda. É possível constatar que as condições

²⁹Para mais informações acessar: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/lavanderias-pias-e-banheiros-sao-instalados-para-atender-pessoas-em-situacao-de-rua-durante-a-pandemia-em-sao-paulo-e-salvador/>

³⁰Para mais informações acessar: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/implante-para-prevenir-gravidez-de-mulheres-vulneraveis-e-criticado-por-eugenia>

desfavoráveis para elas começam antes do período nas ruas, situação atestada pelos dados existentes.

No I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008), homens e mulheres declararam se haviam trabalhado de carteira assinada alguma vez, e o percentual foi de 52,2% e 26,4%, respectivamente. A maior parte desses dois grupos que declarou já ter trabalhado de carteira assinada, disse que isso aconteceu há um tempo: 22,9% de dois a cinco anos e 50% há mais de cinco anos.

A pesquisa mencionada expõe também que ainda que esteja em situação de rua, essa população exerce diversas formas de trabalho. Com relação às mulheres que trabalham, as atividades mais realizadas por elas são: catadoras de materiais recicláveis, vigias de carro e flanelinhas. Apesar de ser em menor número, algumas delas praticam a mendicância como uma forma de obter alguma quantia de dinheiro ou doações para sua sobrevivência (PINTO, 2019).

No capítulo 1 foi destacada umas das principais atividades na obtenção de rendimento exercidas pelas mulheres em situação de rua: a venda de doces aos transeuntes. Essa ocupação é vista frequentemente entre as mulheres e homens no centro da cidade, principalmente no entorno da Praça São Salvador e “Calçadão”, por ser um lugar de fluxo intenso de pessoas.

A mendicância como forma de garantir o sustento pessoal das mulheres e de seus dependentes, também foi constatada entre aquelas que se fixam na Praça São Salvador. Um dos dias no qual essa atividade foi identificada aconteceu na manhã do dia 3 de fevereiro de 2020, com o mesmo casal mencionado no capítulo 1. Nesse dia o casal abordava os transeuntes para pedir dinheiro e comprar café da manhã para os dois.

Ao estudar o gênero feminino nas ruas, uma questão muito pouco discutida na bibliografia surgiu e se demonstrou indispensável nessa dissertação: a presença de mulheres transexuais na rua. Se as mulheres em situação de rua são a menor parte dessa população e sofrem as condições impostas a elas, as mulheres trans podem ser consideradas tão vulneráveis quanto as mulheres cis.

Conforme Schuck, Gesser e Beiras (2020), a presença da normatividade de gênero influencia no reconhecimento e apreensão dos modos de vida nas ruas, tornando essa população ainda mais invisível e aumentando a sua precarização. Por isso, os autores ressaltam a importância da análise crítica dessa normatividade, como um caminho de ampliação do diálogo sobre as necessidades não só das mulheres trans, mas de toda população LGBTQia+ nas ruas.

A questão do caráter nômade é uma característica bastante presente entre a população LGBTQia+ nas ruas, e pode ser compreendida em um “duplo processo: de resistência frente aos

ideais de residência, segurança, estabilidade e constância, mas também de vulnerabilidade frente às inúmeras formas de violência existentes neste contexto” (GARCIA, 2013, p. 1008).

Os dilemas enfrentados pelas mulheres trans também foi um assunto abordado na entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2021 com a ex-coordenadora da Casa de Passagem. De acordo com o relato da entrevistada o número de trans aumentou muito durante a pandemia da covid-19. Durante o seu período de coordenação no abrigo antes da pandemia, a instituição ainda não havia lidado com essa realidade e essa nova demanda requisitou novas reflexões e estratégias para o trabalho em equipe.

Em nossa entrevista ela expôs o caso de uma dessas mulheres que trazia marcas da violência e exclusão social vivenciadas nas ruas:

A gente já teve pessoas que já tá com o nome social, já tem registro e ainda insistem em chamar de: “ele”, “o nome dele”. Eu falo: “É ela, “o nome dela é esse”. Entendeu? Porque eu penso assim, o trans não precisa estar totalmente com o corpo de mulher né. Então assim, e esse caso dessa, ela procurou acolhimento porque ela veio do Rio e ela sofreu. Ela era soropositiva, então já começou a ter medo de estar nas ruas, por conta da pandemia, fazia o uso de cocaína e ela foi espancada. Vira e mexe ela é espancada, só que dessa vez ela ficou com medo de ficar na rua né. E ela é de um histórico grande de rua, tanto é que antes de ontem ela já não está com a gente, solicitou desligamento. Ela tinha cabelo grande, cortaram o cabelo dela, e ela usa vestido. Mas aí as pessoas: “É ele”, porque não cortou aquele pensamento né, do órgão genital. Eles olham muito o órgão genital, e não o que a pessoa se vê e ela se reconhece: “Eu sou mulher e pronto, acabou”. Então assim, é difícil, que as vezes o preconceito existe várias vertentes. (Verônica, ex-coordenadora da Casa de Passagem, 22/01/2021).

A realidade da mulher trans e também de toda população LGBTQia+ é atravessada pela vulnerabilidade vivenciada em sua trajetória nas ruas. As trans sofrem preconceito por serem população de rua, por se reconhecerem como mulher, além de muitas serem negras e vítimas de racismo.

A violência contra as mulheres trans também acontece quando os equipamentos de políticas públicas se demonstram despreparados para o atendimento às suas demandas, como é o caso de decidir providenciar quartos e banheiros específicos para esse grupo, ou não, utilizando os mesmos das mulheres cis.

Perante esses aspectos, a interseccionalidade aparece como uma ferramenta analítica importante ao discutir as diferentes discriminações que a população LGBTQia+ vivência tanto nas ruas, quanto nos espaços institucionais. Todas as características sociais que somam a

identidade dessa mulher, seja ela cis ou trans, podem reforçar os estigmas desse grupo vulnerável. Tal como aponta Crenshaw:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados as suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Na busca de fomentar discussões a respeito das condições de vida das mulheres trans e da população LGBTQia+, os espaços representativos, como os movimentos sociais da população em situação de rua existentes em diversos estados do país, demonstram-se como recursos imprescindíveis nesse processo. (SHUCK, GESSER e BEIRAS, 2020).

As mulheres em geral estão mais expostas a crimes de diversos tipos do que os homens na mesma situação. Exemplos desses crimes são o estupro, o feminicídio, o abandono, a violência psicológica, assim como a própria invisibilidade social.

Apesar de serem vistas nas ruas, calçadas e marquises das cidades, essas mulheres são constantemente negligenciadas pela sociedade e pelas políticas públicas. Os preconceitos, julgamentos e senso comum sobre a sua presença nos espaços públicos são reforçadas ainda mais nesse contexto, sendo dessa forma abandonadas em suas necessidades básicas.

No que diz respeito às especificidades das mulheres, os movimentos sociais representativos possibilitam um caminho a ser percorrido para que elas consigam expor suas demandas, terem seus direitos sociais reconhecidos e exigir a conquista de novos direitos.

Entretanto, é necessário questionar se nesses espaços as mulheres estão tendo voz ou estão sendo silenciadas, uma vez que essa prática ocorre tanto no âmbito privado, quanto nas ruas. Nos espaços representativos muitas pautas femininas ainda têm sido recomendadas por homens, o que pode nos levar a reflexões sobre gênero, lugar de fala e representação política (SCHUCK, GESSER e BEIRAS, 2020).

Além do mais, a questão do trabalho de estímulo à organização política entre a população em situação de rua é ainda um obstáculo:

Durante as entrevistas, pontuamos sobre o processo de organização política da população em situação de rua. Apenas Olga Benário (2015) se posicionou a respeito: “Eu ouvi falar do movimento de rua em Fortaleza, mas nunca participei. Política só cumpro o meu dever de votar”. Assim, o processo de organização da população em situação de rua é um enorme desafio a ser enfrentado (PINTO, 2019, p. 66).

Consequentemente, a dificuldade em se organizar politicamente exerce uma influência na formulação e implementação de políticas sociais que atendem as particularidades dessas mulheres. Esse fato reflete na roupagem das políticas e programas voltados para essa população, fazendo com que as reais necessidades dessas mulheres sejam diluídas e tratadas de forma generalizada.

Sobre as políticas e programas, Rosa e Brêtas (2015) apontam que mesmo possuindo peculiaridades ligadas ao universo feminino, relacionadas às suas demandas, desejos, habilidades e capacidades, ainda não existe uma sistematização entre os serviços sociais que se dediquem integralmente às mulheres que estão em situação de rua.

Um outro fator interferente na visibilidade social e política das mulheres em situação de rua é a indispensabilidade de assuntos pertinentes a elas nas pesquisas de âmbito nacional e regional, que se dediquem a conhecer profundamente sobre suas condições e modos de vida. Essas pesquisas também podem traçar melhor um perfil socioeconômico das mulheres, podendo subsidiar na construção de políticas públicas mais efetivas.

Ademais, nota-se na literatura a urgência em ampliar estudos acadêmicos com a temática da mulher em situação de rua e suas minúcias. Existe a questão das mulheres que são mães e estão nessa condição com seus filhos; as mulheres que vivenciam uma gravidez nas ruas e possuem o risco de perderem a guarda de seus bebês; as condições da população LGBTQia+; a relação da mulher com as formas de trabalho nas ruas; a relação das mulheres com os movimentos sociais, entre tantas outras questões.

Com o propósito de contribuir para a visibilidade dessas mulheres na academia, assim como na sociedade, e consequentemente na construção de políticas e serviços que visem a transformação de suas vidas, é necessário que esses trabalhos realizem atividades de observação, escuta e inserção delas em todos processos dos estudos e pesquisas. Iniciar pela escuta de narrativas de suas experiências nesse espaço, e que ocorrem de forma única para cada mulher, é uma alternativa rica de possibilidades.

Mediante o exposto, foi constatado que a exposição de relatos das mulheres em situação de rua em Campos dos Goytacazes, proporcionaria um maior conhecimento sobre essa população na cidade. Assim, o seguinte item desse capítulo irá se dedicar a analisar os relatos de mulheres em situação de rua na cidade, a partir de entrevistas realizadas no campo de pesquisa: os abrigos de acolhimento e mulheres que estão nas ruas.

3.2 – Relatos de vivências das mulheres em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes

A partir das observações preliminares realizadas antes da pesquisa de campo que contribuiu na idealização do tema dessa dissertação, foi constatado que, apesar de serem consideradas “minorias estatísticas” nas pesquisas, a presença de mulheres em situação de rua é significativa na cidade de Campos dos Goytacazes, de modo a refletir o panorama nacional.

Com a finalidade de se aprofundar nos modos de vida dessas mulheres foram realizadas entrevistas com as mesmas, seja com aquelas que estão vivendo em abrigos, ou com as que permanecem nas ruas e acessam os serviços públicos oferecidos pelo município. Mediante as análises das entrevistas foi possível identificar algumas das estratégias utilizadas por elas no contexto das ruas, além de conhecer como ocorrem essas vivências na condição de “acolhidas” nas instituições.

É importante destacar que uma das entrevistas foi realizada antes da pandemia da Covid-19, e as outras cinco aconteceram nesse contexto. No entanto, foi possível realizar as entrevistas de forma presencial, mantendo todas as recomendações do Ministério da Saúde com relação à higiene e precaução de contágio do coronavírus. No total, foram realizadas seis entrevistas com mulheres em situação de rua, sendo quatro delas na condição de institucionalizadas em abrigos e duas que permaneciam nas ruas no período, e acessavam os serviços do Centro POP.

A escolha da realização de entrevistas qualitativas do tipo semiestruturada sucedeu por permitir a obtenção de dados fundamentais para a compreensão do fenômeno da população em situação de rua a partir da ótica de mulheres que vivem tal condição na prática. Segundo Bauer e Gaskell (2008) o objetivo desse tipo de entrevista, “é a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (p. 64).

Para a condução das entrevistas foi utilizado um roteiro organizado em tópicos referentes à trajetória de vida; à relação delas com as formas de trabalho e fontes de renda; às particularidades do universo feminino; às dificuldades em tempos de pandemia; e às perspectivas para o futuro.

Apesar dessa estruturação, priorizou-se a fluidez sempre que a entrevistada parecia “fugir” da pergunta ou tema, buscando deixá-las à vontade para responderem as perguntas e, assim, novos assuntos surgirem livremente. Como destacam Bauer e Gaskell (2008, p. 67): “O entrevistador deve usar sua imaginação social científica para perceber quando temas

considerados importantes e que não poderiam estar presentes em um planejamento ou expectativa anterior, aparecem na discussão” .

Anteriormente às entrevistas foram feitos contatos iniciais com as mulheres para que eu pudesse me apresentar como estudante de pós-graduação, e também expor os objetivos da minha pesquisa, solicitando a participação delas como entrevistadas. Da mesma forma, esses contatos prévios favoreceram no estabelecimento de confiança na relação entrevistado-entrevistador, necessário para o sucesso na obtenção dos dados almejados.

Mesmo assim, nem todos os contatos prévios resultaram em entrevistas, como os casos mencionados no percurso metodológico e os outros casos que ocorreram no Abrigo Temporário Manuel Cartucho. Eu havia ido no dia anterior para conversar com as cinco mulheres que estavam residindo no abrigo e obtive a aceitação de todas, mas no dia combinado apenas três participaram da pesquisa. Esse fato tem como uma de suas explicações a oscilação de comportamento dessa população, principalmente quando essas pessoas estão sob os efeitos do álcool e drogas, conforme ressaltou a assistente social do abrigo responsável pela mediação das entrevistas.

À priori, procurei por meio de alguns dados conhecer o perfil das entrevistadas com base na idade, estado civil, se possuíam filhos e qual a quantidade, assim como a cidade de origem. A respeito da faixa etária das entrevistadas percebemos a predominância de mulheres mais jovens. Enfatizamos que não foi possível entrevistar nenhuma mulher na faixa da terceira idade, pois a única que possuía mais de 60 anos não participou da pesquisa no dia pré-determinado. Esse é um dado relevante, pois apesar de serem em menor número existem particularidades sobre a população idosa em situação de rua, e que merecem ser discutidas e aprofundadas em outros estudos.

Com relação ao estado civil todas as mulheres entrevistadas declararam serem solteiras. Algumas são da própria cidade, enquanto a outra metade disse ser provenientes de outras cidades nos estados de Minas Gerais e Bahia. Quatro entrevistadas disseram serem mães – entre essas, uma estava em sua primeira gestação com quatro meses.

Inicialmente busquei conhecer a trajetória de vida delas, onde elas estavam morando, qual o maior motivo de ir para as ruas e se possuíam algum contato com familiares. Sobre o processo de ida para as ruas, as respostas diferenciaram entre si, mas também surgiram pontos de convergência como os problemas familiares. O seguinte relato de uma das mulheres entrevistadas no dia 7 de outubro de 2020, cita o que causou sua ida para a rua:

Assim, eu não tenho mãe, minha mãe é morta. Aí eu sempre morei com meu pai. Aí meu pai veio pra cá porque meu pai trabalha na Petrobrás, então a empresa estava sempre mudando ele de lugar. Aí eu vim pra cá com ele, aí chegou aqui ele se envolveu com mulheres e tal e resolveu me deixar e ficar com as mulheres. Tanto que hoje ele tem uma filha com uma madrasta minha e tem uma outra que tá grávida dele. Eu vim pra cá por causa do meu pai e acabou que eu fiquei na rua, porque eu não tenho parente nenhum aqui a não ser meu pai, só que a gente não se fala e tem uns seis anos, desde meus quinze anos que eu não falo com ele. Mas ele mora aqui, trabalha e tudo aqui (Jasmim, 21 anos).

A jovem que é de origem do estado de Minas Gerais foi para o abrigo de menores por intermédio do Conselho Tutelar, depois de um tempo passou a morar com conhecidos, mas por não dar certo retornou ao abrigo. Ao sair do mesmo ela chegou a passar um tempo na rua, até que foi para o Manuel Cartucho.

O processo de ida para as ruas envolve por diversas vezes as idas e vindas que essas pessoas passam entre a perda da moradia/desvinculação familiar e a rua/abrigo. Essa experiência também foi relatada pela primeira entrevistada, no dia 30 de outubro de 2019: “*O motivo pelo qual eu acabei ficando em situação de rua foi a falta de estrutura familiar. O motivo pelo qual eu vim parar na rua mesmo. Falta de base familiar*” (Astromélia, 30 anos).

Nessa entrevista alguns assuntos foram aprofundados depois que a gravação da entrevista foi finalizada. Nesse momento, a entrevistada se sentiu mais à vontade e citou a figura do pai como a pessoa que ela teve mais conflito e que, segundo a mesma, representa a falta de estrutura familiar, responsável por abalar os relacionamentos existentes. Apesar disso, no período em que foi realizada a entrevista a sua permanência na Casa de Passagem estava permitindo uma tentativa de reaproximação e retomada dos vínculos familiares, por meio da intervenção da equipe técnica de profissionais da instituição.

A falta de estrutura familiar foi um dos aspectos mais mencionados por elas quando se fala em perda de vínculos familiares. Contudo, a desestruturação familiar também possui raízes que podem vir desde problemas com o vício do álcool e/ou outras drogas; abandono e negligência; violência; separações; morte de algum integrante da família que faz o papel de agregar os outros integrantes, entre outros aspectos.

Quando o maior motivo de ida para as ruas é a violência, em muitos casos os abusos sexuais aparecem entre pessoas da mesma família. Esse foi o caso de uma das mulheres que me concedeu a entrevista no dia 28 de dezembro de 2020, no Centro POP: “*Meu maior motivo foi por causa de um estupro dentro de casa, do meu pai. Quando eu era criança meu pai pegou e abusou de mim, aí eu peguei e saí de casa e venho sofrendo desde os quinze anos nas ruas*” (Íris, 26 anos, 28/12/2020).

As causas de ida para as ruas enunciadas nas entrevistas foram de natureza semelhante, conforme abordado na literatura.

Nos depoimentos aparecem como causas, entre as mulheres mais jovens, a falta de estrutura de família na forma desejada, a ausência da mãe e/ou do pai, o que levou à adoção ou à institucionalização na infância. (...) Linda sofreu ameaças de abuso sexual praticado pelo padrasto. (TIENE,2004, p.121).

O sentimento baseado na crença de ser um peso para a família, ou mesmo pela falta de cuidado em casos de alguma doença, também pode ser um fator que envolve a família e que influencia a ida das mulheres para as ruas.

Esse fato aconteceu com uma das entrevistadas que é cadeirante. Ela possui uma doença degenerativa nos ossos que a incapacita de exercer muitas atividades diárias, tornando a pessoa bastante dependente. Ao ser indagada por qual motivo ela foi para as ruas foi dada a seguinte resposta: *“Eu tô na pista desde os doze, eu sou mineira. O maior motivo foi que eu não queria ficar em casa, para ser cuidada pelos outros” (Rosa, 41 anos, 28/12/2020).*

Esse tipo de assunto tende a revolver situações do passado, gerando desconforto emocional. Uma das mulheres entrevistadas é transexual e ao perguntá-la sobre essa questão, em sua resposta não conseguiu se aprofundar nas razões que a levou para as ruas. Ela disse se sentir mal ao falar sobre isso, pois, sentia que o seu psicológico era abalado. No decorrer da entrevista, ela foi relatando aos poucos sua história de vida, porém sem muitos detalhes:

Tive um processo de uma vida estabilizada, do nada veio assim, tudo por água abaixo. Entendeu? Então hoje em dia eu tenho minha vida como aqui dentro do abrigo. Tenha minha vidinha, vou na rua, converso com um e com outro. Então essa é a minha vida, livre. (...). Foram por coisas da vida (Hortência, 40 anos,07/10/2020).

É relevante comentar que essa entrevistada demonstrou por diversas vezes uma fala confusa, provavelmente pelo efeito causado por alguma substância psicoativa usada antes da entrevista, e que ainda apresentava seus efeitos nesse momento. Contudo, não descartamos a possibilidade de realizar essa entrevista, sendo possível extrair dados importantes, e também por ser visível a sua vontade em participar da pesquisa.

O processo de “rualização” também pode ser marcado pela associação de diferentes motivos como desemprego, doenças e traumas, desencadeando a transitoriedade entre a rua e abrigos. Os aparentes infortúnios reforçam a precariedade da vida nas ruas de quem antes possuía emprego e moradia fixa:

Na rua eu passei só o quê, uns dois dias, três dias, entendeu? Porque eu vim pra Macaé pra um emprego certo já. Minha irmã morava lá uns seis anos. Aí eu vim com um emprego certo, para trabalhar em São Marcos, padaria e merceariazinha. Aí depois engravidei, perdi o bebe, entrei em depressão, ainda estava trabalhando, e foi aí eu fiquei desorientada e procurei ajuda. Aí me indicaram o Centro POP, do Centro POP me indicaram a Casa de Passagem, aí eu fui pra lá, depois vim pra cá, até eu conseguir ir pra casa de novo. (...). Porque aí também a pandemia veio, eu vim pra cá, pra comprar minha passagem, e foi onde eu fui assaltada, levaram meu celular, levaram minha bolsa, levaram tudo. (Gardênia, 37 anos, 07/12/2020).

A entrevistada em questão disse ter uma profissão, a de padeira. Além disso, possui cursos de capacitação profissional, mas não encontrou emprego no município. Ao perguntar sobre a sua experiência profissional ela me relatou:

Sou padeira e trabalho com projeto de piscicultura. Eu com uns quatorze, quinze anos eu já trabalhava, eu me virava, minha mãe me ajuda e tudo, mas eu sempre quis ser dona do meu nariz. Já trabalhei no mercado; trabalhei em padaria; com bolo. Já fui responsável com padaria, fazia biscoito para as meninas vender nas paróquias também, entendeu? Já trabalhei em casa de família, com roupa, com tudo o que você pensar e mais uma coisa (Gardênia, 07/10/2020).

Vivendo nas ruas, essas mulheres encontram uma série de dificuldades para se manterem e proverem as necessidades dos seus dependentes. A questão do trabalho precário e o desemprego é uma realidade antes das ruas e que pode ser uma de suas causas.

Ao relatar sobre sua vida antes de ficar em situação de rua, na entrevista do dia 30 de outubro de 2019, Astromélia disse que trabalhou durante muito tempo de carteira assinada em uma grande rede de supermercado na cidade, fazendo trabalho de serviços gerais. Nesse período ela tinha uma certa estabilidade que a possibilitava fazer planos a longo prazo. Cerca de um ano antes dela estar em situação de rua descobriu que estava doente e precisou saber se era um câncer de estômago. Como foi preciso fazer muitos exames e ir a consultas, já estava se planejando para fazer um plano de saúde. Felizmente, o diagnóstico de câncer deu negativo e ela pôde fazer o tratamento necessário para se recuperar pelo SUS. Porém, após algum tempo foi demitida e logo as coisas foram ficando mais difíceis para ela.

A falta de qualificação profissional, baixa escolaridade, analfabetismo e o próprio preconceito podem ser fatores que impedem essas mulheres de conseguirem um emprego formal. Mesmo com o auxílio dos serviços de atendimento à essa população, como o Centro POP, vagas no mercado de trabalho são negadas:

Até hoje não consegui serviço, até hoje. Trabalhar, eu tô doida para trabalhar, mas até hoje não consegui. (...). Aí eu mando eles fazerem currículo. Coloquei currículo no Super Bom, aí to esperando eles chamar, mas até hoje não chamou ainda. Não sei se é porque eu não sei ler, não sei escrever ou eu moro na rua. Acho que é por causa disso. (Íris, 28/12/2020)

Além disso, presenciemos uma dupla violação de direitos na recusa de oferta de trabalho à mulher em situação de rua que vivencia uma gravidez, como aparece na fala de uma das entrevistadas:

É, muito difícil. Porque tipo assim, eu também não terminei os estudos e maioria dos trabalhos hoje em dia pede que você tenha os estudos completos, essas coisas. E eu não terminei os estudos, não fiz cursos, não tenho experiência em nada e agora grávida mesmo que as pessoas têm preconceito de arrumar trabalho. Nem é preconceito, é porque você tá grávida e se acontecer alguma coisa, é responsabilidade de quem deu o emprego. Então não procuro trabalho, quando procuro não acho. (Jasmim, 07/10/2020)

No caso das mulheres transexuais, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho ocorre devido à discriminação exacerbada. Essas mulheres sofrem a precariedade da vida nas ruas como as demais, além das questões relativas ao gênero. Muitas vezes, na busca do auto sustento, elas acabam se envolvendo com a questão da prostituição (MENDES, JORGE e PILECCO, 2019).

Não...dizer que trabalhei... olha só, a minha vida foi de altos e baixos, então eu já fui de tudo na vida, tudo na vida já fiz, já “pintei e bordei”. (...). Eu já fui mulher da vida. Já pintei e bordei. Tô aqui uns trinta anos, já fiz tudo o que tinha direito, tem mais pra frente ainda, mas tá bom assim (...). (Hortência, 07/10/2020).

A busca da obtenção de uma renda leva as mulheres a realizar diferentes tipos de atividades para o auto sustento e de seus dependentes. Tiene (2004) destaca que, “as mulheres participam das discussões masculinas e não se furtam da correria diária, que realizam a seu modo (p. 121)”. Esse fato aparece nos relatos de Rosa: “Trabalho vendendo bala. A gente tem que fazer “correria” para comer, para tomar banho” (28/12/2020).

Com relação aos estudos, metade das entrevistadas demonstrou ter vontade de voltar a estudar, de fazer um curso técnico e/ou superior, conforme os relatos a seguir:

Tudo se torna tão pequeno, eu sei que o estudo que eu quero adquirir é pra poder ter um conhecimento né, porque o conhecimento ninguém pode roubar

da gente, até pra gente bater de frente com o preconceito. Que a gente vive na nossa sociedade, principalmente eu que sou negra né, porque nós negros pra chegar em um lugar sempre é mais difícil. (...) eu tava acessando a internet eu/até falei com você que eu tô querendo fazer técnico de enfermagem né. E eu vi numa faculdade, numa sala de enfermagem, superior, tinha uma aluna branca, dois alunos negros, fazendo entrevista né, conversando sobre a área da enfermagem, sobre como lidar com a morte né, na área da enfermagem. E os dois negros já tinham feito um ensino técnico e tavam agora fazendo o ensino superior e aquela aluna branca, já tinha engatado direto no nível superior de enfermagem. Então assim, a gente vê dificuldade ainda que o negro encontra no país, as vezes pra poder se chegar no nível superior, muitas das vezes ele tem que, tentar a oportunidade as vezes de um ensino técnico pra poder ter condições financeiras né, apesar de ter tantos recursos hoje em dia de fazer uma faculdade, nem todo mundo tem condição (Astromélia, 30/10/2019).

Eu penso em estudar, entendeu? Mas tem hora que me dá raiva por causa do negócio do inglês. Eu já não falo direito minha língua, imagina inglês (risos). (...). Mas eu tenho vontade, entendeu, de fazer curso de enfermagem. Eu acho um curso muito bacana, eu tenho vontade de fazer esse curso de enfermagem (Gardênia, 07/10/2020).

Eu tenho vontade de voltar a estudar, terminar os estudos, fazer um curso de enfermagem. Eu gosto mesmo dessa profissão de enfermagem, e se Deus quiser eu tenho vontade de fazer uma faculdade, pra medicina. Se eu não conseguir ser médica, pelo menos enfermeira eu já me sinto realizada (Jasmim, 07/10/2020).

Ter uma profissão significa uma oportunidade de mudarem suas vidas por proporcionar maiores chances de elevação da condição socioeconômica. Além disso, os estudos auxiliam na obtenção de conhecimento, elemento importante no combate ao preconceito e na reivindicação de seus direitos.

As outras mulheres demonstraram interesse em terminar os estudos, aprender a ler e escrever, e fazer algum curso profissionalizante que proporcione a conquista de um emprego. Ao indagar a Hortência se ela gostaria de fazer algum curso, ela disse adorar trabalhar com cabelo. Mas, para ela o que falta para começar é apenas uma oportunidade: *“Gostaria sim. A minha dificuldade é nenhuma (...) minha vida é sem limite, sem limite, entendeu? Mas é só promessa, só promessa” (07/10/2020).*

Adentrando o universo feminino nas ruas busquei por meio dos seus relatos compreender as maiores dificuldades vivenciadas por elas; quais eram suas estratégias nesse contexto e se os serviços públicos atendiam as suas demandas respeitando suas particularidades.

A questão da dificuldade que elas possuem de realizar a sua higiene pessoal e necessidades fisiológicas foram bastante comentadas. Após a gravação da entrevista de Astromélia, no dia 30 de outubro de 2019, a mesma disse que para as mulheres esse problema

é ainda maior, sendo muito importante nesse momento estabelecer relações de confiança entre as pessoas do grupo. Frequentemente os homens oferecem segurança às mulheres quando elas não têm condição de fazer suas necessidades em outro lugar, a não ser na própria rua. Ela disse que a sociedade enxerga a rua como uma “terra sem lei”, porém, muito pelo contrário, os grupos que ali se encontram possuem suas próprias regras e normas entre eles, e exigem que elas sejam cumpridas por todos.

Mesmo vivendo sem moradia fixa as mulheres se preocupam bastante com a higiene e a aparência, e quando não é possível ter esse cuidado existe um constrangimento perante as outras pessoas: *“A maior dificuldade da mulher é um banho, que mulher né tem que tá limpa, senão vira motivo de chacota na roda dos amigos. Muito difícil”* (Rosa, 28/12/2020).

Para isso, elas buscam nos abrigos e em outros locais de assistência manter esses hábitos, mesmo que não seja diariamente.

Independentemente do tempo de rua, a exposição aos diversos tipos de violência é maior contra a mulher. A mais jovem das entrevistadas, apesar de ter ficado poucos dias na rua em comparação ao tempo que estava no abrigo, fala dos riscos que correu e as estratégias adotadas:

(...) já dormi na rua, assim, já corri risco de ser estuprada, já dormi no meio de muito morador de rua que usava muita droga, então já corri risco. Não dormia. Ficava acordada até amanhecer pra não correr esse risco. (Jasmim, 07/10/2020).

Com relação aos serviços ofertados pelo abrigo, Jasmim demonstrou estar satisfeita ao ser atendida em suas demandas no período da gravidez:

Eles ajudam bastante, entendeu? O que a gente precisa, no meu caso que tô grávida, eles ajudam bastante, com hospital, exames. (...) graças a Deus, hoje mesmo já me ajudaram, me levaram pra marcar de novo pré-natal, pegar exames que já fiz (07/10/2020).

Vivendo nas ruas as mulheres constantemente lidam com o assédio e violência, perpetrados tanto por desconhecidos, quanto por pessoas do mesmo grupo ou companheiros:

A pessoa na rua sozinha sendo mulher, ninguém respeita né, porque tá sozinha, aí ninguém respeita, mesma coisa que nada. Homem já deu em cima de mim (...) mas nunca dei confiança a nenhum desses, nunca dei confiança. (...) mas já sofri sim, com meu ex, com meu ex marido que mora lá na Tapera. Já sofri, aí fui na polícia, fiz queixa, aí ele nunca mais veio no meu rastro. Aí depois disso ele seguiu seu caminho, eu o meu e agora tô com esse rapaz certinho. (Íris, 07/10/2020)

Por outro lado, elas também demonstraram em seus relatos preferirem ficar sozinhas do que em grupos. Neste caso, tal atitude é uma forma de evitar conflitos ocasionados por motivos diversos, por exemplo, devido ao uso de drogas e álcool:

“Ficava sozinha porque geralmente quando eu dormia na rua assim, que eu encontrava alguma mulher, geralmente ela tava drogada, usava droga pesada, então eu ficava sozinha” (Jasmim, 07/10/2020).

“Não, só ficava sozinha. Sempre andei sozinha. Eu gosto de andar sozinha, sabe? Eu e Deus. Nunca me misturei com ninguém. Como mamãe fala: Quem mistura com porco farelo come”. (Íris, 28/12/2020).

“Eu fico mais dentro do quarto. Aqui ninguém mexe comigo não, graças a Deus tudo em paz” (Gardênia, 07/10/2020).

Outra questão relacionada às particularidades das mulheres são os preconceitos vivenciados pelas trans:

O pessoal tem a cabeça muito pequena, fraca. Viver numa cidade dessa aqui, Campos dos Goytacazes vivendo século 17 (...). Tem sim, homofobia e muita! Eu sempre evito o problema, entendeu? Saio fora do problema, entendeu? Fico na minha, de boa (Hortência, 07/10/2020).

Um tópico crucial abordado nas entrevistas foram os impactos gerados pela pandemia da covid-19 na vida dessas pessoas. Desde o início, a população em situação de rua tem sido destacada como grupo de risco, pois possuem acesso precário à higiene e alimentação, além de alguns deles serem portadores de doenças que podem ser agravantes, como a suscetibilidade à tuberculose.

Por outro lado, devido ao senso comum ainda existente na sociedade, as pessoas em situação de rua podem transmitir a doença por não terem uma casa. Ao mesmo tempo que a visibilidade aumentou, atitudes de preconceito continuam existindo: *“Ah, mudou muito. Desde que começou a pandemia, mudou muito assim. Um exemplo é se a gente tá sem máscara o povo humilha. Diz: “sai de perto!. Ainda mais quem é rico” (Rosa, 28/12/2020).*

A entrevistada demonstrou conhecimento sobre a importância dos cuidados com a higiene exigidos no combate à pandemia: *“Tem a gente se cuidar. Essa doença aí não é um bicho de sete cabeças, mas é perigosa” (Rosa, 28/12/2020).*

O crescimento do desemprego é algo que tem preocupado a população em geral desde o início da pandemia, e tem sido a causa de pessoas irem para as ruas no país. *“Mudou muita*

coisa, o serviço eu perdi, entendeu. Foi isso pra mim, já foi tudo, perdi o serviço” (Gardênia, 07/10/2020).

A pandemia também mudou a rotina desses sujeitos. Para uma população que enxerga a rua como sinônimo de liberdade, ter que seguir as recomendações de saúde (em particular o isolamento social) nesse momento pode ser um grande desafio. *“Minha rotina mudou assim, que eu tô mais presa aqui dentro. Não é presa aqui dentro, mais aqui do que na rua, entendeu?” (Hortênci, 07/10/2020).*

A doença que se espalhou pelo mundo tem gerado medo constante, e entre as pessoas em situação de rua não é diferente. Pessoas do grupo de risco, como as grávidas lidam diariamente com essa preocupação:

(...) aqui todos somos moradores de rua, então como eu to grávida eu fico com medo, eles saem para rua, eles voltam, a gente nunca sabe. E aqui a gente fica todo mundo sem máscara, tipo sem higiene, os funcionários não, os funcionários usam máscara, mas a gente mesmo fica aqui, fica tudo sem máscara. E eles vão pra rua, tem dia que dormem na rua, dois/três dias depois eles voltam. Aí geralmente um aparece com uma tosse, outro aparece espirrando, aí gera um medo, ainda mais eu que tô grávida, é bastante risco. (Jasmim, 07/10/2020)

A materialização de alguns planos pessoais como o retorno aos estudos também foi um dos desafios, principalmente pela falta de recursos:

O que mudou foi que a única coisa que eu queria estudar, fazer um curso, eu fui impedida por causa disso. Porque tem esse negócio online, mas não é a mesma coisa, eu queria mesmo era na prática, então, isso me atrapalhou muito (Jasmim, 07/10/2020).

O último tópico das entrevistas consistiu em perguntas relacionadas às suas perspectivas para o futuro. Ao perguntar de que forma elas gostariam que a sociedade as enxergasse, obtive em uma das respostas um ponto positivo: *“Tem muitos também que são solidários, muitos são tá. Mas milhões precisam melhorar no mundo, muito ainda (...)” (Hortênci, 07/10/2020).* Como a própria entrevistada ressalta, apesar de existirem casos de solidariedade, elas ainda são tratadas com muita indiferença e preconceito:

É, eles tipo que olham com um jeito diferente, como se a gente só pelo fato de ser morador de rua, eles não veem a gente como ser humano também. O tratamento, o olhar, é tudo diferente, e a gente percebe. É diferente o tratamento, o olhar, e tipo, tem bastante preconceito, só porque a gente é morador de rua, entendeu? É bem difícil de lidar com essas coisas. Todo

mundo é ser humano, independente de quem mora na rua e outro tem casa. A única diferença entre a gente é que você tem casa e eu não tenho. Essa é a única diferença, por isso a gente é morador de rua, mas a gente é todo mundo igual. (Jasmim, 07/12/2020)

Muito preconceito! Mas assim, se a gente fizer uma coisa boa ninguém vai agradecer isso. Se você faz uma coisa ruim ninguém também vê. Então, eu penso assim, você não vai viver para outro, você tem que viver pra você. O que pensam, o que vão deixar de pensar, é sempre você e Deus, cabeça arguida, entendeu? E continuar minha batalha, trabalhar, procurar emprego, e vou parar não, vou baixar a cabeça não. (Gardênia, 07/10/2020)

Eu espero que eles reconheçam que a gente é ser humano, por mais que a gente está na rua. Que quem está na rua é um ser humano, é gente, não é qualquer um, até um cachorro hoje em dia tá sendo tratado melhor do que a gente, tem cama, tá andando de carro, entendeu? Os cachorros que não é ser humano. Eles pisam muito. (Rosa, 28/12/2020)

Para essas mulheres superar as condições atuais de desigualdade e pobreza é continuar crendo na capacidade que os sonhos têm de movê-las em direção a um futuro diferente. Ao perguntá-las qual era o maior sonho que tinham naquele momento, busquei compreender o que despertava a esperança de dias melhores para cada uma delas.

É certo que os traumas gerados a partir de histórias de vida difíceis podem influenciar nos sonhos dessas mulheres que acabam não fazendo planos para não se frustrarem, como expôs o relato de uma das entrevistadas: *“Esqueci os sonhos, os meus. Deixa a vida me levar, deixa a vida me levar. (...) tem que correr atrás dele, e eu vi ele passar assim do meu lado” (Hortência, 07/10/2020).*

No entanto, a maioria delas demonstrou ainda possuir sonhos mesmo em meio à exclusão social que as rodeia. Em suas falas, foi perceptível a importância da restauração dos vínculos familiares e da formação de novas relações: *“Meu maior sonho é fazer o que eu ainda não fiz. Isso é meu maior sonho. Não tem galinha com os pintinhos? Tudo juntinho né? É juntar os meus filhos, neto, tudo” (Gardênia, 07/10/2020).*

Ah, meu sonho hoje se resume a uma coisa tão pequenininha (suspirando), só uma palavrinha: família. Porque, ah... eu sei que tenho vontade de estudar de novo, fazer um técnico, tentar o nível superior, mas nada tem sentido na realidade se a gente não tiver uma família né. Nem casa, nem estudo, nada né (Astromélia, 30/10/2019).

Ter a possibilidade de ofertar a si própria e à sua família a dignidade de possuir uma casa, a partir dos frutos de seu trabalho e estudos, também é o desejo de muitas delas: *“Como falei com você amor, no início. Meu sonho é ter minha casa, cuidar do meu marido como eu*

cuido já. Cuidar das minhas crianças, ter minhas crianças comigo, ter minha casinha, sair da rua, meu sonho é esse” (Íris, 28/12/2020).

Meu maior sonho é ter meu filho, voltar a estudar, fazer um curso, nem que eu tenha que mandar ele para escola. Fazer meu curso e realizar meu sonho de ser enfermeira, conseguir um trabalho e seguir minha vida. Alugar uma casa ou quando tiver condição comprar e seguir minha vida. Porque meu filho não vai impedir nada, com meu estudo completo, com certificado de um curso, de alguma coisa (Jasmim, 07/10/2020).

O último relato fala do sonho de se recuperar aquilo que lhe foi retirado, o direito que lhe foi violado, e que pode ser um potencializador para a sua saída das ruas: “*Ah, meu maior sonho é ver meus filhos. (Silêncio) Desculpa. Ainda mais o meu filho, o primeiro. O primeiro foi tirado de mim com cinco anos. Dói muito” (Rosa, 28/12/2020).*

De forma sucinta, os relatos apresentados neste item expressam algumas das vivências da população feminina em situação de rua na cidade de Campos dos Goytacazes. É perceptível uma heterogeneidade em seu perfil e trajetórias de vida. Em contrapartida, todas elas são marcadas pela pobreza, exclusão social, negligência e diversas formas de violência. Elas são a parte mais invisível de uma das populações mais invisíveis da sociedade capitalista.

É preciso ter um olhar mais atento para as mulheres em situação de rua, conhecer as suas singularidades: como elas vivenciam a maternidade e gravidez nas ruas; como é a vida das mulheres trans, das mulheres idosas e daquelas que possuem alguma deficiência física, entre outras realidades.

Observá-las melhor significa reconhecê-las como sujeitos de direitos, dar voz a elas e colocá-las no lugar de protagonistas na tomada de decisões que dizem respeito às suas reais necessidades sociais.

As falas dessas mulheres a respeito de suas vidas antes das ruas, e nesse contexto, nos oferece dados importantes e que estimulam a ampliação de outros estudos. As suas demandas imediatas requisitam de modo urgente a formulação e implementação de pesquisas aprofundadas em suas particularidades femininas, seja a partir da academia, seja do poder público, objetivando a construção de políticas sociais efetivas para elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um trabalho que tem por tema a população em situação de rua com o recorte do gênero feminino, trouxe um leque de possibilidades de abordagens que possibilitará o aprofundamento de estudos posteriores. Compreender a condição das mulheres em situação de rua na atualidade só é possível se nos debruçarmos sobre o passado do Brasil, fundado em uma sociedade profundamente marcada pelo colonialismo, escravismo e patriarcalismo. Essas marcas refletem nas características das populações mais empobrecidas como a população em situação de rua, sobretudo em elos considerados mais “frágeis”, como a mulher que vive uma condição de dupla vulnerabilidade.

A pesquisa bibliográfica sobre esse fenômeno social permitiu constatar que a sua presença nos centros urbanos das médias e grandes cidades, assim como as metrópoles do país e do mundo, retrata a face mais perversa do capitalismo. Essa população possui um conjunto de determinantes estruturais e conjunturais que levam à situação de rua, como a pobreza extrema, o desemprego e o subemprego, o acesso precário às políticas sociais, além dos estigmas e preconceitos que reforçam sua condição precária.

Ficou evidente que apesar de estarem presentes desde tempos pretéritos na história brasileira, o crescimento dessa população, no país, ocorreu em torno da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, a redução do Estado, o desmonte das políticas públicas e profundas transformações no mundo do trabalho, levando mais pessoas às ruas. Revelou-se também a série de violações que essas pessoas sofrem no espaço urbano, passando desde as diferentes formas de violência, as chacinas e massacres, até a cruel “invisibilidade” perante a sociedade e o Estado.

Contudo, ficou evidente que a rua também pode gerar nesses indivíduos a capacidade de se reinventarem no cotidiano, criando um sistema próprio de estratégias e habilidades que vão desde a forma de se alimentar, se abrigar, se defender e se relacionar com os grupos dos quais fazem parte, e com os demais cidadãos. Isso também foi revelado através das observações de campo no centro da cidade de Campos, especificamente na Praça São Salvador, local pré-fixado para obtenção de informações para a pesquisa.

Essa população obteve importantes conquistas sociais e políticas nas décadas recentes, frutos das lutas dos movimentos sociais (com destaque para o MNPR), na articulação que promoveu a aprovação do Decreto nº 7.053/2009 e na realização I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua em 2008. Os dados desta pesquisa revelaram aspectos importantes sobre essa população no país, porém os mesmos precisam ser atualizados. A pauta

em torno da inserção dessa população no censo nacional, tem sido uma das maiores lutas dos movimentos no cenário, principalmente após períodos de crise social e econômica enfrentados pelos brasileiros (as).

Um dos dados que permanecem atuais e que também aparecem nas pesquisas locais com essa população, é o percentual menor de mulheres nas ruas. Todavia, esse cenário vem mudando com a presença cada vez maior de mulheres com ou sem filhos e companheiros, sendo um fator determinante para a realização da pesquisa que norteou a presente dissertação.

Para realizar uma pesquisa com as mulheres em situação de rua foi importante conhecer melhor a respeito das bases sociais, econômicas e culturais da cidade que exercem grande influência na vida da população. Observou-se que na contemporaneidade a cidade é um polo atrativo para pessoas que buscam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, porém o imaginário social construído não condiz com a realidade do município. Por outro lado, existe uma cidade marcada por um passado de produção econômica baseada na cana-de-açúcar. Setor que começa a entrar em declínio em meados da década de 1970/1980 (RODRIGUES, 2016), deixando uma massa trabalhadora desempregada e desqualificada para outras atividades produtivas, sendo absorvida uma pequena parte no setor de comércio e serviço (SOUZA e TERRA, 2020). Soma-se a esse contexto o problema do acesso às políticas sociais, e o crescimento de uma população empobrecida que também passa a compor a população em situação de rua.

Com o intuito de conhecer a dinâmica da rede de serviços ofertados a essa população no município, foram utilizados dados dos relatórios da Vigilância Socioassistencial dos anos de 2019 e 2020. Estes dados revelaram o mapeamento dos serviços socioassistenciais, assim como o perfil dessa população composta majoritariamente por homens, migrantes, solteiros, com baixa escolaridade, tendo o desemprego como o principal motivo de ida para as ruas.

Também foi realizado um levantamento das produções acadêmicas sobre a PSR na cidade, com a finalidade de conhecer o que tem sido discutido sobre a mesma. Os trabalhos revelaram o estudo da temática por eixos variados, porém, constatou-se uma lacuna no debate sobre a particularidade de grupos menores como idosos, mulheres, crianças e adolescentes, e população LGBTQia+ em situação de rua.

As observações de campo se mostraram imprescindíveis na aproximação dessa população em seu território, especialmente no contexto da pandemia da covid-19, no qual a dinâmica dessas pessoas mudou interferindo em aspectos como o trabalho, a alimentação, a higiene pessoal, dentre outras coisas.

Ao discorrer sobre a população em situação de rua e sua relação com as políticas sociais, podemos perceber uma tendência à setorialização de suas demandas e entraves no acesso aos serviços ofertados à população brasileira em geral, como no caso da Política de Saúde, que em sua essência é uma política universal. Esse fato nos leva a reforçar a necessidade de mecanismos de inclusão destas pessoas nos serviços por meio das legislações ou práticas institucionais e profissionais de pessoas que trabalham diretamente com esse público, através de ações intersetoriais. Um bom exemplo de programa com essa característica, e que recentemente foi implementado no município, é o Consultório na Rua. Destacam-se as conquistas obtidas por essa população a partir do ano de 2009, principalmente com a criação da PNPR e do CIAMP-RUA. Esse último é considerado um espaço de participação social e política para pessoas que vivem a situação de rua, no que se refere à fiscalização das políticas específicas para elas a nível federal e municipal. Em Campos observou-se a praticamente inexistência de participação dos usuários neste espaço desde sua criação, salvo em alguns eventos organizados como os fóruns e seminários relatados.

Convém ressaltar que ainda persistem limites na intersetorialidade entre as políticas sociais em Campos dos Goytacazes direcionadas à população em situação de rua, que em muitos dos casos dependem da “boa vontade” dos profissionais e equipes de trabalho para a obtenção dos mínimos direitos destas pessoas. Isso reflete no acesso diário dessa população à saúde, à educação, à habitação, geração de emprego e renda, entre outras políticas.

Adentrar o debate do universo das mulheres em situação de rua revelou um campo de pesquisa amplo e que precisa ser aprofundado por meio de mais estudos e pesquisas no país e em âmbito local, com o objetivo de compreender suas particularidades e singularidades. Os cenários nacional e municipal mostraram que essas mulheres são atravessadas cotidianamente por eixos de gênero, raça e classe social, o que torna importante as análises de suas condições com base no conceito de interseccionalidade, ancorado nesta dissertação pelas reflexões de Akotirene (2019) e Crenshaw (2002). A bibliografia e pesquisas demonstraram que existem vários motivos que levaram essas mulheres para as ruas, sendo alguns dos principais a violência doméstica, a perda de moradia, o desemprego e o problema com álcool e drogas.

Nas ruas elas lidam com diversas questões como a gravidez, a maternidade, a saúde, as questões com a higiene e as violências sofridas. Um dos grandes problemas que tem sido discutido atualmente, e apesar de não serem exclusivos das mulheres que vivem a situação de rua, é a pobreza menstrual e medidas de controle aos seus direitos sexuais e reprodutivos.

A mulher na situação de rua também é levada a reproduzir os padrões existentes na sociedade em geral, e que são direcionadas a elas, como a forma de trabalhar os cuidados com

a casa, os cuidados com as crianças e as formas de submissão ao gênero masculino. Assim, muitas delas vão para as ruas em busca da liberdade que não possuíam em suas casas, mas ao estarem nessa condição continuam sendo violentadas de forma física, sexual, moral e psicológica. Por outro lado, muitas mulheres buscam estratégias para sua sobrevivência nas ruas que vão desde mudanças físicas e comportamentais, até a “carrera” para obter o sustento próprio e de seus dependentes. Foi constatado ainda na pesquisa bibliográfica e de campo a necessidade de aprofundamento da realidade da população LGBTQia+, sobretudo das mulheres transexuais.

Ao final da dissertação buscamos trazer relatos de mulheres que estavam em situação de rua, sendo na forma de acolhidas em espaços institucionais, sendo aquelas que permanecem no território das ruas, na perspectiva de dar visibilidade a essas mulheres e mostrar a realidade delas. Os relatos obtidos evidenciaram a existência de mulheres que passaram e passam por condições intensas de exclusão e desigualdades sociais, mas que também portam desejos, sonhos e potencialidades, sejam pessoais, profissionais ou acadêmicos.

No entanto, ressalta-se que para terem suas vidas efetivamente transformadas essas mulheres precisam ser ouvidas, acolhidas, atendidas em suas demandas imediatas, mas principalmente serem incluídas nas políticas sociais e nos processos decisórios sobre assuntos referentes a elas. Destacamos a importância de ações intersetoriais entre as políticas sociais de assistência e saúde; políticas de moradia com iniciativas que se aproximam de modelos como o Moradia Primeiro, projeto recém aprovado pelo governo federal (Portaria nº2.927 de 26/08/2021); e políticas voltadas para o trabalho e a educação, com vista a potencializar e estimular os desejos dessas mulheres pelo conhecimento e por adquirirem melhores oportunidades de vida para si e para suas famílias.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa de campo foi possível alcançar os objetivos específicos propostos desde o projeto de dissertação, que foram sendo trabalhados ao longo das discussões dos três capítulos. No primeiro capítulo buscamos conhecer os modos de vida que as pessoas em situação de rua na cidade desenvolvem, e quais são as maiores dificuldades encontradas por elas. Também foi possível constatar no segundo capítulo desta dissertação que as políticas sociais públicas ainda não contemplam profundamente as singularidades e particularidades das mulheres em situação de rua, porém a retomada das atividades do CIAMP-Rua pode ser uma oportunidade de ampliação dessas mulheres na formulação e implementação de políticas sociais direcionadas à elas. Por fim, no último capítulo conseguimos compreender algumas de suas táticas e estratégias utilizadas na sua sobrevivência diária.

Observamos que, mesmo não sendo analisadas de uma forma mais aprofundada, estas questões trazidas em formas de objetivos a serem alcançados durante a pesquisa de mestrado propiciaram um maior conhecimento sobre esse grupo específico dentro do grupo maior de pessoas em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes. Isto nos leva ao interesse em continuar com estudos e pesquisas posteriores , e abordar temas relacionados às mulheres em situação de rua e demais grupos historicamente invisibilizados no campo das políticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. (Feminismos Plurais). **Cadernos De Linguagem e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n.2, p. 270–273, 2019.

ALMEIDA, E. T. V. O programa de geração de trabalho e renda em Campos dos Goytacazes: limites e contradições. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 11, n.1/3, p. 87-108, 2009. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20090008/11> Acesso em: 18 abr. 2020.

ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, Florianópolis v.12, n. 2, p. 188-197, 2009.

ANDRADE, T. M. Redução de danos: um novo paradigma? In: TAVARES, L. A. *et al.* (org.). **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: EDUFBA, 2004.

ANDRADE, L. P. P; COSTA, S. L.; MAQUETTI, F. C. A rua tem um imã, acho que é liberdade: potência, sofrimento e estratégia de vida entre moradores de ru0061 na cidade de Santos, no litoral do estado de São Paulo. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2015.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEHRING, E.; SANTOS, S. M. M. Questão social e direitos. In: CFESS/ABEPSS (org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, I. A política de seguridade social no Brasil. In: CFESS/ABEPSS (org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988.

_____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 18055, 29 set. 1990.

_____. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 18769, 8 dez. 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência. **Relatório final do Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua realizado pelo governo federal**. Brasília: DPSE/SNAS/MDS, fev. 2006.

_____. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 16, 24 dez. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF: MDS -Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. SUAS e população em situação de rua. v. 3. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, LTDA, 2011.

_____. **Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013**. Define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde, 2013.

_____. **Resolução nº 31, de 30 de novembro de 2017**. Dispõe sobre o II Plano Operativo (2017-2019) das ações de saúde previstas na Política Nacional para a População em Situação de Rua no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde, 2017.

_____. **Lei nº 13.714, de 24 de agosto de 2018**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e para assegurar o acesso as famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 27 ago. 2018.

_____. Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021. Torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 235, 22 abr. 2021.

_____. **Portaria nº 2.927 de 26 de agosto de 2021**. Institui o Projeto Moradia Primeiro no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 110, 27 ago. 2018.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Decreto nº 225/2018**. Dispõe sobre a Política Municipal para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para a População em Situação de Rua. Campos dos Goytacazes, 2018.

_____. **Relatório Técnico População em Situação de Rua**. Referência: 2019.1. Campos dos Goytacazes/RJ: Vigilância Socioassistencial, 2019.

_____. **Relatório Técnico População em Situação de Rua**. Produção: 2020. Campos dos Goytacazes/RJ: Vigilância Socioassistencial, 2020.

CAMPOS, E. C. **Pobreza, exclusão e políticas de assistência social: o caso das populações adultas de rua em Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF- Darcy Ribeiro), Campos dos Goytacazes, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

CASTRO, R. H; PIQUET, R. O Complexo Portuário do Açú e sua influência no mercado de trabalho em São João da Barra, RJ. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, Ano XXI, v. 3, n. 44, p. 252-282, 2019. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/6371/4004>. Acesso em: 29 mai. 2020.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAGAS, M. C. P. M. **As novas expressões da “questão social” na produção da população em situação de rus na contemporaneidade: uma abordagem quanti qualitativa das pessoas atendidas no Centro POP de Campos dos Goytacazes/RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, 2017.

COSTA, S. L. *et al.* Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. In: **Saúde e Sociedade**. v. 24, n. 3, p. 1089-1102. São Paulo, 2015.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 30 ago. 2021.

CRUZ, J. L. V. da. **Projetos Nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial do Norte Fluminense**. 331 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/05/tese_joseluis.pdf. Acesso em: 24 mai. 2020.

DELGADO, G.; JACCOUD, L.; NOGUEIRA, R. **Seguridade Social: redefinindo o alcance da cidadania. Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, 2 ed. v. 1, n. 17., 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5797&Itemid=9. Acesso em 02 ago. 2021.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social** (Online). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

_____. A saúde das pessoas em situação de rua. In: BRASIL. **Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. p. 111-128, 2009.

FILHO, E. F. A. **“O Desprezo no olhar”**: Vivências de violências da População em Situação de Rua de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2017.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2004.

FRÚGOLI JR., H. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GARCIA, M. R. V. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidades ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto-SP, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, 2013.

GARDELA, E. A urgência como cronopolítica: o abrigo para pessoas em situação de rua. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Editora Record. 8. ed. São Paulo, 2004.

GONÇALVES, C. L. N.; CARVALHO, C. M. S. **População de rua: territorialidade e perspectivas em Campos dos Goytacazes/ RJ (1999-2009)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia), Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HINO, P.; SANTOS, J. O.; ROSA, A. S. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. **Rev. Bras. de Enferm. [Internet]**, Brasília, v. 71, p. 732-740, 2018.

IAMAMOTO, M. V. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 15, n.33, p. 261-384, 2013.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1996.

IPEA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Nota Técnica n. 73. Rio de Janeiro: Disoc. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2020.

JACCOUD, L.; BICHIR, R.; MESQUITA, A. C. O SUAS na proteção social brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 37-53, São Paulo, 2017.

KGRUG, E. G. *et al.* **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LACERDA, A. C. *et al.* **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

DE LUCCA, D. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In: RUI, T. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21- 22., 2000.

MARTINEZ, M. O Consultório na Rua e as novas formas de intervenção em cenários de uso de crack: o caso de São Bernardo do Campo. In: RUI, T. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MELO, T. “Da rua pra rua”: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: RUI, T. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MENDES, L. G.; JORGE, A.O.; PILECCO, F. B. Proteção social e proteção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de belo Horizonte. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, p. 107-119, 2019.

MENDONÇA, J. G. R.; RIBEIRO, P. R. M. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 5, n. 1, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124957>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. **Intersetorialidade e Políticas Sociais**: um diálogo coma literatura atual. Campinas-SP: Papel Social, 2014

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. (Texto para discussão n. 2246). Brasília: Ipea, 2016.

NOGUEIRA, K. M. **Os direitos sociais das pessoas em situação de rua em Campos dos Goytacazes**: Quão distante está no horizonte? Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, 2019.

PEREIRA, P. A. P. A saúde no sistema de seguridade social brasileiro. **Ser Social**, Brasília, n.10, 2009.

PEREIRA, L. F. P. No labirinto da gestão: desdobramentos do processo de institucionalização e transformação de moradores de rua em “usuários” dos serviços de Assistência Social. In: RUI, T. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

PÉTONNET, C. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 25, 2008.

PIMENTEL, P. C. O centro histórico de Campos dos Goytacazes/RJ: a revitalização, o comércio local e a nova funcionalidade do lugar. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/12380>. Acesso em: 17 abr. 2020.

PINTO, R. M. P. Entre ruas, praças e calçadas: a face feminina da população em situação de rua em Maracanã/CE. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, Aracajú, v. 8, n. 1, p. 71-86, 2019.

PIQUET, R. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo. COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES – NUEVAS VISIONES EM EL INCÍCIO DEL SIGLO XXI. 5. **Anais [...]**. Universidad Nacional de La Plata – Argentina La Plata, Argentina: 2004. Disponível em: https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/03/Impactos-de-um-setor-de-alta-tecnologia_Piquet.pdf. Acesso em: 04 jun. 2020.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO, C. B.; GOMES, M. M. A população em situação de rua e o direito à cidade: o caso de Campos dos Goytacazes/RJ. **FÓRUM HABITAR**. 4. **Anais [...]**. Belo Horizonte/MG, 2018.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, Ano 11, n. 22, p. 191-215, 2011.

QUIROGA, J; NOVO, M. Elas da rua: população em situação de rua e questão de gênero. In: **BRASIL. Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

RAMOS, L. A. L. **Institucionalização da pobreza e políticas sociais públicas: repensar o lugar da população em situação de rua e a perspectiva de sujeitos sociais de direitos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, 2019.

RAMOS, T. T. Crescimento econômico e desenvolvimento sócio-espacial em Campos dos Goytacazes. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 63-68, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/16109/19559>. Acesso em: 13 mai. 2020.

RESENDE, V. M.; MENDONÇA, D. G. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. **Delta Revista**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 1-28, 2019.

REZENDE; V. M.; SILVA, R. B. Políticas públicas voltadas à situação de rua e (im) possibilidades de participação da sociedade civil: um caso no CIAMP RUA/DF. **SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES**. 2. **Anais [...]**. Brasília, 2014.

ROBAINA, I. M. M. **Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, I. P. R. **Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2016.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface**, São Paulo v. 19,n. 53, p. 275-285, 2015.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Brasil: editora HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. C. L. Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. In: BRASIL. **Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, p. 139-156.

SANZ, J. A. **Ambiências, usos e sentidos de um espaço público: a Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2019.

SARMENTO, C. S. **O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.

SCHUCK, A. L.; GESSER, M.; BEIRAS, A. Diálogos entre gênero e as experiências com a população de rua. **Psicologia Política**, Porto Alegre, v. 20, n. 48. p. 279-294, 2020.

SILVA, D. J. **População em situação de rua e os usos do território: uma análise das estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2018.

SILVA, D. J.; SILVA, S. C. População em situação de rua, território e políticas sociais em Campos dos Goytacazes/RJ. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 17. **Anais [...]**. São Paulo: 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%202/ST%202.4/ST%202.4-02.pdf. Acesso em: 15/11/2018.

SILVA, L.R.B.; LIMA, L. A. VASCONCELOS, T. S. M Do macro ao micro: a questão do migrante em situação de rua em Campos dos Goytacazes. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS MIGRATÓRIOS. 1. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2018.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, P. C.; GOMES, A. Q. A invisibilidade da população em situação de rua no contexto pandêmico: políticas sociais e a crise do estado brasileiro. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, Santa Catarina, v. 3, n. 2, 2021.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. TERRA, D. Migrações, pendularidades e mercado de trabalho no segmento *upstream* da indústria do petróleo na Bacia de Campos. **EURE**, Santiago, v. 46, n. 137, p. 157-180, 2020. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v46n137/0717-6236-eure-46-137-0157.pdf> Acesso em: 14 jul. 2020.

SPOSATI, A. A assistência Social: da ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, Foz do Iguaçu, n. 10, jul/dez. 2007.

SPOSATI, A. O. *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SPRANDEL, M. A. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil**. (Coleção Antropologia da Política). Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, P. J.; ARROCHELLAS, M. (orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

UNFPA/UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. Relatório. Brasília: UNFPA/UNICEF, 2021.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. R. **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

VALENCIO, N. E L. S.; CORDEIRO, A. A. Desterritorialização e Desfiliação Social: uma reflexão sociológica sobre ações públicas junto à população em situação de rua. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua**. São Paulo: UFSCar, 2008.

VASCONCELOS, T. S. M. **A pessoa em situação de rua e o atendimento no CAPS AD: demandas ao Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, 2019.

VEIGA, L. *et al.* Trajetória de construção do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. In: BRASIL. **Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, p. 17-35.

VILLA, E. A. *et al.* Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de rua e a vulnerabilidade para o uso de substâncias psicoativas. **Revista de Enfermagem UFPE (online)**, Recife, v. 11, n. 5, 2017.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista com as Mulheres em Situação de Rua

Dados Pessoais:

Nome:

Data de nascimento:

Natural de:

Estado civil:

Tem filhos? Quantos?

Tópico I – Trajetória de vida

- 1- Onde você mora? Há quanto tempo?
- 2- Qual o maior motivo de ter ido para a rua?
- 3- Possui contato com familiares?

Tópico II – Trabalho e Fontes de renda

- 4- Está trabalhando ou exercendo alguma ocupação remunerada no momento?
- 5- Com que idade começou a trabalhar?
- 6- Quais foram os lugares onde trabalhou?
- 7- Já trabalhou alguma vez de carteira assinada?
- 8- Você está estudando ou tem vontade de continuar os estudos?
- 9- Você tem vontade de buscar alguma qualificação profissional?

Tópico III – Elas nas ruas

- 10- Quais são as maiores dificuldades que você já viveu nas ruas por ser mulher/mulher trans?
- 11- Quais as estratégias que vocês têm para sobreviver diante desses desafios?
- 12- Você considera que os serviços atendem suas particularidades como mulher?

Tópico 5 – Pandemia do covid-19

- 13 - O que mudou em sua rotina nas ruas desde que começou a pandemia?
- 14 - Quais as dificuldades vividas nesse tempo?

Tópico 6 – Perspectivas sobre o futuro

- 15 – Como você espera que a sociedade enxergue e trate a população em situação de rua?
16 – Qual seu maior sonho hoje?

Apêndice 2- Roteiro para entrevista com profissionais dos abrigos

Dados Pessoais:

Nome:

Função:

Instituição em que trabalha:

Perguntas:

- 1- Como era o atendimento à população em situação de rua na instituição antes e agora no contexto da pandemia?
- 2- Como você enxerga a questão da população em situação de rua de forma geral no município de Campos dos Goytacazes? Existe na prática um trabalho intersetorial?
- 3- Quais são as particularidades de se trabalhar com a população em situação de rua feminina? E vocês encontram barreiras para conseguirem viabilizar o direito delas?
- 4- Em sua opinião quais são os maiores desafios em trabalhar com essa população?
- 5- Gostaria de fazer mais alguma consideração?

ANEXOS

Anexo 1 – Quadro de matérias sobre a População em Situação de Rua no município

Matéria/link	Tipo de Fonte	Data de acesso
<p>Abriço provisório desenvolve oficinas para População em Situação de Rua.</p> <p>https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=58347</p>	Site	27/04/2020
<p>Pessoas em situação de rua são um desafio para as autoridades.</p> <p>https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/06/21/pessoas-em-situacao-de-rua-sao-um-desafio-para-autoridades/</p>	Jornal online	23/06/2020
<p>Barracas de pessoas em situação de rua são retiradas do Jardim São Benedito.</p> <p>https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/07/09/barracas-de-pessoas-em-situacao-de-rua-sao-retiradas-do-jardim-sao-benedito/</p>	Jornal online	11/07/2020
<p>População em Situação de Rua com abordagem e assistência todos os dias.</p> <p>https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=59637</p>	Site	29/01/2021
<p>Os muros necessários e a culpa de todos. Uma entrevista com Pe. Walas, pároco da Igreja São Benedito.</p> <p>https://www.folha1.com.br/conteudo/2021/01/blogs/edmundosiqueira/1269421-os-muros-necessarios-e-a-culpa-de-todos--uma-entrevista-com-pe-walas-paroco-da-igreja-sao-benedito.html</p>	Jornal online	29/01/2021
<p>Prefeitura Municipal prepara Dia das Mulheres diferente para moradoras de rua da cidade.</p> <p>https://www.jornalterceiravia.com.br/2021/03/08/prefeitura-de-campos-prepara-dia-da-mulher-diferente-para-moradoras-de-rua-da-cidade/</p>	Site	12/03/2021
<p>Consultório na Rua: assistência em saúde à População em Situação de Rua de Campos.</p>	Site	12/03/2021

https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=60105		
População em Situação de Rua do Abrigo Manoel Cartucho vacinada contra Covid-19. https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=61087	Site	26/05/2021
O desafio do Centro POP no drama da população em situação de rua. https://www.jornalterceiravia.com.br/2021/08/01/o-desafio-do-centro-pop-no-drama-da-populacao-em-situacao-de-rua/	Jornal online	01/08/2021
“Problema de moradia impacta diretamente sobre população em situação de rua”, diz pesquisadora da UENF. https://www.jornalterceiravia.com.br/2021/08/07/problema-de-moradia-impacta-diretamente-sobre-populacao-de-campos-em-situacao-de-rua-diz-pesquisadora-da-uenf/	Jornal online	13/08/2021
Ação de Inverno: População em Situação de Rua recebe cobertores e agasalhos. https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=61778	Site	02/07/2021
Concluída vacinação contra Covid-19 da População em Situação de Rua. https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=63718	Site	30/08/2021

Anexo 2- Quadro de matérias sobre População em Situação de Rua no país

Matéria/link	Tipo de Fonte	Data de acesso
Quais as medidas para a população de rua na pandemia. https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/28/Quais-as-medidas-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-na-pandemia	Jornal online	06/04/2020
A pandemia e a população em situação de rua. https://ponte.org/a-pandemia-e-a-populacao-em-situacao-de-rua/	Site	30/03/2020
Covid 19 e a população em situação de rua: da saúde à segurança pública? https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/covid-19-e-a-populacao-em-situacao-de-rua-da-saude-a-seguranca-publica	Site	24/04/2020
Continuadas, políticas da pandemia podem ajudar a tirar população das ruas. https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opinioao/2020/05/27/continuadas-politicas-da-pandemia-podem-ajudar-a-tirar-populacao-das-ruas.htm	Site	20/05/2020
Pandemia: Senado aprova uso de saldos de fundos de assistência social no socorro a vulneráveis. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/16/pandemia-senado-aprova-uso-de-saldos-de-fundos-de-assistencia-social-no-socorro-a-vulneraveis	Site	19/06/2020
Desigualdade social e econômica em tempos de COVID-19. https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19	Site	17/07/2020
Na pandemia, política pública eficiente busca entender realidade de quem está na rua. https://jornal.usp.br/ciencias/na-pandemia-politica-publica-eficiente-busca-entender-realidade-de-quem-esta-na-rua/	Jornal online	20/05/2020
População de rua em São Paulo e o coronavírus: “Não pegamos porque somos invisíveis”. https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/populacao-de-rua-coronavirus-somos-invisiveis/	Site	24/04/2020

<p>Medidas de apoio à população em situação de rua durante e pós-pandemia são debatidos pela sociedade civil e deputados; uma delas é priorizar votação de PLs no Congresso.</p> <p>https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/medidas-de-apoio-a-populacao-de-rua-durante-e-pos-pandemia-sao-debatidas-pela-sociedade-civil-e-deputados-uma-delas-e-priorizar-votacao-de-pls-no-congresso</p>	Site	06/07/2020
<p>Understanding why Homeless People refuse emergency accomodtion.</p> <p>https://metropolitics.org/Understanding-Why-Homeless-People-Refuse-Emergency-Accommodation.html</p>	Site	26/06/2020
<p>Edital recusa habilitação de hotéis e idosos de rua de São Paulo continuam sem acolhimento.</p> <p>https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/06/edital-recusa-habilitacao-de-hoteis-e-idosos-de-rua-de-sao-paulo-continuam-sem-acolhimento/</p>	Site	26/06/2020
<p>Pandemia muda o perfil de população em situação de rua e alerta para a necessidade de políticas públicas.</p> <p>http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51989</p>	Site	26/08/2021
<p>Eu moro na luta. Quem são as mulheres que lutam por moradia no Brasil.</p> <p>https://azmina.com.br/reportagens/eu-moro-na-luta/</p>	Site	10/01/2020
<p>Estupros, humilhações e agressões: a vida das mulheres em situação de rua.</p> <p>https://projetocolabora.com.br/ods10/estupros-humilhacoes-e-agressoes-a-vida-das-mulheres-em-situacao-de-rua/?fbclid=IwAR0ByW-HCfu8xrhO_2AU8gU8x2pXmm6S2WsK8Jat_4Pblx8hUQojK50JJ1Q</p>	Site	10/01/2020
<p>Os desafios diários enfrentados pelas mulheres em situação de rua.</p> <p>https://observatorio3setor.org.br/carrossel/os-desafios-diarios-enfrentados-pelas-mulheres-em-situacao-de-rua/</p>	Site	06/12/2019
<p>Como é a vida das transexuais em situação de rua.</p> <p>https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/humilhadas-e-ofendidas/</p>	Site	16/04/2021
<p>Minoria na população de rua, mulheres foram vítimas em 51% dos casos de violência contra moradores de rua no Brasil.</p>	Jornal online	15/01/2021

https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/26/minoria-na-populacao-de-rua-mulheres-foram-vitimas-em-51percent-dos-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-no-brasil.ghtml		
“Eu moro na rua, mas ainda sonho”. A vulnerabilidade das pessoas trans que vivem nas ruas de SP. https://www.cartacapital.com.br/diversidade/eu-moro-na-rua-mas-ainda-sonho-a-vulnerabilidade-das-pessoas-trans-que-vivem-nas-ruas-de-sp/	Site	08/02/2021
10 perguntas que a ciência já respondeu sobre a população em situação de rua. https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/10-perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu-sobre-populacao-em-situacao-de-rua	Jornal online	15/01/2021
Pessoas em situação de rua: a complexidade da vida nas ruas. https://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua/	Site	08/03/2019
Pastoral Nacional do Povo da Rua https://pastoraldopovodarua.blogspot.com/	Blog	24/04/2020
Há Gente na Rua https://hagentenarua.com.br/blog-2/page/5/	Site	27/11/2020
Como inovar nas políticas públicas para pessoas em situação de rua? https://www.politize.com.br/housing-first-politica-publica-pessoas-em-situacao-de-rua/	Site	10/02/2020
Projeto Ruas https://www.projedoruas.org.br/	Site	10/02/2020
SP Invisível https://www.spinvisivel.org/news	Site	10/02/2021
Rede Rua https://rederuasp.wordpress.com/1991/01/01/featured-2/	Site	19/07/2021
Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas. https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua	Site	10/02/2020
Projeto Moradia Primeiro irá beneficiar pessoas em situação de rua.		

https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/projeto-moradia-primeiro-ira-beneficiar-pessoas-em-situacao-de-rua?fbclid=IwAR0vs94sxqMw-XHsZrGfm2YRaL5kuqsVPcUAiaYV2lOMKqFY8wZSgwYnMtA	Site	30/08/2021
Comissão aprova projeto que prevê direitos e define política nacional para população em situação de rua. https://www.camara.leg.br/noticias/772752-comissao-aprova-projeto-que-preve-direitos-e-define-politica-nacional-para-populacao-em-situacao-de-rua/	Site	21/06/2021
Movimento Nacional de População em Situação de Rua https://www.facebook.com/MovPopRuaSP/	Rede Social	09/12/2019
In Rua https://www.facebook.com/inruabr/	Rede Social	13/12/2019
Observatório do Povo da Rua https://www.facebook.com/observatoriopovodarua/	Rede Social	13/12/2019
Coletivo Pretas Ruas https://www.instagram.com/pretas_ruas/	Rede Social	08/08/2020
Coletivo Vozes das Ruas https://www.instagram.com/p/CA_WEEKDIYE/	Rede Social	08/08/2020